

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
(MESTRADO)**

**SHERON KEISSILI DOS SANTOS TSUCHIYA**

***A DEMANDA DO SANTO GRAAL: UM ESTUDO DA REPRESENTAÇÃO DE  
BRUXAS E FEITICEIRAS DA IDADE MÉDIA***

**Maringá - PR**

**2023**

**SHERON KEISSILI DOS SANTOS TSUCHIYA**

***A DEMANDA DO SANTO GRAAL: UM ESTUDO DA REPRESENTAÇÃO DE  
BRUXAS E FEITICEIRAS DA IDADE MÉDIA***

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área: Estudos Literários

Linha de Pesquisa: Literatura e Historicidade

Orientadora: Dra. Clarice Zamonaro Cortez

**Maringá**

**2023**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

T882d

Tsuchiya, Sheron Keissili dos Santos

*A demanda do Santo Graal* : um estudo da representação de bruxas e feiticeiras da Idade Média / Sheron Keissili dos Santos Tsuchiya. -- Maringá, PR, 2024.  
170 f.

Orientadora: Profa. Dra. Clarice Zamonaro Cortez.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2024.

1. Idade média. 2. Bruxas e feiticeiras. 3. Novela de cavalaria. 4. Literatura portuguesa medieval. I. Cortez, Clarice Zamonaro , orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD 23.ed. 869.3

Marinalva Aparecida Spolon Almeida - 9/1094

**SHERON KEISSILI DOS SANTOS TSUCHIYA**

**A DEMANDA DO SANTO GRAAL: UM ESTUDO DA REPRESENTAÇÃO DE  
BRUXAS E FEITICEIRAS DA IDADE MÉDIA**

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovada em:

**BANCA EXAMINADORA**

***Clarice Z. Cortez***

---

Prof. Orientador  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Clarice Zamonaro Cortez  
Presidente - Orientadora (UEM/PLE)



---

Prof. Componente da Banca  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luzia Aparecida Berloff Tofalini  
Membro Titular (UEM/PLE)



---

Prof. Componente da Banca  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Márcia Maria de Melo Araújo  
Membro Externo (UEG – Campos de Goiás/GO)

E Galaaz fez o sinal-da-cruz e encomendou-se muito a Nosso Senhor e entrou, e viu no meio da câmara, que era grande e rica, uma mesa de prata, onde o santo Vaso estava tão honradamente como nossa estória há já revelado; e não ousou a ele chegar, que lhe pareceu que não era tal que a ele devesse chegar; mas quando o viu, ficou de joelhos e orou chorando muito intimamente; e viu sobre a mesa a lança com a qual a mui santa carne de Jesus Cristo foi ferida; e estava a lança no ar, e o ferro abaixo e a hasta para cima. E sabei que deitava gotas de sangue pela ponta que muito espessamente caíam numa bacia de prata; mas assim que nela caíam, não sabiam o que se fazia delas.

*Galaaz em Corberic*

*A demanda do Santo Graal*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que me permitiu e me guiou durante a realização deste trabalho, suprimindo meu espírito com a persistência, a sabedoria e o entusiasmo de que eu necessitava até o fim do longo processo.

À minha família, Kevin, Leticia, Rafael, Denny, Cleusa, Renato, Irene, Sandra, Edileusa e minha avó Maria (*in memoriam*), que permaneceram ao meu lado, dedicando auxílio, amor e motivação, o que renovava as minhas forças diante de cada dificuldade a ser superada.

À professora Clarice, exímia conselheira e orientadora que me motivou do início ao fim, conduzindo os meus passos com disposição, paciência e brandura, que iluminava meus dias de buscas por conhecimentos e novas descobertas.

À Banca Examinadora, professoras doutoras Luzia Aparecida Berloff Tofalini (PLE) e Márcia Maria de Melo Araújo (UEG-GOIÁS/ PLE) pela participação nas bancas, pelas correções e sugestões, que foram fundamentais para o desenvolvimento final da dissertação.

Aos professores do PLE (Programa de Pós-Graduação em Letras) da UEM (Universidade Estadual de Maringá), pelo conhecimento adquirido durante as aulas das disciplinas ministradas, que muito contribuíram para o meu crescimento intelectual e para a vida acadêmica.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Esse apoio foi essencial para que este trabalho fosse finalizado e sou muito grata por isso.

## RESUMO

A novela de cavalaria *A demanda do Santo Graal*, pertencente ao Ciclo Arturiano ou Bretão, é uma narrativa com forte influência religiosa cristã. A figura feminina, nessa obra, merece destaque tanto pela misoginia medieval a que foi submetida, nas situações em que a mulher buscava atender a seus anseios, quanto pelo traço mariano atribuído a algumas delas, que obedeciam aos preceitos cristãos. Estudamos a mulher medieval representada em *A demanda do Santo Graal*, como era vista e denominada, principalmente sob a óptica masculina, além de seu papel exercido na sociedade. As que portavam traços marianos, contribuía com os objetivos da Igreja Católica, da cavalaria e da nobreza. Já as mulheres que não o faziam, eram comparadas à personagem bíblica Eva, pois tendiam a incitar os homens ao pecado. Logo, este trabalho é resultado de um estudo focado nas mulheres da novela, principalmente naquelas que apresentam características consideradas excêntricas para sua época e reprováveis pela sociedade e pela Igreja, podendo, assim, serem denominadas bruxas, feiticeiras e hereges, de acordo com os preceitos religiosos e morais. Por meio das pesquisas e buscas por conhecimentos em textos especializados no assunto em questão, buscamos compreender melhor os fatores históricos que contribuíram para a demonização da figura feminina e que levaram à construção da imagem da bruxa. Esta, considerada um ser maléfico e ao mesmo tempo misterioso, deveria então ser eliminado, pois poderia trazer grandes malefícios e contaminação à sociedade, principalmente aos homens, suas principais vítimas. O nosso apoio histórico e teórico está ancorado nos pressupostos de Franco Jr. (1986), Le Goff (1973), Lins (1970), Duby (1982), Duby; Perrot (1990), Zierer; Bragança Júnior (2017), entre outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Idade Média. Novelas de cavalaria. *A demanda do Santo Graal*. Bruxas e Feiticeiras.

## ABSTRACT

The cavalry novel *The Quest of the Holy Grail*, belonging to the Arthurian or Breton Cycle, is a narrative with a strong Christian religious influence. The female figure, in this work, deserves to be highlighted because of the medieval misogyny to which she was subjected, and situations in which women sought to meet their desires, as well as the Marian trait attributed to some of them, who obeyed Christian precepts. We intend to study, here, the medieval woman represented in *The Quest for the Holy Grail*, as she was seen and called, mainly from a male perspective, in addition to her role in society. Those who carried Marian traits contributed to the objectives of the Catholic Church, cavalry and nobility. Women who did not do so, were compared to the biblical character Eve, as they tended to incite men to sin. Therefore, this work is the result of a study focused on the women in this literary work of fiction, especially those who present characteristics considered eccentric for their era and, therefore, reprehensible by society and the Church. They could, therefore, be called witches, sorcerers and heretics, in accordance with the religious and moral precepts of the time. Through research and searches for knowledge in bibliographies, we seek to better understand the historical factors that contributed to the demonization of the figure of women and that led to the construction of the figure of the witch. This, considered an evil and mysterious being, should then be eliminated, as it could bring great harm and contamination to society, especially to men, its main victims. Our historical and theoretical support is anchored in the assumptions of Franco Jr. (1986), Le Goff (1973), Lins (1970), Duby (1982), Duby; Perrot (1990), Zierer; Bragança Júnior (2017), among others.

KEYWORDS: Middle Ages. Cavalry romances. *The Quest for the Holy Grail*. Witches and Sorceresses.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. A IDADE MÉDIA NA HISTÓRIA.....	14
1.1 A força da Igreja Católica nas relações sociais, políticas e econômicas.....	17
1.2 Influências da Igreja Católica nas atividades de Ensino.....	21
2. FORMAÇÃO DA FORÇA MILITAR.....	26
2.1 As Cruzadas.....	31
2.1.2 As Cruzadas, as peregrinações e suas representações em <i>A demanda do Santo Graal</i> .....	37
2.2 Desenvolvimento das sociedades europeias durante e após as Cruzadas.....	43
3. CONTEXTO HISTÓRICO DA CULTURA E DA LITERATURA MEDIEVAL .....	46
3.1 As novelas de Cavalaria e <i>A demanda do Santo Graal</i> .....	55
3.1.2 As Novelas de Cavalaria do Ciclo Arturiano ou Bretão e a idealização do cavaleiro no medievo.....	60
3.2 <i>A demanda do Santo Graal</i> : a missão cristã, sua história e seus cavaleiros.....	64
3.3 Os cavaleiros de <i>A demanda do Santo Graal</i> – Quem eram, seus valores e propósitos na novela e no mundo do medievo.....	69
3.3.1 Galaaz: o cavaleiro cristão ideal.....	86
4. IMPLICAÇÕES DA INQUISIÇÃO E O SURGIMENTO DA BRUXARIA E DA FEITIÇARIA.....	92
4.1 Medicina, curandeirismo e magia.....	97
4.1.2 Bruxaria, feitiçaria e misticismo na Idade Média.....	103
4.2 Julgamento e perseguição às bruxas e feiticeiras.....	110
5. A MULHER MEDIEVAL E SUA CONFIGURAÇÃO EM <i>A DEMANDA DO SANTO GRAAL</i> .....	119
5.1 A mulher ideal.....	132
1. A donzela a quem Lancelote dá o corço (cervo).....	132
2. A donzela feia.....	133

3.	A filha do rei de Lombanda e as donzelas prisioneiras do Castelo Felão .....	134
4.	Aglinda (a virgem da fonte).....	135
5.	A irmã de Persival.....	137
6.	A reclusa.....	139
5.2	O mal transfigurado na Mulher.....	140
1.	Genevra (ou Guinevere).....	141
2.	Isolda.....	142
3.	Morgana.....	143
4.	A donzela a quem Erec prometeu um dom.....	145
5.	A donzela grega.....	148
6.	A filha do rei Brutos.....	152
7.	A filha do rei da Grã-Bretanha.....	158
8.	A filha do rei Hipômenes.....	158
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
	REFERÊNCIAS.....	167

## INTRODUÇÃO

Com a estabilização da Europa cristã, as narrativas ganham novas características ao incorporar outras personagens, baseando-se em lendas que migram do verso para a prosa, passando a ser lidas e não mais cantadas, daí surgindo as novelas de cavalaria no lugar das canções de gesta. Com a organização da Primeira Cruzada, foi instituída a cavalaria cristã. Aqueles cavaleiros andantes feudais se converteram em propagadores da fé, verdadeiros heróis sempre prontos para defender os mais vulneráveis. Sua rigidez com relação aos princípios morais deixa de atender a um senhor feudal para alcançar uma salvação sobrenatural, da qual somente os heróis são dignos. A atmosfera mística em torno das vivências desses guerreiros envoltos em castidade e devoção, por vezes, dá espaço ao lirismo. Há situações que põem em risco tamanha pureza e dedicação à fé cristã, sendo estas carregadas de erotismo e tentações. Aquela dedicação amorosa cultivada no Trovadorismo, outrora concedida à mulher real, ganha um ar etéreo, em que a mulher é comparada à própria Virgem Maria. Um verdadeiro cavaleiro deveria ser dotado de virtudes incomuns, como a força, a coragem e o altruísmo, de forma a atender ao ideal religioso. A imagem do cavaleiro tornou-se símbolo de religiosidade, coragem, incorrupção, nobreza de espírito e lealdade. A Literatura inspirou-se nesse ideal de cavaleiro medieval para construir personagens marcantes, como Artur e seus cavaleiros.

Das muitas versões surgidas de *A demanda do Santo Graal*, na Idade Média, a portuguesa é a que se manteve mais completa e genuína com o passar do tempo. Na novela, ao deparar-se com a inevitável decadência de seu reino, Artur convoca os cavaleiros da Távola Redonda, dando-lhes a missão de resgatar o Santo Graal, o cálice no qual José de Arimatéia coletou o sangue de Cristo na cruz. O objeto sagrado, desaparecido há séculos, tem o poder de restabelecer a paz e a prosperidade a Camalote. Muitas provas aguardam os bravos cavaleiros em sua saga em direção ao objeto sagrado e, para recuperá-lo, Percival, Lancelote, Galaaz e os outros cavaleiros terão que enfrentar tentações, maldições, duelos e seres fantásticos.

Sendo o Teocentrismo imperante na Idade Média, a conhecida lenda pagã do Santo Graal ganhou uma aura mística e cristã, voltada, principalmente, para a salvação sobrenatural. A existência do lirismo, do erotismo e do fantástico se fundem em cenas onde o real e o imaginário se complementam. Na lírica do amor cortês, o amor é exaltado como o caminho para a felicidade e para a perfeição moral. Em *A demanda do Santo Graal*, o amor materializado é considerado impuro, porque somente a castidade poderia levar à perfeição. O antigo herói, Lancelote do Lago, visto outrora como a representação ideal de amante e cavaleiro, dá lugar ao seu filho Galaaz, casto, comprometido e fiel aos princípios cristãos.

Sendo assim, na novela, o foco deste trabalho está relacionado, precisamente, ao estudo das personagens femininas que apresentam características excêntricas para sua época, tais como liberdade sexual, independência e conhecimentos sobre a medicina primitiva em diversos aspectos, que lhes conferiam soberania e um caráter de mistério. Complementa o nosso estudo, a presença do repúdio a essas mulheres, além dos preconceitos, castigos e mortes, por parte da sociedade, da Igreja, da justiça e dos homens e, toda essa aversão, fatalmente, atingiu seus corpos no âmago, culminando em suas (auto)destruições.

Em *A demanda do Santo Graal*, a mulher é aquela que causa o pecado e desvirtua os homens, ainda que estes também cometam atos desvirtuosos. Grande era a preocupação com as intervenções diabólicas no medievo, o que se atestava pelo surgimento de várias obras com a temática relacionada à demonologia. Um desses livros se intitulou *Malleus Maleficarum*, ou, simplesmente, *O Martelo das Feiticeiras*, publicado, pela primeira vez, no ano de 1486, na Alemanha, por dois inquisidores dominicanos e aprovado pela Faculdade de Teologia da Universidade de Colônia. Foi traduzido e difundido em diversos países, servindo como guia para o Santo Ofício e para os juízes seculares nos processos de bruxaria.

No decorrer da trama em *A demanda*, os cavaleiros da Távola Redonda têm, como propósito maior, encontrar o objeto sagrado, o Santo Graal, o cálice que contém o sangue de Cristo e que poderia trazer, novamente, a paz ao reino do rei Artur.

São abordadas importantes informações acerca do contexto histórico, social e religioso, no qual a novela foi escrita, considerando, prioritariamente, a presença e o papel da figura feminina no texto, além do comportamento das personagens da novela, especificamente, suas práticas religiosas e como elas deveriam interagir com os ideais cristãos e o ideal cavaleiresco. Para que se cumpram esses objetivos, temos o apoio de uma bibliografia referente à História, à Literatura, à teoria da novela na Idade Média, entre outros assuntos.

Observando a época e a situação vigentes da obra, fica evidente que há um distanciamento entre os heróis da narrativa e as figuras femininas, que lhes apresentam perigo, tanto pessoalmente quanto com relação à missão que lhes foi dada. A partir desse panorama do enredo, tomamos por base da nossa pesquisa os estudos de Carneiro (2006), Maleval (2004), Megale (1996), Siqueira (2011), Franco Jr. (1986), Le Goff (1973), Lins (1970), Duby (1982), Duby; Perrot (1990), Zierer e Bragança Júnior (2017), entre outros, e ainda uma breve leitura da obra *Malleus Maleficarum* de Kramer e Sprenger.

A dissertação está organizada em cinco capítulos, os quais abrangem todo o percurso da análise que permeia o tema central da pesquisa. O primeiro capítulo refere-se ao contexto histórico em que a obra foi escrita e aborda questões relacionadas à importância que o período da Idade Média teve para a História: a formação das relações sociais, políticas e econômicas da época, além da atuação e a importância da Igreja Católica sob diversos aspectos.

O segundo capítulo trata da formação da força militar que levou ao surgimento dos cavaleiros medievais, bem como os motivos que desencadearam as Cruzadas e suas consequências. O terceiro capítulo trata sobre cultura e literatura medieval, características e modificações, e sobre as novelas de cavalaria, que refletem importantes acontecimentos no período do medievo. Discorre ainda, teoricamente, sobre a novela e, em seguida, sobre a relação das novelas de cavalaria do ciclo Arturiano ou Bretão. Nesse capítulo, é realizado também um estudo sobre os cavaleiros medievais e os cavaleiros da Távola Redonda: suas missões, seus valores dentro daquele contexto histórico, quantos eram, seus papéis e quem foram eles. Além disso, é feita também uma análise sobre o sagrado cristão e o maravilhoso, exemplificados na obra em estudo.

O quarto capítulo apresenta motivos que levaram à criação da instituição conhecida como Tribunal do Santo Ofício ou Santa Inquisição. Além disso, trata, de modo mais relevante, sobre as origens e diferenças entre bruxaria e feitiçaria, além do misticismo existente na Idade Média sobre conhecimentos medicinais que, muitas vezes, eram confundidos com práticas religiosas por causa das exigências e preconceitos da Igreja Católica e outras instituições religiosas cristãs.

O quinto capítulo, por fim, estuda a primazia do homem em relação à mulher em diversos setores e, além disso, o domínio do sexo masculino sobre o feminino. Essa parte perscruta como viviam e como eram vistas e tratadas as mulheres na Idade Média, ou seja, sua condição feminina naquele momento histórico, além de aspectos que levavam ao sentimento ou à condição de exílio da figura feminina. Estuda, mais especificamente, as mulheres na novela *A demanda do Santo Graal*, cujos perfis refletem as formas de pensamento do homem medieval com relação à mulher.

Finalmente, a dissertação objetiva contribuir com a fortuna crítica dos estudos sobre as novelas de cavalaria e com a linha de pesquisa Literatura e Historicidade, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá.

## 1. A IDADE MÉDIA NA HISTÓRIA

A Idade Média é um período da História que merece especial atenção, enfim, é o marco histórico em que se consolidaram as bases do mundo europeu, estabelecendo a França, a Inglaterra, Portugal e a Espanha como países que se formaram na Idade Média. Surge daí o genuíno conceito de 'nação', além das primeiras universidades do continente.

Ainda na Antiguidade Clássica, cada povo, família ou círculo de convivência com interesses ou pensamentos em comum, tinha suas próprias crenças, deuses e rituais religiosos. Com o tempo, aos poucos, se agregava o costume romano ao modo de viver das pessoas, estabelecendo laços através de convicções e sentimentos comuns, o que conduziria vários aspectos de suas vidas a novos rumos:

Foram a conquista e a conseqüente incorporação romana que implantaram, entre os povos antigos, o sentimento de certa unidade, que os ligava a todos, resultante de um fundo de civilização comum. Este sentimento, longe de enfraquecer-se pela ruptura dos laços políticos em conseqüência da queda do Império, tornou-se pelo contrário, graças ao catolicismo, cada vez mais profundo, nítido e consciente [...] (LINS, 1970, p. 35).

Apreendemos com nitidez o predomínio do Cristianismo e o nascimento do Islamismo na Europa, além da formação do sistema feudal, que foi base para a manutenção e o aparecimento das diversas camadas sociais e suas ramificações. Podemos afirmar que o início desse período ocorreu no século V, que compreende o princípio da chamada Alta Idade Média. Sucedia, então, um processo de invasão na porção ocidental da Europa, mais especificamente onde se situava o Império Romano do Ocidente (Roma), que logo teve o seu declínio. O processo de invasão estava sendo realizado pelos povos bárbaros, dentre os quais os francos, os germânicos, os visigodos, entre outros. Lins (1970, p. 86) registra que “[...] as invasões bárbaras tiveram, pois, como objetivo, não o domínio, mas o estabelecimento”.

Foi a partir desse processo de invasão que os povos bárbaros começaram a estabelecer e formar seus reinos na parte ocidental da Europa, como exemplo, o Reino dos Francos e o Sacro Império romano-germânico, entre outros. Todo esse processo de invasão e formação de reinos se tornava, então, o marco inicial

da Idade Média, que chegou ao fim apenas no século XV, com a ocupação e a tomada pelos turcos de Constantinopla, localizada na parte oriental da Europa, onde está, atualmente, a cidade de Istambul, na Turquia.

Com essas invasões que ocorriam, principalmente no ocidente europeu, houve também o processo de ruralização. Muitas pessoas começaram a deixar as cidades para buscar o campo, fato que contribuiu para a formação do Feudalismo, sistema político que obrigava um modo de produção rural pautado na economia de subsistência em relações servis. O feudo tinha um nobre denominado 'senhor feudal', para o qual os servos trabalhavam. Estes, tinham diversas obrigações a cumprir dentro do feudo, envolvendo a corveia, a talha e a banalidade, por exemplo. A sociedade, na época, era de modelo estamental, ou seja, não havia ascensão de classe social. O feudo era protegido por cavaleiros em uma relação de fidelidade: a suserania e a vassalagem<sup>1</sup>. O Feudalismo atingiu seu auge no século X, quando ocorria uma transição da Alta Idade Média para a Baixa Idade Média. Havia ali um poder descentralizado, em que cada feudo tinha seu nobre e o seu senhor feudal. Sobre o termo 'Idade Média':

No caso do que chamamos de idade Média, foi o século XVI que elaborou tal conceito. Ou melhor, tal preconceito, pois o termo expressava um desprezo indisfarçado pelos séculos localizados entre a Antiguidade Clássica e o próprio século XVI. Este se via como o Renascimento da civilização greco-latina, e, portanto, tudo que estivera entre esses picos de criatividade artístico-literária (de seu próprio ponto de vista, é claro) não passava de um hiato, um intervalo. Logo, de um tempo intermediário, de uma idade média (FRANCO JR., p. 17).

Na concepção dos próprios medievos, havia o clero, que oferecia respostas e conceitos com bases teológicas sobre seu tempo. Já os laicos, mantinham concepções antigas e pré-cristãs. Na concepção pagã, o tempo fluía de forma circular, cíclico, obedecendo ao que se chamava 'mito do eterno retorno'. Concebia-se o tempo somente de forma biológica, porém não histórica:

Logo, tanto o tempo sagrado (dos rituais) quanto o profano (do cotidiano) só existem por reproduzirem atos ocorridos na origem dos tempos. Daí a importância da festa do Ano Novo, que era uma retomada do tempo no seu começo, isto é, uma

---

<sup>1</sup> **Suserania e vassalagem:** compromisso de fidelidade entre nobres que implicava direitos e obrigações recíprocas.



repetição da cosmogonia, com ritos de expulsão de demônios e de doenças (FRANCO Jr., 1986, p. 21).

O Cristianismo reformulou a visão do Judaísmo, que concebia e ainda concebe *lavé* como uma personalidade que intervém na História. Nesse sentido, concluímos que o Cristianismo organiza a História de forma linear: a gênese é o início, a encarnação, o ponto de inflexão e o Juízo Final é o ponto de chegada. O tempo é considerado escatológico, conhecido por Deus, que não limita a passagem do ser humano somente pela Terra. O Cristianismo se sujeita à teoria cíclica com a reprodução periódica da Paixão de Jesus Cristo, mantendo certas categorias do pensamento mítico de outrora. A sociedade medieval sentia-se mediada pela junção das concepções circular, linear e escatológica do tempo.

Em períodos posteriores, os medievos viveram uma época permeada pelo constante medo da chegada do Fim dos Tempos, muitas vezes, justificado por inúmeras catástrofes naturais ou políticas. Esse ‘tempo médio’, então, poderia preceder uma nova era, quando prevaleceria a bem-aventurança do Reino de Deus com a derrota do anticristo através de uma segunda vinda de Jesus à Terra. No século IX surgiu, o *Scoto Erígena*, uma concepção muito bem aceita na época e teve como principal representante o monge cisterciense Joaquim da Fiore:

Para este, a Era do Pai teria se caracterizado pelo temor servil à lei divina, a Era do Filho pela sabedoria, fé e obediência humilde, a do Espírito Santo (que começaria em 1260) pela plenitude do conhecimento, do amor universal e da liberdade espiritual. Em suma, num certo sentido a Idade Média estava tão interessada na História (sequência dos fatos passados) quanto no fim dela (Milénarismo) (FRANCO JR., 1986, p. 24).

Ainda que tenha sido apregoada pelos iluministas como uma época negra, devido às dificuldades políticas e econômicas, na área da saúde e sob os mais diversos aspectos, a Idade Média foi considerada pelos renascentistas, um período esplêndido. De acordo com Franco Jr. (1986, p.20) foi “um dos grandes momentos da trajetória humana, algo a ser imitado, prolongado [...]”.

No próximo item há informações de como a sociedade foi se formando e se estabelecendo, pouco antes do início da Idade Média e no seu decorrer, evidenciando a participação da Igreja Católica nesse processo.

## 1.1 A força da Igreja Católica nas relações sociais, políticas e econômicas

Com o processo de ruralização da sociedade romana, gradativamente havia um distanciamento entre as camadas sociais, a partir do século III d.C. Diante das altas taxas fiscais exigidas pelo Estado, pequenos proprietários e camponeses, muitas vezes, perdiam suas terras para o senhor feudal. Eram mantidos como mão-de-obra necessária à manutenção de um sistema imperialista e escravista, o que veio a impulsionar muitas lutas sociais, levando à debilitação de diversas atividades urbanas e isso resultou numa grande migração para os campos. Para melhor controle estatal, os trabalhadores urbanos tiveram decretada a hereditariade de suas funções, sendo organizadas em corporações. Já os trabalhadores rurais, tendiam a depender dos latifundiários através do *patrocinium*<sup>2</sup> e do colonato<sup>3</sup>. A aristocracia laica, formada por famílias que descendiam da aristocracia germânica, ou romana, ou de ambas, detinha grandes latifúndios. Além disso, também era beneficiada através do *beneficium*<sup>4</sup>, com o usufruto de novas extensões de terras pertencentes ao soberano, como reconhecimento por serviços prestados a este em situações de guerra ou em serviços administrativos.

A aristocracia eclesiástica, oriunda daquelas mesmas famílias, desfrutava das fortunas da Igreja que, no século V, eram as maiores possuidoras de riquezas do Ocidente, depois do Estado romano. Sendo provenientes das mesmas famílias, e vivendo da produção e do trabalho em suas terras, as aristocracias clerical e laica aumentavam suas confluências através da vassalagem.

Lins (1970, p. 73) esclarece que “[...] os principais cargos sacerdotais constituíam privilégios de determinadas famílias, apresentassem ou não os seus membros aptidões exigidas pelas funções correspondentes”. Para atender a interesses mútuos, criou-se uma relação de interdependência política, econômica e social entre a aristocracia laica ou clerical e os homens livres,

---

<sup>2</sup> **Patrocinium:** ato jurídico ou relação social onde homens livres se colocavam sob o patronato e proteção de latifundiários.

<sup>3</sup> **Colonato:** regime em que grandes proprietários cediam parte de suas terras para pessoas pobres dos campos e das cidades, os colonos. Estes, estavam ligados ao trabalho da terra, que só poderia ser vendida junto com seus trabalhadores.

<sup>4</sup> **Beneficium:** concessão de terra em troca de serviço militar.

prestadores de serviços. Enquanto estes prestavam serviços militares e administrativos, aqueles lhes concediam benefícios através do feudo.

A Igreja mantinha sua supremacia sobre todos os setores daquela sociedade da Idade Média Central, sendo o ponto de convergência em praticamente todas as áreas da vida de cada indivíduo. Era a grande detentora de terras naquela sociedade essencialmente agrária e, também, mediadora e concessora das relações feudais. Além disso, tinha acesso a domínios íntimos dos indivíduos, mantendo o monitoramento de suas consciências através da confissão, método que os conduzia ao perdão e à purificação dos pecados cometidos, além de proporcionar-lhes elevação espiritual e aproximação de Deus:

Ao sistema de educação católica está ligada uma inovação do mais alto alcance, geralmente mui pouco apreciada e compreendida. Trata-se da confissão, isto é, do esforço prévio de íntimo aperfeiçoamento, a que se entregam os que pretendem entrar em comunhão ou identificação com a Divindade, purificando-se pelo exame de consciência, que patenteia as imperfeições a serem corrigidas, mediante o arrependimento, nesse tribunal especialíssimo [...] (LINS, 1970, p. 66).

Era forçoso exercer a confissão a um representante da Igreja, pois temia-se que isso pudesse levar a algum declínio moral ou a julgamentos por parte do ouvinte, geralmente um padre. Porém, era necessário se redimir de toda culpa, a fim de alcançar o perdão divino e a elevação espiritual.

A Igreja Católica também poderia controlar a vida sexual dos indivíduos no casamento, seu tempo por meio do calendário litúrgico e seu conhecimento através das artes em geral. E esse controle se estendia por diversos aspectos da vida das pessoas, legitimando todo o seu curso por intermédio dos sagrados sacramentos, desde o nascimento até a morte, o que tornava suas ideologias um padrão a ser seguido por toda a sociedade. Lins (1970, p. 70) complementa essas afirmações com sua percepção de que “[...] um dos maiores resultados do catolicismo foi a purificação do homem, principalmente quanto à luxúria, avareza e soberba”. Era a base que orientava e servia como pilar e ponto de apoio a cada um que constituía um todo mais organizado, forte e moral:

Um dos pilares importantes de sustentação da Idade Média é a Igreja, detentora do saber e do poder espiritual, com um papel

cada vez mais destacado na Idade Média Central, principalmente após a Reforma Gregoriana. Essa instituição indicava à sociedade como seguir os seus princípios ideológicos, especialmente por meio dos discursos clericais através da oralidade (ZIERER, BRAGANÇA JR, 2017, p. 175).

De forma geral, a atuação da Igreja era bem assimilada por aquela sociedade que ainda se descobria e precisava de uma instituição que lhe proporcionasse instruções, ensinamentos e segurança para seu desenvolvimento. Conventos e mosteiros eram erguidos com o intuito de prestar serviços sociais tanto àqueles que necessitavam corrigir sua conduta quanto a toda a sociedade. Isso acontecia pela formação moral e intelectual que se oferecia a quem lá se instalasse e da imposição de compromissos financeiros como forma de reparação do mau comportamento:

Através dos conventos pode o catolicismo sistematizar o arrependimento, dando-lhe um objetivo social. Embora, mediante o arrependimento, se preocupasse o homem em reconciliar-se com Deus muito mais do que em reparar, no ponto de vista humano, as consequências de suas culpas, entretanto o catolicismo impunha a reparação que, em certos casos, se reduzia a uma multa pecuniária com finalidade mais ou menos geral (LINS, 1970, p. 75).

Cumpria-se, assim, de forma presumivelmente benevolente, a vontade e a doutrina católica, de forma que pela sua soberania, as pessoas aceitavam os seus ensinamentos como padrão de conduta, verdadeiramente cristã e espiritualmente sadia. A imposição de sua disciplina, além da correção de caráter, exercia também uma espécie de função social, convertendo um mau comportamento em benefícios à sociedade e oferecendo formação intelectual. Ou seja, o cumprimento da função social por meio da disciplina imposta dentro dessas habitações religiosas, reafirmava a autoridade da Igreja sobre as vidas das pessoas, ditando regras de comportamento das mais diversas formas, sobre a alimentação, a sexualidade e as atitudes sob vários aspectos. Dessas ações, desenvolviam-se indivíduos de caráter respeitável e dignos de admiração:

Os conventos não desenvolviam, apenas, no mais alto grau, o domínio do homem sobre si mesmo, disciplinando-lhe os instintos mais enérgicos e perturbadores: o nutritivo, o de conservação da espécie, o orgulho e a vaidade. Além de serem uma escola de pureza, humildade e obediência, contribuíam

ainda para a formação de verdadeiros estadistas e chefes práticos, como provam os inúmeros personagens eminentes da Idade Média, dos quais cito, ao acaso, Santo Elói, ministro de Dagoberto; Gerberto, mais tarde Papa com o nome de Silvestre II; Hildebrando, mais conhecido por Gregório VII; Sugério; Pedro, o Venerável e São Bernardo (LINS, 1970, p. 75-76).

Quem não vivesse de acordo com os preceitos eclesiásticos, era passível de correção e imposição da disciplina, com a finalidade de as pessoas aprenderem a exercer a humildade e a obediência. A purificação era necessária e, para isso, o sujeito precisava reprimir os desejos do mundo, seus instintos e anseios humanos para ser digno do perdão de Deus e da aceitação pela sociedade. Diante disso, a instituição religiosa mantinha um olhar atento sobre aqueles que insistiam em manter uma conduta divergente do que se convencionava. As mulheres, por ocuparem uma posição de submissão socialmente, muitas vezes tornavam-se alvo de sua vigilância, o que levaria ao surgimento da figura da bruxa, que seria disciplinada com o apoio de grande parte da sociedade e do próprio Estado. Às mulheres consideradas 'diferentes', atribuíam-se a prática de heresia, o que levou, mais tarde, ao surgimento da chamada 'caça às bruxas', que hostilizou muitas delas no período da Inquisição.

Quanto à imagem feminina cultivada na Idade Média, havia uma evidente e constante comparação com a imagem de Eva, representante da fraqueza humana e da tendência de sucumbir ao pecado. Diferentemente de Maria que, considerada modelo de beleza e virtude pela Igreja, era o exemplo a ser seguido e reverenciado. O temor à tendência natural das mulheres a inclinarem-se para o mal, justificava o combate a esse mal, de uma forma legal e oficializada pela justiça laica e eclesiástica. Além disso, infiltrava-se, aos poucos, a mentalidade destacada pelo Bispo Adalberon de Laon, entre outros membros do clero, com base em textos bíblicos, cronistas e autoridades eclesiásticas: Cada membro da sociedade ocupava o espaço que lhe cabia, de acordo com sua condição social, geralmente adquirida desde o nascer. O clero se posicionava distante do âmbito das leis humanas, por estar mais próximo de Deus e ser superior às demais classes. A nobreza possuía 'sangue de reis' e era detentora da força e da beleza naturais. Aos servos eram 'isentos de beleza', cabia-lhes, apenas, o trabalho braçal e uma vida de servidão. A sociedade, aos poucos, foi sistematizada, cada membro ocupava a posição que lhe pertencia, por direito e por merecimento.

À medida que ia se acentuando o enfraquecimento do poder monárquico, os bispos assumiam funções tipicamente reais, procurando proteger suas terras [...]. Assim, graças ao prestígio, riqueza e poder, não transmissíveis hereditariamente devido ao celibato, o clero passou cada vez mais a atrair elementos da ordem guerreira (FRANCO JR, 1986, p. 73).

Houve, assim, homens ambiciosos que se infiltraram na Igreja Católica não pela vocação, mas pelo anseio pelo poder e *status*, o que desencadeou consequências indesejáveis no âmbito da religião. Gradualmente, a política, a economia e até mesmo a ordem hierárquica dos membros envolvidos no serviço militar foram se formando sob a influência eclesiástica. O sistema educacional também recebeu esses influxos, refletindo em diversos aspectos sociais.

## 1.2 Influências da Igreja Católica nas atividades de Ensino

Durante o século XI, as escolas urbanas ainda recebiam grande influência eclesiástica, limitando o ensino. Após a destruição da escola episcopal de Gand por um incêndio, novas escolas foram construídas pela burguesia, o que rendeu críticas do clero às cidades. O fato é que essas novas escolas urbanas não eram submetidas às limitações de outrora e delas emergiam os intelectuais. O abade Ruperto de Deutz, por exemplo, acreditava que as cidades eram ímpias e as discussões entre mestres e alunos eram vãs.

Com o crescimento econômico e demográfico urbano, a sociedade se tornava mais complexa e necessitava de atividades intelectuais mais expansivas. Eclesiásticos, juristas, mercadores, burocratas, entre outros profissionais, precisavam expandir seus conhecimentos e maturidade para atender às novas demandas. Surgiam, então, no século XII, as escolas urbanas e, no século XIII, as universidades para suprir as necessidades daquela sociedade em constantes mudanças:

De fato, no século XIII as escolas se fixam, se organizam, se corporativizam, dando origem às Universidades. Na verdade, *universitas* designava qualquer comunidade ou associação, com o termo passando a ser usado, exclusivamente para a corporação de professores e alunos apenas a partir de fins do século XIV; até então falava-se em *studium generale*. De toda maneira, a associação se dava para fazer frente às interferências dos poderes locais, eclesiásticos (bispado) ou

laicos (monarquia, comuna). Para tanto conseguiu o importante apoio do papado e sua política universalista, que precisava da produção intelectual dela para enfrentar a heresia [...] (FRANCO JR, 1986, p. 141).

Com o Concílio de Latrão, em 1179, a Igreja reconhecia essa necessidade de mudanças na Educação e determinava que se concedesse, gratuitamente, a licença para docência àqueles que estivessem aptos a exercê-la. A Igreja entendia a importância de escolas privadas, o que não significava que abriria mão de sua supremacia no ensino. Todavia, “Por outro lado, é claro, a Igreja reafirmava assim que o monopólio do ensino era seu: se concedia a *licença docendi* era porque ela lhe pertencia” (FRANCO JR, 1986, p. 141).

As Universidades, por sua vez, eram consideradas corporações eclesiásticas, porque mantinham em seus quadros pessoas leigas e os clérigos que ainda não haviam recebido ordens sacerdotais. As grandes universidades europeias recebiam grande contingente de alunos sedentos por conhecimento, especialmente a partir da descoberta e apreço pelas obras de Aristóteles, entre outros filósofos, que passavam a compor o pensamento cristão. Lins (1970, p. 166) ainda acrescenta que “[...] vários autores atribuem o grande número de alunos das universidades medievais à falta e elevadíssimo custo dos livros, que tornavam as aulas mais indispensáveis do que o são a partir da descoberta da imprensa”.

As Universidades apresentavam subdivisões acadêmicas que compreendiam quatro ramos do saber. A faculdade preparatória ou faculdade das Artes era sucessora das escolas carolíngias, onde o estudante permanecia dos 14 aos 20 anos de idade, estudando as sete artes liberais e de onde partiria para uma das outras três áreas. O estudante poderia escolher o Direito, Canônico ou Romano, onde permaneceria por cinco anos, ou a Medicina, que também se estudava por cinco anos, ou, ainda, a Teologia, cujo aprendizado exigia dedicação por quinze anos. Quanto à origem, as Universidades ainda podiam ser consideradas ‘espontâneas’, que, conforme explica Franco Jr. (1986, p. 142), “[...] resultaram da reunião de escolas já existentes no local, caso de Bolonha (1158) e Paris (1200)”. Já as ‘nascidas por secessão’ eram aquelas em que, devido a determinados problemas, grupos de mestres e alunos se desvinculavam da universidade que frequentavam e fundavam uma nova instituição, em outra localização. O referido autor exemplifica esse tipo de

universidade e cita “[...] Cambridge surgida de Oxford em 1209 e Pádua derivada de Bolonha em 1222”. Sobre as ‘criadas’, ele explica que “[...] organizaram-se a partir de bulas imperiais (caso de Nápoles em 1224) ou papais (como Toulouse em 1229)”.

O método de estudo adotado na época era o da escolástica, segundo Lins (1970, p. 153), assim denominada “[...] por ser o conjunto das noções filosóficas ensinadas, durante a Idade Média, nas escolas, era o racionalismo cristão, isto é, consistiu na adaptação da filosofia grega, principalmente peripatética, ao dogma católico”. Originada na escola urbana, consistia num conjunto de leis que serviam como base de pensamento e de estudo bem aceito pelos formalismos da Igreja:

Considerada em sua totalidade, representou verdadeiro progresso, de vez que traduzia o decisivo ascendente do espírito metafísico, propriamente dito, sobre a mentalidade puramente teológica, preparando o ulterior triunfo do espírito positivo, como o indica o predomínio da filosofia de Aristóteles sobre a de Platão, preponderante até aí e intimamente incorporada à obra de todos os grandes doutores da Igreja, como Orígenes, São Justino, Santo Irineu, São Clemente de Alexandria, Tertuliano, Santo Agostinho etc. (LINS, 1970, p. 153).

A primazia era das leis da linguagem, que buscavam o exato sentido das palavras, principal instrumento de construção do pensamento, delas qualquer tipo de raciocínio poderia ser desenvolvido. Em seguida, as leis da demonstração, mostravam-se fundamentais para embasar posicionamentos e opiniões pelas ideias da dialética, em situações que se utilizavam de argumentos antagônicos. Depois, vinham as leis da autoridade que fundamentavam defesas de ideias em fontes cristãs como a Bíblia, a Igreja ou o Padre, ou, ainda, as fontes do pensamento clássico como os de Platão e Aristóteles. As leis da razão vinham para servir como base para compreensão e análise de qualquer assunto. Franco Jr. (1986, p. 142), acrescenta que “[...] a aplicação do método escolástico ao ensino fazia com que este se desenrolasse em dois momentos básicos, a *lectio* ou leitura, comentário e análise do texto, e a *disputatio*, ou debate sobre o anteriormente colocado”.

A Igreja também procurava estabelecer suas regras e preceitos no campo jurídico. Nas faculdades de Direito, os dois ramos estudados denunciavam a clara divisão entre as culturas laica e eclesiástica. Desde o século VI, a Igreja já



determinava suas próprias normas jurídicas, sendo aplicadas pelos sínodos locais, concílios gerais ou bulas papais. Havia uma grande quantidade de material, contendo os princípios que sustentavam o cumprimento dessas normas, as quais, muitas vezes, não se cumpriam de forma eficaz. Isso ocorria por causa do grande volume de material a ser consultado e suas inúmeras incongruências, o que gerou a necessidade de se elaborarem acervos que facilitassem seu estudo pelos métodos desenvolvidos em escolas. Como resultado, ocorreu a formação de especialistas pelas faculdades de Direito Canônico, os quais colocaram em prática essas instruções jurídicas empreendidas pela Igreja. De acordo com Franco Jr,

Paralelamente, naquele contexto de complexização da sociedade, as regras jurídicas estabelecidas pelo costume (direito consuetudinário de origem germânica) não mais atendiam as necessidades do momento. Ora, a revalorização da cultura antiga que então ocorria fornecia o material desejado pelas monarquias nascentes e pela população urbana: O Direito Romano, que se tornou objeto de estudo em vários locais, sobretudo em Bolonha (FRANCO JR., 1986, p. 143).

A Medicina que até então era vista como uma arte manual foi, muitas vezes, rejeitada pela Igreja por ser considerada uma prática mágica. Até fins do século XIII, por exemplo, não se fazia a dissecação de cadáveres, considerada uma violência para com a Divindade. Porém, o sentimento naturalista que ganhava força, desde o século XII, aos poucos, alterava essa visão. Uma revalorização das ciências surgia com a retomada da herança antiga de caráter pagão, que fora desvalorizada nos séculos anteriores, porém, ressurgia por seu caráter científico. A partir da concepção dos intelectuais da escola de Chartres, na França, de que o universo deveria ser visto em sua racionalidade, “[...] estavam criadas as condições favoráveis para o estudo da Medicina nas universidades do século XIII, a mais famosa no setor sendo a de Montpellier” (FRANCO JR., 1986, p. 144).

Apesar da laicização social e cultural do século XIII, o curso universitário mais prestigiado daquele momento era o de Teologia, sobretudo o de Paris. Era uma área em que se mantinha a base de conhecimentos dos séculos anteriores, pois a então chamada *sacra doctrina* era fundamentada nas revelações feitas

direta ou indiretamente por Deus e pelos ensinamentos da Bíblia ou dos concílios católicos.

Grandes nomes de figuras eclesiásticas lançaram ideias norteadoras do pensamento filosófico daquele momento, como Santo Anselmo. Esse teólogo, filósofo e monge beneditino, adepto das ideias de Santo Agostinho, acreditava que a fé tinha prioridade sobre o conhecimento, pois dela partiria a investigação filosófica. O também filósofo e teólogo Pedro Abelardo, pelo seu conceitualismo, acreditava que a racionalidade elucidava a fé. Mais tarde, o frade São Tomás de Aquino conseguiu alinhar o aristotelismo ao cristianismo, adequando o pensamento da Igreja às condições socioculturais daquela época. Conhecido e admirado por suas Sumas, consideradas milagres pelo papa, Tomás de Aquino chegou a ser canonizado. Alguns anos antes, ele foi também homenageado por Dante Alighieri em sua obra *Divina Comédia*, alcançando a harmonização e o equilíbrio entre a fé e a razão, concretizando um antigo anseio da cultura cristã. Na obra, Tomás de Aquino é colocado no Paraíso como figura de destaque e liderança na área da Teologia.

As atividades de ensino e a literatura, bem como muitos outros aspectos da vida das pessoas, recebiam muitas influências dos dogmas católicos. Resultados positivos eram o saldo dessas atividades de ensino, ao se cultivar uma mentalidade cujo objetivo era alcançar bons modelos de comportamento e de conduta, beneficiando a sociedade como um todo. O mesmo ocorreu com a cavalaria que, aos poucos, passava a ser composta por cavaleiros dotados de atributos que deveriam atender a mesma sociedade. No item que se segue, esses e outros fatos serão mais bem explicitados.

## 2. FORMAÇÃO DA FORÇA MILITAR

O Feudalismo, aos poucos, consolidava-se na Europa Ocidental após o enfraquecimento do Império Romano do Ocidente. Seu período de formação e maior desenvolvimento ocorreu entre os séculos V e X, formando o que conhecemos como Alta Idade Média.

[...] após o esfacelamento político do Império Romano do Ocidente pós 476 d.C. e o estabelecimento paulatino de uma Europa Ocidental fortemente moldada em reinos sob bases galo-romano-germânicas assiste-se no século VIII a ascensão de Carlos Magno a rei dos francos (771) e posteriormente imperador do Sacro Império (800) (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 121).

Durante esse período, a Europa Ocidental passou por um processo de estabilização de algumas relações sociais, econômicas e militares. Essas relações, devido à sua grande relevância, se instauraram como instituições atuantes, modelos de comportamento e de organização durante o Feudalismo.

O rei, representante da autoridade central a partir da queda do Império do Ocidente, confiava (ou deixava parecer que o fazia) as regiões do reino, de cuja defesa não podia encarregar-se, a senhores que, por sua vez, as repartiam entre tantos vassalos distintos quantos os pontos a cuja defesa não podiam eles mesmos atender. Constituiu-se, assim, espontaneamente, a hierarquia feudal: rei, duque, marquês, conde, visconde, barão etc. (LINS, 1970, p. 88).

Esses combatentes, inicialmente, pertenciam a uma restrita elite de linhagens antigas, em geral, de altos servidores carolíngios. Porém, as invasões de terras que sucediam nos séculos IX e X, ampliavam a necessidade de reforços, levando à convocação de indivíduos que não pertenciam à nobreza. Os *milites* ou cavaleiros, formavam a cavalaria e as técnicas militares que prevaleciam na época:

É a instituição, tipicamente feudal, da cavalaria ou conjunto de normas, regras e preceitos, a que devia satisfazer um guerreiro para tornar-se apto a cumprir, de modo completo, os deveres militares dessa época de guerras defensivas [...] Considerá-la-emos em França em sua fase mais característica – o século XII, em que fora sistematizada pela Igreja, a qual, com sua costumeira habilidade e sabedoria, procurou, através dela,

abrandar e disciplinar os turbulentos e ferozes homens medievos (LINS, 1970, p. 92).

Os combatentes serviam ao *dominus*, o senhor proprietário de uma vastidão de terras, ou de um castelo, espaço centralizador de todo o poder de comando e defesa da região. No período de invasões bárbaras, era o poder de comando do chefe militar. Sendo da nobreza ou não, o fato é que o ato de se tornar um cavaleiro transfigurava-se em um *status* social de prestígio, além de uma espécie de elevação espiritual. A Igreja, mais uma vez, exercendo sua influência, desta vez sobre essa força em ascensão, passou a cristianizar o título, de forma que deveria ser adquirido mediante uma importante cerimônia sacramental, intitulada 'adubamento':

Entre os séculos XII e XIII, tal sentimento de pertencimento a um grupo seletivo, apoiado em um primeiro momento pelas intenções da Igreja em efetivar sua proposta ideológica de criação de uma cristandade, leva à formação em grande parte da Europa Ocidental, de um *esprit de corps*, em que o nobre guerreiro a cavalo se transforma em um *miles christianus*. Para se alcançar, porém, esta fusão identitária, recorre-se à Literatura, propagadora de modelos comportamentais (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 119).

É válido acrescentar que, "[...] ao regulamentá-la, associando a ideia de obrigações morais à de deveres militares, elevou a Igreja a Cavalaria a uma espécie de *oitavo sacramento*, não lhe sendo fácil a tarefa de plasmar em cavaleiro cristão o rude homem feudal [...]" (GAUTIER, 1896, p. 26, apud LINS, 1970, p. 95)

Durante a Idade Média, a França era o centro que dirigia e coordenava todo o movimento social e político do Ocidente. Sua relação com o restante do Ocidente, ainda se consolidava através de diversos acontecimentos, conforme explica Lins:

Protegeu-o contra o islamismo, não só através de Carlos Martelo e Carlos Magno, mas ainda, através das Cruzadas [...]; acelerou, através de Carlos Magno e seus barões e sucessores, a assimilação da Germânia e da Inglaterra; foi, enfim, o país onde, de modo mais completo, se estabeleceu a Cavalaria e se operou a evolução social de que resultou a emancipação das classes proletárias (LINS, 1970, p. 92).

Uma dessas instituições de vital importância foi a relação conhecida como suserania e vassalagem, que remete à relação germânica de *comitatus*, referente ao elo de confiança e fidelidade militar entre o líder guerreiro germânico e seus combatentes. Havia, nesse caso, o juramento de fidelidade dos comandados ao líder guerreiro, que usufruía de todos os direitos, assegurando àqueles a divisão de conquistas militares. Estabelecia-se, assim, um contrato exclusivamente verbal, o ‘costume’ referente à palavra de honra dos envolvidos nesse acordo, chamado de ‘relação consuetudinária’, uma parceria indispensável para guerrear contra as invasões que ocorriam:

Uma das principais estruturas políticas e sociais que possibilitaram ao franco transformar seu reino em um império referendado pela sagração papal prende-se à reutilização dos *comites palatini*, isto é, não mais simplesmente um título honorífico, à época romana, mas sim trazendo consigo implicações jurídicas, administrativas e também militares. Uma das razões para a associação desse grupo às obrigações bélicas assenta-se no fato de que, entre os séculos VIII e IX, boa parte da Europa Ocidental sofre com os ataques de vikings, magiares e sarracenos, o que demanda, como contramedida, a preparação de milícias prontas a repeli-los (ZIERER, BRAGANÇA JR, 2017, p. 121).

Após o século V, a dominação romana chegava ao fim e os povos de origem germânica expugnavam os territórios europeus, e dessa forma o *comitatus* se espalhava pelo continente, estabelecendo-se como a principal relação militar naquelas circunstâncias. A prática germânica do *comitatus* e as características da cultura romana, como a religião católica e o latim, além do cenário de fragmentação política, após o século V, davam vida à relação de suserania e vassalagem, uma espécie de contrato militar que se instituía apenas entre nobres, formando uma cadeia de comando na hierarquia militar. Lins (1970, p. 91) explica que “[...] era o vassalo um soldado em toda a força do termo, isto é, um cavaleiro, constituindo a capacidade de combater a cavalo, armado de espada, lança e escudo, a condição básica para o ingresso na hierarquia feudal”.

Essa relação era vitalícia e sua característica de hereditariedade, aos poucos, foi ganhando espaço pela Europa, a partir do início do século XI. A suserania e a vassalagem representavam uma dupla promessa, na qual haveria reciprocidade entre as partes envolvidas. Isso ocasionou uma série de

consequências sobre a estrutura política medieval, intensificando a fragmentação política. Nas regiões pertencentes ao Sacro Império, os bispos, como senhores feudais e dignitários da Igreja, participavam ativa e precisamente da vida política do Império, oscilando suas decisões entre a casa imperial e as decisões papais. Já os nobres atuavam nos campos jurídico e militar, alternando suas ações entre o clero e o império, conforme as necessidades políticas desses poderes.

Muitas virtudes eram consideradas indispensáveis para servir como cavaleiro, tais como bravura, coragem, devotamento, respeito da palavra dada e lealdade. Sobre esta última, Lins (1970) observa: “Compreende-se, facilmente, a importância dessa virtude numa sociedade, como a feudal, porquanto assentava na proteção e devoção recíprocos, que uniam o senhor e seus vassallos. Tão fortes eram esses laços que suplantavam até os do próprio sangue” (LINS, 1970, p. 97).

Os laços feudo-vassálicos, de caráter essencialmente agrário daquela sociedade, eram formados de acordo com as necessidades existentes das partes envolvidas. A terra concedida, com seus respectivos camponeses era, a partir desse ‘contrato’, a fonte de sustento do vassallo. Contudo, não havia apenas doação de terras. O feudo dado pelo suserano poderia ser a concessão de um cargo, o direito de cobrar taxas, de receber remunerações e pagamentos em moedas, ou produtos. Em troca do benefício, o vassallo devia o *consilium*<sup>5</sup>, de ordem jurídica e o *auxilium*<sup>6</sup>, de ordem militar e econômica:

Nada mais natural, pois, que a hierarquia assim surgida da proteção e devotamento recíprocos, entre um senhor e seus homens, prosseguisse entre ele e outro senhor mais poderoso, o qual reunia sob sua autoridade, sempre pelos liames de proteção e devotamento mútuos, não só seus vassallos e servos imediatos, mas outros senhores que, conservando intacta sua autoridade sobre os seus próprios súditos, se tornavam, eles mesmos, homens de um suserano superior. Ligava-se este último, por seu turno, sempre através dos mesmos laços, a um senhor ainda mais importante e assim continuava a superposição de feudos até chegar ao suserano dos suseranos – o rei, chefe do feudo supremo (FUNCK-BRENTANO, 1922, p. 19 *apud* LINS, 1970, p. 90).

---

<sup>5</sup> **Consilium:** obrigação de apoio político.

<sup>6</sup> **Auxilium:** obrigação de assistência militar.

Vale lembrar que a história do Rei Artur, em *A demanda do Santo Graal*, esclarece essas relações políticas estabelecidas pela nobreza. No reino de Camelote, onde habitava o rei e seus cavaleiros, a importância dessas relações foram fundamentais para a formação dos territórios e das relações políticas, a partir da nobreza, consolidou-se a divisão entre suseranos e vassalos. Na sociedade estamental, a nobreza era a classe social que, além de administrar as terras ou feudos (que eram a principal unidade econômica e de produção do homem medieval), também estava à frente das guerras e batalhas, formando os exércitos em defesa de seus reinos. Esse era o feudalismo.

Para governar suas terras, o nobre precisava doá-las, distribuindo porções entre a própria nobreza para que pudesse administrá-las. É daí que se inicia essa relação: o suserano doa a terra para seu vassalo e convoca um membro da nobreza para receber a doação, em troca de proteção do vassalo ao suserano e seu feudo. A proteção também pode ocorrer de forma contrária, ou seja, do suserano ao vassalo por meio de vários auxílios, conhecidos pela relação auxílio-concílio, de forma que ambos sempre deveriam agir de acordo e se auxiliarem entre si, efetivando um consenso, um acordo mútuo entre as partes. O mesmo suserano poderia ter esse tipo de contrato de fidelidade com vários vassalos, assim como cada vassalo poderia ter outros vassalos para ajudá-lo, formando uma complexa rede de relações. Os servos, por serem simples trabalhadores do manso servil e não fazerem parte da nobreza, não compartilhavam dessas relações.

Quando o rei Artur concedia o título de nobreza a um de seus cavaleiros, havia uma cerimônia e um acordo que se estabelecia por toda a vida. O vassalo prometia obediência eterna ao seu suserano durante a homenagem, com símbolos e gestos que constituíam uma verdadeira liturgia e os votos de fidelidade e reciprocidade eram proferidos por ambos. No final, o cavaleiro recebia a investidura<sup>7</sup> da parte do suserano, espécie de documento que comprovava a relação de honra estabelecida entre ambos, não excetuando-se a fidelidade aos preceitos cristãos e, conseqüentemente, à Igreja:

É criada uma 'ética cavaleiresca', baseando-se no serviço à Igreja, na defesa dos *pauperes* (todos aqueles considerados

---

<sup>7</sup> **Investidura:** documento que representava a cessão de terra ou cargo do suserano ao vassalo em troca de um juramento de fidelidade.

indefesos) que levará o cavaleiro até o sacrifício de sua própria vida. É com esse espírito que vão ocorrer as 'Cruzadas' com o objetivo de retomar a Terra Santa dos muçulmanos, mas com propósitos econômicos e sociais. Também é nesse momento que ocorre o surgimento das Ordens Militares, como templários e hospitalários, nas quais os combatentes além de lutar faziam voto de castidade (ZIERER, BRAGANÇA JR., 2017, p. 140).

Os exércitos medievais foram uma hierarquia organizada de forma vertical, começando pelo rei, que não concentrava o poder de seu reino somente para si. Em seguida, vinham os senhores feudais, vassalos do rei, os quais administravam os feudos por ele concedidos. Por sua vez, os senhores feudais convocavam os cavaleiros como seus vassalos e protetores de seus feudos. E os cavaleiros também poderiam convocar escudeiros para auxiliá-los em suas missões. Formava-se, assim, uma forte estrutura de relações entre a nobreza, incluindo marqueses, condes, duques, entre outros. Essas relações, por ocorrerem em uma sociedade patriarcal, se estabeleciam somente entre membros do sexo masculino.

## 2.1 As Cruzadas

É de extrema importância falar das Cruzadas aqui, considerando que a missão dada aos seus participantes, sobretudo, era sagrada e ligada ao cristianismo, especificamente ao catolicismo. A região conhecida como 'Terra Santa' ou Galileia, formada por Israel, Cisjordânia e algumas partes da Jordânia, era o alvo da busca e do resgate de fiéis para que se convertessem ao catolicismo. Aquela região já era (assim como continua sendo) sagrada para outras religiões. Jesus Cristo viveu nessa região, passando ali grande parte de seu ministério. Além disso, é onde acontece a maior parte das histórias bíblicas.

O Santo Sepulcro, localizado em Jerusalém, capital de Israel, recebeu especial atenção dos peregrinos e dos cruzados, por ter sido ali que Jesus foi crucificado e sepultado. Assim como aqueles que se inseriam nas cruzadas imbuídos pelo forte sentimento e desejo cristão de resgatar o sagrado e alcançar remissão dos pecados e ascensão espiritual, ocorria também aos cavaleiros da Távola Redonda em *A demanda do Santo Graal*. Segundo a lenda do cálice sagrado, José de Arimateia era seguidor de Jesus, conforme consta na Bíblia



(livro de João, 19:38). Ele colheu, no vaso santo, o sangue de Jesus, enquanto este ainda estava na Cruz. Em *A demanda*, os cavaleiros cristãos tinham a importante missão de resgatar o cálice sagrado, o Santo Graal, que devolveria paz, vida e prosperidade a Camalote, no reino de Artur. Assim como o Santo Graal, a Terra Santa, o território sagrado, deveria ser resgatado pela Igreja Católica durante as Cruzadas, restabelecendo a paz religiosa e ascensão espiritual aos envolvidos.

Para apreendermos melhor como as expedições militares começaram, buscamos no passado os acontecimentos que contribuíram para o seu advento. É válido lembrar que, por volta do século VI, estando Jerusalém em poder dos persas, a cidade foi retomada no ano de 629, pelo imperador Heráclito e, em 637, os árabes a dominaram. Estes se mostraram tolerantes à convivência com cristãos. Compartilhavam, assim, o mesmo território sagrado em harmonia, cristianismo e islamismo. As disputas territoriais só viriam mais tarde, com a necessidade de retomada da cidade santa pelos cristãos. De acordo com Lins:

Estando, entre os maometanos, confundidos, num só órgão, os dois poderes – temporal e espiritual – foram sempre muito mais tolerantes do que os cristãos, por se achar, entre eles, o ponto de vista religioso mais ou menos subordinado aos interesses políticos, atenta a necessidade em que se encontraram de governar povos altamente evoluídos e que adotavam crenças irreduzíveis (LINS, 1970, p. 239).

Entre os séculos VIII e IX, foi assegurada a proteção muçulmana aos cristãos, no reinado de Carlos Magno, por Harum-Al-Rachid, por meio do acordo denominado 'Protetorado franco do oriente'<sup>8</sup>. Algumas ações tornaram as peregrinações ainda mais frequentes no século X, de forma que fiéis de toda a Europa se dirigiam à Terra Santa. "[...] Carlos Magno fez construir, na cidade santa, um hospital para os peregrinos, uma basílica, uma biblioteca e um mercado, fundações que permaneceram em atividade durante todo o século IX" (LINS, 1970, p. 240).

Lins (1970, p. 238) explica que "A partir de Constantino, que fez construir imensa basílica para abrigar a grota do santo sepulcro [...], tornou-se Jerusalém alvo de incessantes peregrinações [...]". Era o que alimentava, de fato, as

---

<sup>8</sup> **Protetorado franco do oriente:** acordo que garantia a boa convivência entre as religiões no território sagrado, com o intuito de excluir quaisquer conflitos religiosos e territoriais.

venerações direcionadas à Terra Santa desde os séculos iniciais do cristianismo. O autor acrescenta ainda que as romarias continuavam a “[...] apaixonar os fiéis, mesmo depois de haverem as invasões bárbaras e a queda do Império Romano tornado as viagens imensamente difíceis e perigosas” (LINS, 1970, p. 238).

No século XI, o califa Hakem, considerando-se uma encarnação do próprio Messias, passou a perseguir cristãos e judeus, fazendo demolir o santo sepulcro e destruir símbolos cristãos de Jerusalém. Lins (1970, p.240) esclarece que “Restabelecendo, porém, os seus sucessores o regime da mais ampla tolerância, as peregrinações recrudesceram [...]”. A paz novamente estabelecida, começou a ser abalada na segunda metade do século XI, com a invasão dos turcos a grande parte da Ásia, o que ameaçava o império bizantino. Os cristãos encontravam cada vez mais dificuldades para o acesso à cidade de Jerusalém, na Palestina, dominada pelos muçulmanos. O Islamismo expandia-se pela Arábia, norte da África e Ásia, também parte da Europa, principalmente, na Península Ibérica, desde o seu surgimento entre os séculos VII e VIII. Nesse contexto de proselitismo muçulmano, muitos reinos cristãos católicos começavam a travar constantes batalhas com os muçulmanos (islâmicos e mouros).

Diante dos problemas que passavam os membros de todas as camadas sociais na Europa ocidental, as Cruzadas surgiram, mais tarde, como fonte de solução e apaziguamento de muitos conflitos. Não era apenas a condição econômica ou religiosa que necessitava de uma intervenção, mas um conjunto de fatores. A Igreja precisava inibir qualquer risco de decadência de sua força, jurisdição e poder em território europeu, mantendo-se como uma instituição da mais elevada importância do período medieval. Era o momento de confrontar o aumento de territórios dominados por muçulmanos no oriente, reconquistar a região da Terra Santa, e, em função de um bem maior, direcionar e convocar o povo que saqueava terras pertencentes à Igreja. A organização dessas expedições militares católicas buscou, primordialmente, reconquistar territórios ligados a Jerusalém, local de orações, frequentado por cristãos e muçulmanos.

Era clara a idealização de um modelo econômico e social que se estabelecesse em pleno funcionamento e que mantivesse o controle de suas responsabilidades e competências, porém não foi possível manter a ordem, inicialmente pretendida pelo feudalismo. Com a expansão demográfica e

econômica, em meados do século XI, começaram os conflitos entre camponeses e senhores. Havia disputa pelo excedente produzido pelos trabalhadores, e, também, cobranças de novas taxas pelos senhores, além de resistência por parte dos camponeses através de sonegação, fuga e absenteísmo. Houve conflitos também entre as aristocracias clerical e laica, em virtude do desejo de posse pelas riquezas advindas do trabalho dos agricultores e pastores, denominados *laboratores*. Enquanto o clero detinha grandes riquezas, a população de trabalhadores empobrecia e essa desigualdade resultou em revoltas, gerando saques às propriedades, inclusive da Igreja.

Já se tornava visível a presença do Capitalismo comercial entre os séculos IX e X e a Europa ocidental passava por um crescimento demográfico. Ocorria, ao mesmo tempo, um aumento da produção agrícola. Porém, em alguns feudos, o aumento dessa produção não era suficiente para atender às necessidades internas. Em alguns feudos, havia um descompasso entre população e produção de alimentos. Para enfrentar esse problema, os senhores feudais passaram a expulsar de seus feudos o excedente populacional. As pessoas expulsas deslocavam-se para regiões próximas aos feudos, aldeias próximas, florestas e cidades, o que resultou em uma marginalização social. Esse conjunto de fatores levou o Papa Urbano II a convocar a Primeira Cruzada:

Durante muito tempo manteve em segredo seu projeto e só o revelou, após estar cuidadosamente amadurecido, num manifesto solene, durante o Concílio de Clermont-Ferrand, no dia 27 de novembro de 1095. Naquele dia ele convocou a cristandade a pegar em armas para libertar o Santo Sepulcro, para libertar, também, os cristãos do Oriente oprimidos pelo Islã. (GROUSSET, 1965, p. 22).

Por sua estratégica localização geográfica e antecedentes históricos, a França assumia uma função de centro sociológico, religioso e político, que norteava todo o restante do Ocidente. Sendo assim:

Não foi, portanto, sem grande tato que, pretendendo fazer convergir, para uma empresa comum, povos separados por línguas, hábitos e interesses diversos, escolhera Urbano II a França, para aí, no Concílio de Clermont, proclamar, em 1095, a primeira Cruzada: uma vez vitoriosa a ideia em França, sê-lo-ia, imediatamente, em todo o Ocidente (LINS, 1970, p. 242).

A partir do momento em que o Pontífice Urbano II oficializou a primeira Cruzada e a guerra em nome da Cruz, ficou evidente que Deus acolheria aqueles que se inserissem em tal evento. Apesar dos riscos de morte para os combatentes, o Papa Urbano II

Exortou-os a dirigir suas energias assassinas para os infiéis islâmicos, que ocupavam a cidade santa de Jerusalém e o Santo Sepulcro, suposto local de enterro de Jesus. A fim de recuperar para o cristianismo a cidade e a tumba, os guerreiros europeus eram estimulados a embarcar numa guerra justa sob a orientação direta de Deus (BAIGENT; LEIGH, 2001, p. 20).

Clamava a todos que pudessem aderir ao movimento, com a promessa de colocar sob a proteção da Igreja os bens dos cavaleiros, a remissão dos pecados e o pagamento das dívidas. Assim, muitos criminosos que tinham dívidas terrenas e divinas, pegaram em armas sem grandes dificuldades, animados pela promessa da recompensa divina. Com espírito de penitência, vaidade, ira ou avareza, colocavam-se então francos, latinos e guerreiros de várias origens em guerra, podendo até mesmo ter seus nomes imortalizados em uma cruz perante o êxito, sendo lembrados como heróis pela posteridade. Uma aldeia, riquezas, talvez um castelo ou um reino seria recompensa suficiente para que se derramasse sangue de estranhos ou compatriotas, Lins esclarece que:

E, na verdade, nada mais impressionante, no depoimento dos autores contemporâneos, do que a ralé criminosa que constituía a grande massa dos cruzados: salteadores, assassinos, incendiários, laráprios de toda espécie, adúlteros, perjuros e mulheres de má vida acorrera, aos milhares, ao apelo do Sumo Pontífice, a fim de resgatarem a alma, transferindo, para as nações infiéis, os furores a que habitualmente se entregavam em suas próprias pátrias (LINS, 1970, p. 242).

As Cruzadas aconteceram entre os séculos XI e XIII. Foram expedições armadas, formadas por cristãos e convocadas pela Igreja. Era chegado o momento de romper com o cerco islâmico e recuperar territórios sagrados para o Cristianismo (com destaque para Jerusalém). Naquele momento, a cidade de Jerusalém era dominada pelos muçulmanos. Somam-se oito Cruzadas oficiais, entre tantas outras. Havia também interesses ocultos, como auxiliar o Império Bizantino, que estava sendo pressionado pelos turcos (muçulmanos) em suas fronteiras. Deslocar o excedente populacional necessário para diminuir o

desequilíbrio entre população e produção. Conquistar terras e riquezas no oriente era um dos maiores desejos daqueles que decidiam participar das Cruzadas.

Apesar de o sistema feudal ter alcançado certa estabilidade tempos depois das invasões bárbaras, o crescimento populacional já não tinha controle, sendo por isso necessário expandir a produção de alimentos e outros recursos em novas porções de terras. Não havendo terra suficiente para os descendentes dos senhores, apenas os primogênitos as herdavam, enquanto os demais filhos de senhores donos de terras deveriam buscar outras fontes de recursos para sua sobrevivência, até mesmo na criminalidade, saqueando propriedades. As Cruzadas trouxeram um vislumbre de novas conquistas tanto para esses nobres quanto para comerciantes, que percebiam nesse movimento uma abertura para contatos comerciais entre o ocidente e o oriente, pelo Mar Mediterrâneo, o que mais tarde levaria ao Renascimento comercial. Muitas eram as expectativas sobre os movimentos cruzadísticos:

Numa sociedade conturbada, ainda mal estabelecida, cheia de energia, a remissão dos pecados concedida aos cruzados pela Igreja permitiu um retorno ao estado de pureza e garantiu um pretexto moral a muitas consciências transtornadas, a aventureiros e malfeitores [...]. Mesmo entre os barões, a promessa de 1095 transformou-se, rapidamente, na mais lucrativa das aventuras (GROUSSET, 1965, p. 24).

Todas as classes sociais buscavam por novas terras com esses interesses, mas o maior propósito, que era o que a Igreja pregava a todos os que se inseriam nessa empreitada, era o de obter a salvação divina, algo muito mais valioso que transcendia e superava as riquezas da vida terrena. O movimento das Cruzadas não esteve o tempo todo sob o controle da Igreja, deslocando-se, também, para o Oriente Médio e para a Península Ibérica milhares de membros da aristocracia laica nos séculos XI a XIII, impulsionando descendentes a participar de lutas que, muitas vezes, não trouxeram os resultados desejados:

Um exemplo famoso temos em Dante, que em princípios do século XIV ainda celebrava o fato de seu trisavô, cerca de 160 anos antes, ter sido cruzado. Contudo, em termos práticos isso em nada tinha alterado a frágil situação da família Alighieri, cada vez mais enfraquecida política e economicamente. De fato, muitas famílias nobres dilapidaram seu patrimônio para participarem das Cruzadas, na esperança de através delas

obterem senhorios maiores do que os que possuíam. Muitas outras linhagens simplesmente desapareceram, em função da morte (na luta ou em viagem) de seus representantes masculinos (FRANCO JR., 1986, p. 78-79).

Com o passar do tempo, a sociedade, outrora estruturada em ordens, foi ganhando dinamismo, afetando inclusive a aristocracia que, ao perder suas terras, se deslocava para as cidades ou para as cortes, ou se adaptavam a um modo de vida mais simples. Havia, ainda, a possibilidade de recuperação de posição social para essas famílias através de casamentos arranjados, o que também contribuía para a mobilidade social daquele momento. Em virtude da decadência aristocrática, novos grupos sociais emergiam. Camponeses fugiam ou compravam sua liberdade e os senhores feudais sustentavam suas famílias com os ganhos obtidos sobre a libertação de trabalhadores, muitas vezes, partindo para as Cruzadas, na busca de mais recursos.

[...] uma multidão inumerável pôs-se a convergir do mundo inteiro para o sepulcro do Salvador em Jerusalém; ninguém, antes, poderia ter previsto uma tal afluência. Primeiramente foram as pessoas das classes inferiores, depois as do povo médio, depois todos os maiores reis, condes, marqueses, prelados; enfim, o que nunca havia acontecido, muitas mulheres, as mais nobres com as mais pobres, dirigiram-se ali (SÁNCHEZ, 2000, p. 80, Raul Glaber, apud Duby, op. cit., p. 173-5).

O espírito de conquista tomava conta das pessoas e todos almejavam, de certa forma, se beneficiar com o advento das Cruzadas. A nobreza, poderia expandir suas riquezas, a burguesia, ampliar suas atividades mercantis e, os camponeses, recomeçariam suas vidas. Era o vislumbre de uma nova vida na Terra ou, talvez, de uma existência melhor do que a que se vivia no mundo material, através da salvação espiritual.

### **2.1.2 As Cruzadas, as peregrinações e suas representações em *A demanda do Santo Graal***

Sendo parte inerente da chamada Guerra Santa, o conjunto de expedições a Jerusalém só ganhou o nome de Cruzadas, no decorrer do século XIII. De finalidade essencialmente religiosa, além de visar o resgate do Santo Sepulcro, confrontava os heréticos, os infiéis e pagãos. De teor quase

sacramental, o termo 'Cruzada' surgiu a partir da palavra 'cruz', que também inspiraria o símbolo que representaria as lutas, pelas quais se embrenharam milhares de cristãos e não cristãos, em busca de algo que trouxesse ascensão material ou espiritual:

[...] o próprio emblema que deu origem ao termo cruzada: a cruz, costurada nas vestes, sobre o ombro direito, ou sobre o peito. Este é, sem dúvida, o sinal mais característico desse movimento, tanto pela sua repetida presença, quanto pelo valor representativo nele implícito. Era o testemunho visível e público do engajamento individual e particular na empreitada divina. [...] o ato de revestir-se com a insígnia da cruz equivalia a uma garantia do cumprimento da missão, como se fora uma assinatura no contrato feito entre o indivíduo e Deus (MELLO, 1989, p. 7).

Além de identificar os cruzados, a cruz também era símbolo muito presente nas vestes e ferramentas de combate dos cavaleiros da Távola Redonda, em *A demanda do Santo Graal*, aludindo a Cristo crucificado e, quem o levava consigo, estava claramente agindo com propósitos cristãos. Além disso, a adoção do *signum crucis*, “[...] tinha suas raízes no próprio Evangelho, onde vemos Cristo exortando aqueles que ouviam seus ensinamentos a ‘renunciar a si mesmos, a tomar a cruz e segui-lo’” (MELLO, 1989, p. 7).

O voto era solene e público, o indivíduo se comprometia a participar do resgate dos lugares santos. A quebra do voto, além de comprometer o sucesso da missão, poderia acarretar sanções eclesiais e, por outro lado, morrer em combate em defesa da Igreja e dos ideais cristãos nas Cruzadas, atitude que significava a salvação eterna. Esse fato é retratado e pode ser facilmente percebido em várias passagens, ao longo da novela em questão. Inúmeros cavaleiros, em missão cristã, na busca pelo cálice sagrado, perdiam suas vidas em combate, na certeza de sua ascensão espiritual e recompensa divina.

Os santuários espalhados pela Europa eram procurados em determinadas épocas, em virtude da moda ou de sua fama. Porém, os mais buscados eram o de Roma, pelas relíquias dos apóstolos Pedro e Paulo e, também, dos mártires. O de Jerusalém, também era muito procurado, porque abrigou o berço da Redenção e do posterior cumprimento das promessas apocalípticas. Este, seria o centro do mundo físico e espiritual, guardando os vestígios da passagem e Paixão de Jesus Cristo:



Lá desenrolar-se-iam os acontecimentos finais da história da humanidade, a luta contra o Anticristo e o Juízo Final, e os redimidos seriam acolhidos na réplica eterna e luminosa da Jerusalém de cal e pedra, a Jerusalém Celeste, a pátria dos eleitos descrita no Livro do Apocalipse (MELLO, 1989, p. 11).

Houve cruzadas pregadas por papas e outras não:

A exclusividade da iniciativa pontifical nesse terreno, bem como na concessão dos privilégios relativos à cruzada, só veio a afirmar-se em definitivo no decorrer do século XIII, no pontificado de Inocêncio IV [...]. Assim continuamos chamando cruzadas empresas não decretadas pela Igreja e nem apoiadas por ela, como a cruzada popular de Pedro, o Eremita, as cruzadas infantis do século XIII e a cruzada do excomungado Frederico II de Hohenstaufen, imperador da Alemanha, em 1228 (MELLO, 1989, p. 10).

Jovens cavaleiros europeus encontravam, nessas expedições, a oportunidade para colocar em prática o propósito religioso e habilidade militar. “Porque este, sobretudo, o ideal de cruzada, despertado pelas empreitadas dos séculos anteriores, continuaria vivo ainda por muito tempo, transcendendo mesmo os limites cronológicos da Idade Média” (MELLO, 1989, p. 11). Mesmo após 1270, quando teria ocorrido a última missão desse ciclo de missões direcionadas a Jerusalém, várias outras expedições continuaram a ser arquitetadas com o objetivo de confrontar os mouros na Península Ibérica ou os eslavos pagãos na porção oriental do Santo Império:

O movimento das cruzadas dominou a Europa Ocidental durante aproximadamente dois séculos. Começando em 1095 com a pregação da primeira cruzada por urbano II, que resultou na conquista de Jerusalém, ele prosseguiu no século XII com as cruzadas de 1147 e 1189 e no seguinte com as de 1202, 1217, 1228, 1248 e 1270: ao todo oito expedições, sem incluir as cruzadas infantis de 1212 (MELLO, 1989, p. 10).

Quando o objetivo não era puramente religioso, mas referente ao ideal das cruzadas, muitas vezes ocorriam massacres contra os cruzados, pois geralmente o inimigo apresentava força superior:

Quando não se atiravam em aventuras arriscadas e improfícuas, ou altamente danosas ao delicado equilíbrio político entre os



Estados cristãos e os vizinhos muçulmanos, deixavam-se arrastar para campanhas ambiciosas de algum senhor local, que nada tinham a ver com os interesses maiores da comunidade cristã. A esses inconvenientes não escaparam também as duas cruzadas “oficiais” do século XII, de 1147 e 1189 [...] (MELLO, 1989, p. 39).

Desde a primeira Cruzada, o espírito religioso mantinha-se vivo durante o século XII, apesar de também movimentar interesses escusos, alheios ao seu real objetivo. Os Estados nacionais tinham interesses diferenciados naquela empreitada, o que acabava contaminando o universalismo do movimento:

Os soberanos ocidentais, envolvidos em contínuas disputas, olhavam-se com mútua desconfiança, como Luís VII e Conrado III, ou Ricardo Coração de Leão e Felipe Augusto. O uso de certos privilégios da cruzada, como a criação de taxas especiais, levou-os a encará-la mais como um pretexto para o abastecimento do tesouro real, em constante penúria de fundos. Obviamente tais atitudes geravam críticas e descrédito entre o público cristão (MELLO, 1989, p. 40).

A literatura refletia muito bem o entusiasmo despertado pela ocupação de Jerusalém pelos cruzados, intensificando a afluência de peregrinos para as regiões santas. A *Peregrinação de Carlos Magno a Jerusalém e Constantinopla*, canção de gesta muito conhecida da literatura medieval francesa, representa as viagens realizadas naquelas paragens e circunstâncias. Conta as aventuras do monarca e guerreiro habilidoso que, na companhia de seus doze pares de França, caminha rumo a Jerusalém e combate os muçulmanos em nome da expansão do cristianismo. Na primeira metade do século XII, cavaleiros e monges surgiam como representações de nobreza de caráter do ideal cruzadístico:

Cavaleiros começavam a integrar as fileiras da antiga confraria do Hospital de São Jorge de Jerusalém (Hospitalários) encarregada da acomodação dos peregrinos e, em 1128, no Concílio de Troyes, provavelmente, esboçava-se o estatuto da ordem dos Templários, à qual São Bernardo de Claraval, após alguma hesitação, daria a consagração definitiva no *De Laude Novae Militiae*. Votos de pobreza, obediência e castidade: a sobreposição dos valores cristãos à virtude militar preconizava destarte, na prática, a futura perfeição ideal de Galaad, na *Demanda do Santo Graal* (MELLO, 1989, p. 38).

As expedições militares e as peregrinações de caráter religioso ocorriam simultaneamente durante a primeira e a segunda Cruzada e, muitas vezes, o povo e os homens de armas se misturavam pelo caminho. A multidão de humildes peregrinos caminhava indefesa e, ingenuamente, acabava por atrasar a marcha dos cavaleiros, além de colocarem-se à mercê dos adversários turcos. Devido a esses inconvenientes, “[...] na terceira, mais prudentes, os dirigentes manobraram de forma a evitar sua incorporação aos exércitos, montando, pois, uma expedição exclusivamente militar” (MELLO, 1989, p. 40-41).

A peregrinação era tratada como um evento especial na vida de um cristão medieval e havia todo um ritual minuciosamente planejado, antes de iniciar a viagem. Assim:

[...] com o passar do tempo, a partida foi sendo revestida de todo um ritual litúrgico, do qual faziam parte (como no rito solene da criação de um cavaleiro) a vigília na igreja, o jejum, a assistência à missa pela manhã com a recepção da Eucaristia e, finalmente, a imposição dos instrumentos próprios do peregrino, o bordão e o alforje (como a espada o era do cavaleiro), e das insígnias que o tornariam reconhecível como tal, garantindo-lhe auxílio e proteção ao longo do caminho. Tratava-se, portanto, de um verdadeiro ritual de passagem em que o indivíduo deixava por uns tempos o seu *status* social para transformar-se num peregrino, isto é, um pobre de Cristo (MELLO, 1989, p. 16-17).

Em *A demanda do Santo Graal* ocorre a mesma peregrinação, os cavaleiros da Távola Redonda se embrenhavam pelas florestas, campos e cidades distantes de casa, o reino de Camalote, em busca do cálice sagrado. As viagens penitenciais a Jerusalém, que datavam do século IV, durando muito tempo, chegando às cruzadas, também representavam uma busca de algo sagrado, algo que trouxesse, sobretudo, uma recompensa espiritual. Mesmo após a conquista árabe da Síria e da Palestina no século VI, o fluxo de cristãos à Terra Santa foi mantido ao longo de toda a Alta Idade Média.

Na novela em estudo, encontramos diversas passagens comprovando a grande importância que a nomeação de um cavaleiro poderia representar. Era um ato sacramentado, portanto, a escolha daquele que receberia o título deveria ser bastante meticulosa, garantindo o merecimento de tal honra. Em uma das passagens da novela, o cavaleiro Galaaz, o mais digno do Reino de Camalote, parte para mais uma das aventuras em busca do cálice sagrado. Durante sua

jornada, encontra-se com um escudeiro que lhe implora chorando de joelhos que o torne cavaleiro:

- Ai, senhor! Eu vos rogo, por amor daquele Senhor cujo sinal trazeis em vosso escudo e que em tal sinal recebeu a morte, que me recebais por vosso escudeiro e me façais cavaleiro.

- Amigo - disse Galaaz -, se eu quisesse companhia de escudeiro, não recearia a vossa, mas assim é que afastei de mim meus escudeiros, porque não quero companhia de ninguém, a não ser porventura, se me encontrar assim com alguém que não possa ser diferente.

- Senhor - disse ele -, fazei-me cavaleiro, por Deus, porque vos digo lealmente, segundo Deus, não já para me louvar, que pela ajuda de Deus, será em mim bem empregada a cavalaria, de acordo com a força e a valentia que tenho, e Deus, por sua bondade, me fará bem fazer meus feitos. (MEGALE, 2008, p. 66-67).

Na novela, o Santo Graal restabeleceria a paz, a decência e a dignidade ao reino de Camalote. Nesse episódio, compreendemos que os cristãos também buscavam restabelecer sua dignidade perante a justiça de Deus e dos homens. Peregrinavam almejando enriquecimento espiritual, curas através do contato com elementos sagrados, pagamento de promessas, ou remissão de pecados. Nesse último caso, havia, muitas vezes, a imposição da Igreja, o que levava muitos criminosos a se juntarem aos demais peregrinos, oferecendo-lhes riscos, o que levou o clero, nos séculos XI e XII, a limitar a obrigatoriedade. Além disso, as viagens penitenciais a Jerusalém eram muito difíceis e, portanto, “[...] impostas em casos muito graves, e, assim mesmo, apenas pelo Sumo Pontífice; daí a passagem obrigatória dos peregrinos por Roma (MELLO, 1989, p. 16)”.

Transformações no Ocidente e na política asiática, a partir do final do século XII, contribuíram para dificultar as Cruzadas. As mesmas expedições ao Oriente mantiveram seus objetivos iniciais ainda por muito tempo, a partir do final do século XIII, ultrapassando os limites da Idade Média e perdurando, de forma gradualmente modificada, até o século XIX.

Transformado, não morto, o ideal de cruzada continuou presente nos diversos momentos da história do mundo moderno e contemporâneo. Perdendo o escopo original de resgate do Santo Sepulcro, ou de luta contra os infiéis, que conservou até o século passado, enquanto os turcos permaneceram como uma ameaça à Europa cristã, o deslocamento semântico não lhe tirou, contudo, o sentido essencial, a ideia de libertação. Libertação não mais de Jerusalém e sim dos males que afligem

a humanidade [...]. [...] a tenaz permanência do vocábulo é por si um indicador da harmonia desse ideal, despertado há quase mil anos, com os anseios mais profundos do espírito humano no Ocidente, formado na tradição cristã (MELLO, 1989, p. 58).

Muitas Cruzadas foram realizadas na Europa, em busca dos pagãos e dos hereges albigenses, além daquelas empreendidas contra os muçulmanos. Ocorreram, por exemplo, “[...] no século XIV, contra as populações feiticistas e politeicas da Prússia a fim de obrigá-las a participar da civilização ocidental, convertendo-se ao cristianismo” (LINS, 1970, p. 321). Por fim, entre outras consequências, as Cruzadas viabilizaram o enfraquecimento do Islamismo, o reavivamento da ocidentalidade, a unidade espiritual e a coletividade dos povos europeus, possibilitando maior conexão entre eles, principalmente em situações decisivas.

## **2.2 Desenvolvimento das sociedades europeias durante e após as Cruzadas**

A população e a economia cresciam com o revigoramento das cidades, na medida em que um novo segmento burguês surgia, oriundo da migração do homem do campo para a área urbana, em busca de mais liberdade. Ocorria também a ampliação dos direitos dos vassallos com relação ao senhor feudal.

A redescoberta de Aristóteles retomava o racionalismo nos pensamentos filosóficos. O Direito Romano favorecia mais ao indivíduo que a coletividade. “[...] nas cidades, despontavam novos valores sociais, opostos àqueles coletivistas (interdependência das ordens) e machistas (predominância de um clero celibatário e de guerreiros)” (FRANCO JR., 1986, p. 81).

Cresciam as heresias e expressões de oposição à sociedade feudo-clerical nos séculos XII e XIII. Efetivava-se, ainda, o rompimento de um elo entre o clero e a nobreza por conta de interesses sobre a produção excedente gerada pelo crescimento econômico. Aos poucos, nos séculos XIII e XIV, se estabelecia a classe do proletariado clerical.

Acima de tudo, era em função de sua antifeudalidade e seu anticlericalismo que nas cidades se concentravam todas as formas de marginalidade social. Significativamente, aliás, elas estavam quase sempre entrecruzadas, pois a negação de

qualquer um dos aspectos da sociedade punha automaticamente em risco toda sua estrutura (FRANCO JR., 1986, p. 81).

Essas transformações contribuíam para a consolidação, a partir da Idade Média Central e da alta burguesia, que prosperava e começava a se apropriar de terras, fato que se intensificou na Baixa Idade Média. Os trabalhadores rurais formavam um campesinato livre, evoluindo a uma elite camponesa trabalhadora. Isso ocorria, pois já não havia mais nobres como antes e a peste negra havia dizimado populações de regiões inteiras, o que também possibilitou a aquisição de terras por essa nova classe da população.

Era o caso da exclusividade eclesiástica do sagrado (que os feiticeiros ameaçavam), do regionalismo e do imobilismo dos costumes (que os estrangeiros rompiam), do controle cristão sobre a nova economia de mercado (que via nos judeus concorrentes), dos valores sexuais tradicionais (que os homossexuais desafiavam), da desigual distribuição social das riquezas (que a presença dos pobres delatava). Mas sobretudo, a mais contundente crítica partia dos hereges, ao atacarem o elemento-chave do feudo-clericalismo, o elemento que articulava todos os outros, o catolicismo romano. Ou seja, as heresias dos séculos XII-XIII eram essencialmente movimentos sociais contestadores, que assumiam forma religiosa por serem, é óbvio, produto de seu tempo (FRANCO JR., 1986, p. 81).

No decorrer do século XIV, ocorria a aceleração da transição para a nova estrutura de Capitalismo comercial, causando a desestruturação do sistema feudal. Foi um século marcado pela fome, guerras e propagação de doenças como a peste bubônica, também conhecida como 'peste negra' e pela quantidade de vítimas. Havia alto risco de contaminação de comerciantes da Península Itálica nos portos do Mar Negro e, quando voltavam para a Europa ocidental, levavam a doença para aquela região. Havia ali um terreno propício para o avanço da doença, com uma população desnutrida vivendo em péssimas condições de higiene.

As atividades comerciais na Europa ocidental ganharam intensidade e força, bem como a formação de feiras, trocas monetárias e atividades bancárias. Esse contexto possibilitava o Renascimento urbano, no qual as antigas cidades voltavam a ser ocupadas e revitalizadas. Surgiam novas cidades, denominadas burgos, entre os séculos XIV e XV. Em sua etimologia, 'burgo' vem do

latim *burgus*, que significa 'pequena fortaleza povoada' e, no germânico *burgs*, significa cidadela fortificada. Assim, as novas cidades ou burgos eram cercadas por muralhas e vinculadas aos feudos, sendo controladas por senhores feudais. Eram habitadas pelos chamados burgueses, que se dedicavam à atividade artesanal ou comercial. Essas atividades eram administradas pelas corporações de mercadores, que atendiam aos interesses de comerciantes e pelas corporações de ofício, que atendiam aos interesses de artesãos.

Uma questão sucessória envolvendo a coroa francesa acabou desencadeando a Guerra dos Cem Anos entre a Inglaterra e a França, onde havia uma forte disputa territorial e por rotas comerciais. A Inglaterra invadiu o norte da França, parte de rotas comerciais que levavam à maior feira medieval, a Feira de Flandres. Após sua vitória no conflito, a França, finalmente, se consolidava como Monarquia Nacional. Já na Inglaterra, as famílias Lancaster e York disputavam o trono, que ao final foi conquistado por Henrique de Tudor ou Henrique VII. Ele era da família Tudor e tinha ascendência da família Lancaster e mais tarde viria a se casar com uma moça da família York. Esse casamento unificou as três famílias, pacificando os conflitos na Inglaterra, que se consolidaria então como Monarquia Nacional ao fim da chamada Guerra das duas Rosas. O motivo do nome remete aos brasões das famílias, pois o da Lancaster era uma rosa vermelha e o da família York era uma rosa branca. Da família Tudor era uma rosa vermelha com uma rosa branca sobreposta. Aos poucos via-se a instituição das primeiras monarquias nacionais europeias, como a de Portugal e Espanha, através da Guerra da Reconquista e uma centralização política dos reis.

No próximo capítulo, abordamos a cultura, a produção literária medieval e o seu contexto histórico.

### 3. CONTEXTO HISTÓRICO DA CULTURA E DA LITERATURA MEDIEVAL

Com o revigoramento das cidades e o surgimento de novos valores sociais, além da valorização da mulher e da criança, se intensifica o culto religioso a Virgem Maria a partir do século XII. Na poesia, a mulher era comparada à Virgem, digna de louvores, principalmente nas cantigas líricas trovadorescas. De acordo com Franco Jr., (1986, p.82): “Na literatura desenvolvia-se a lírica cortesã, na qual o trovador reverenciava uma dama, tornada sua ‘senhora’ pelo amor que ele lhe dedicava. Portanto, adoção do vocabulário feudal, rompendo seu sentido primitivo”.

Sobre as mudanças relacionadas ao valor da mulher para a sociedade, o autor esclarece que:

Nas instituições urbanas, e logo nas aristocráticas, passava-se a reconhecer à mulher o direito a uma parte substancial dos bens do marido. No Sul europeu, aceitava-se mesmo sua participação na vida política. O desempenho social das mulheres ganhava peso crescente: em Paris de fins do século XIII, havia cinco ofícios exercidos exclusivamente por elas, que ainda estavam presentes em quase todos os outros (FRANCO JR., 1986, p. 82).

A estrutura cultural da Idade Média, amplamente estudada por Jacques Le Goff, apoiava-se nas relações entre a cultura erudita e a popular, ou cristã e folclórica, ou ainda, clerical e laica. A cultura foi se moldando ao longo do tempo, de acordo com as adaptações necessárias à época. Houve uma destacada clericalização dessa estrutura até o século XII, com variações de acordo com cada local e período, sem, no entanto, retundir totalmente suas características pré-cristãs. Desse modo,

[...] a cultura eclesiástica acolhia elementos folclóricos, pois havia certas estruturas mentais comuns, sobretudo uma certa confusão entre o material e o espiritual, como mostram a crença nos milagres e o culto das relíquias. Depois, o clero precisava realizar certa adaptação cultural para ter sua tarefa evangelizadora facilitada. De outro lado, sua postura predominante era de recusa à cultura folclórica, destruindo templos e eliminando temas, sobrepondo práticas, monumentos e temáticas cristãs aos correspondentes pagãos, desfigurando manifestações folclóricas ao mudar seu significado (FRANCO JR., 1986, p. 127 apud LE GOFF, 1973, p. 211-212).

A Reação Folclórica resgatou nos séculos XII e XIII, os elementos do passado que enriqueceram a cultura laica e humanista para a Modernidade. Na

Primeira Idade Média, o acesso à cultura não era igual para todas as camadas sociais, uma realidade sociocultural que abarcava laicos e clérigos. Os problemas advindos da herança greco-romana, sobretudo concernentes à política, à economia e ao enrijecimento social, refletiam na cultura eclesiástica daquele momento, enquanto a cultura laica retrocedia em sua insegurança espiritual e material. A associação a elementos bárbaros fomentava uma mentalidade pré-romana, tradicional:

[...] o fosso cultural estava especialmente na oposição entre o caráter ambíguo da cultura folclórica (que via forças simultaneamente boas e más) e o caráter algo “racionalista” da cultura aristocrática greco-romana, com um dualismo separador do bem e do mal, do verdadeiro e do falso” (FRANCO JR., 1986, p. 127 apud LE GOFF, 1973, p. 211- 212).

A Igreja monopolizou a cultura intelectual com vistas ao culto, a educação se restringia a clérigos, que tinham acesso a uma vasta gama de ensinamentos abrangentes, os conhecimentos gerais e as artes, chegando à Teologia, considerada o saber essencial da Idade Média, com dedicação exclusiva dos clérigos, por toda uma vida. Franco Jr. Esclarece que:

De fato, predominava a concepção de que a meta do homem era o reino de Deus e de que a Revelação estava contida nas Sagradas Escrituras. Dessa forma, não se observava a natureza para se deduzir explicações ou levantar hipóteses, mas para se ver os símbolos dos desígnios de Deus (FRANCO JR., 1986, p. 128).

A Ciência, bem como a literatura, também passava por interferências da Igreja, que lhe atribuía um aspecto simbólico, sempre ligado a fundamentos cristãos, de acordo com o autor:

A Botânica e a Mineralogia reduziam-se a tratados descrevendo plantas e pedras, quase sempre vistas como dotadas de aspectos mágicos. A Medicina estava limitada pela ideia de que o doente é um pecador cuja cura residia na atuação da Igreja (orações, exorcismos, etc.). A literatura naturalmente também foi influenciada por aquela tendência de preservar e cristianizar obra antigas, mais do que criar (FRANCO JR., 1986, p. 128).

Na filosofia, a corrente patrística negava o paganismo, procurando provar que a doutrina cristã não conflitava com a razão. Seus pensamentos alicerçavam-se na filosofia grega, destacando o platonismo, que se harmonizava



ao cristianismo. Santo Agostinho era a figura de destaque dessa corrente filosófica e conseguiu deixar uma forte impressão de suas quatro principais ideias durante a Idade Média:

Primeira delas, a refutação do ceticismo “[...] quem não existe não pode se enganar, por isso se me engano, existo” [...] e se antecipava Descartes (“penso, logo existo”) em mil e duzentos anos. Segunda, a negação do mal. Sendo Deus a causa de todas as coisas, elas são naturalmente boas. É verdade que elas podem se corromper, mas só se corrompem porque são boas [...]. Terceira, a teoria da graça [...] Existe o livre-arbítrio (isto é, a liberdade de o homem fazer seu destino), porém, pela graça divina [...]. Quarta, a concepção da Cidade de Deus, título de sua principal obra. Nela temos a completa simbiose platonismo-Cristianismo [...] (FRANCO JR., 1986, p. 130).

A terceira ideia supracitada de Santo Agostinho teve grande influência durante aquele período, uma vez que antecipava um elemento crucial do protestantismo, o qual Calvino viu acontecer 11 séculos mais tarde. Segundo essa concepção, os portadores da graça divina usam seu livre-arbítrio para a prática do bem. Já os que não a possuem, o usam para a prática do mal, é pela graça que se adquire a liberdade e não o contrário. A quarta ideia também teve grande influência durante aquele período, por amparar o dualismo ‘mundo material / mundo espiritual’; ‘Cidade do Diabo / Cidade de Deus’, dualidades pertencentes ao cristianismo primitivo. A aceitação cristã da existência de uma Jerusalém terrena e outra celeste, se harmonizava com o ‘mundo das ideias’ de Platão, no qual a realidade concreta é concebida como uma réplica imperfeita da realidade transcendente: “Da relação entre estas duas esferas decorria a teologia da História que rompia a circularidade do tempo concebido pelos pagãos e professava a linearidade, com a Criação, a Redenção, o Apocalipse” (FRANCO JR, 1986, p. 130).

Surge, então, a confirmação da ideia sempre presente na Idade Média de que o homem é um peregrino na Terra, caminhando rumo ao Reino Celeste. A preocupação, daí por diante, teve origem dessa relação, da caminhada e suas etapas. Os homens do medievo, por vários momentos, mostravam-se obcecados pela ideia da proximidade do Juízo Final, com base no texto bíblico referente ao período de mil anos em que a Terra seria reinada por Cristo junto aos justos.

Na transição do século VIII para o século IX, se instaurava na cultura ocidental cristã o Renascimento Carolíngio, com referência a Carlos Magno.

Havia naquele momento uma estreita relação entre Estado e Igreja, e isso facilitava o estímulo à produção cultural e educacional, principalmente nas áreas sob o domínio do Império Carolíngio.

O aperfeiçoamento da educação de clérigos em escolas monásticas e, até mesmo, em uma escola instalada no palácio imperial, traria vantagens à Igreja e ao Império. Eram os monges os primeiros a exercer diversas ocupações profissionais, por deterem os maiores conhecimentos em diversas áreas e serem os grandes estudiosos da época. A arquitetura, a música, a medicina, entre outras disciplinas e a literatura, também obedeciam ao mesmo esquema. Era de suma importância, para um bem geral, que se preservasse o máximo possível da literatura medieval, e, como não havia bibliotecas fora dos conventos e mosteiros, estava nas mãos dos monges a nobre ação de continuar a produzir e reproduzir as necessárias obras literárias:

Eram ainda os mosteiros depósitos seguros e abundantes de livros, sendo monges os autores de quase todas as crônicas da Idade Média e, graças, em grande parte, a eles, foram conservados os conhecimentos humanos até então acumulados, assim como os clássicos latinos vindos até nós (LINS, 1970, p. 76).

Para a preservação de obras literárias consideradas essenciais aos estudos, os copistas dos mosteiros lançavam mão da minúscula carolíngia, uma grafia padronizada criada no mosteiro Saint Martin de Tours, que permitia a produção de cópias das obras com maior agilidade. “Sem dúvida, aquele novo tipo de letra foi uma condição importante para o desenvolvimento futuro, no Ocidente, de uma civilização baseada na palavra escrita” (FRANCO JR., 1986, p. 132).

Dessa forma, a cultura foi construída, contribuindo à formação de imensas bibliotecas dos mosteiros:

Assim, quase toda Igreja de importância média tinha uns 200 ou 300 livros, enquanto o mosteiro de Fulda, na Alemanha, devia parte de seu prestígio ao fato de possuir cerca de mil volumes. Formaram-se desta maneira diversos reservatórios de cultura, nos quais os séculos seguintes iriam frequentemente beber (FRANCO JÚNIOR, 1986, p. 131).

O latim era a língua dos clérigos e dos copistas, porém os laicos, apesar de compreendê-la, comunicavam-se pelos dialetos derivados do latim bárbaro ou do germânico, que eram chamados ‘vulgares’, com alusão ao povo leigo.

A literatura naturalmente também foi influenciada por aquela tendência de preservar e cristianizar obras antigas, mais do que criar. Não havia preocupação com originalidade, apenas com a conservação da literatura clássica através de cópias realizadas nos *scriptoria* monásticos<sup>9</sup>. Utilizava-se somente o latim – pois o idioma germânico não tinha tradição literária – porém já alterado, empobrecido como toda a cultura da época (FRANCO JR., 1986, p. 128).

Sobre os gêneros literários que tiveram maior alcance e ganharam espaços consideráveis nas bibliotecas, de acordo com o autor:

Três gêneros destacavam-se, um romano, outro cristão e outro já tipicamente medieval. No primeiro, obras de caráter histórico, destacaram-se Gregório de Tours e Beda, o Venerável. O segundo tipo, as hagiografias, de grande sucesso em toda a Idade Média, reuniam elementos da literatura biográfica romana, dos relatos folclóricos e das tradições cristãs. Por fim, dentre as obras enciclopédicas, as sumas do conhecimento da época, que serviriam de modelo para inúmeras outras nos séculos seguintes, lembremos as *Etymologiae* de Isidoro de Sevilha (570-636) e a *De natura rerum* de Beda (675-735) (FRANCO JR., 1986, p. 128).

Foi o Concílio de Tours, em 813, que passou a recomendar ao clero que pregasse em língua vulgar, românica ou germânica. Essa evolução sociocultural do latim e da comunicação foi finalmente reconhecida, e, a partir dela, surgiram as línguas nacionais. O Renascimento Carolíngio exerceu um papel fundamental para a cultura medieval, além de incluir um texto bíblico único, mais completo, organizado e com traduções adequadas, um trabalho minucioso empreendido por Alcuíno (735-804).

Ele se baseou para tanto na versão conhecida como *Vulgata*, estabelecida por São Jerônimo no século IV. Eliminando interpolações, revendo a tradução, corrigindo passagens, reconstituiu o texto que foi geralmente aceito pela Idade Média. Da mesma forma, a pedido de Carlos Magno, reviu as obras litúrgicas, preparando o fim da diversidade de ritos existentes na Cristandade Latina. (FRANCO JR., 1986, p. 132).

---

<sup>9</sup> **Scriptoria monásticos:** escritas produzidas pelos monges.

Na Idade Média Central houve a Reação Folclórica e no lugar da cultura clerical, destacou-se a cultura laica. A recém-formada camada de cavaleiros buscava sua identidade coletiva nas tradições folclóricas e, por fazerem parte da nobreza, procuravam representar as antigas linhagens, as quais desde o período carolíngio aderiam à cultura clerical. O folclore se afirmava como meio de afirmação psíquica e material para a elite laica, num momento em que os progressos econômicos colocavam as aristocracias (laica e eclesiástica) em disputa pelo excedente agrícola. Não só a elite laica recorria aos elementos folclóricos, como também o campesinato, que sempre se mantivera ligado à cultura tradicional. Era a folclorização se expandindo entre grupos eclesiásticos e laicos e suas subdivisões:

Assim como nos séculos anteriores ocorrera a clericalização de muitos elementos folclóricos, agora dava-se a folclorização de elementos cristãos e mesmo de simples eventos. O Cristianismo, ao dessacralizar a natureza (que não se identificava mais com as divindades pagãs), tinha marcado nova etapa no pensamento racionalista, e nesse sentido a oposição folclórica representou a resistência de outro sistema mental, de outra lógica, a do “pensamento selvagem” (FRANCO JR., 1986, p. 133; LE GOFF, 1973, p. 215).

Um exemplo desse processo de folclorização foi documentado, estudado e narrado pelo frade dominicano Jean-Claude Schmitt, em 1257. O caso ocorrido na diocese de Lyon foi de um nobre que matou seu cão equivocadamente, por pensar que este havia devorado uma criança, quando na verdade defendera a criança do ataque de uma serpente. Quando o nobre descobriu a verdade, talvez por remorso e para compensar seu ato equivocado, enterrou o cão num poço em frente ao seu castelo e ali foram plantadas árvores em memória ao ocorrido. O castelo, mais tarde, foi derrubado ‘por vontade divina’ e a região ficou desabitada. Mesmo assim, camponeses iam ao local prestar culto ao cão mártir e pedir intercessão para causas diversas, principalmente quando envolviam crianças doentes. O mesmo frade que narrou os fatos discordava de tal culto e chegou a queimar o corpo do animal e as árvores consideradas sagradas, próximas ao túmulo, ameaçando punir quem continuasse a cultuá-lo. Porém, “[...] tal culto ao cachorro santo persistiu até fins do século XIX, devido ‘à vontade da comunidade camponesa de se inscrever na História’” (FRANCO JR., 1986, p. 134). Portanto, qualquer manifestação que contrariasse os preceitos religiosos

católicos sofria algum tipo de represália para que os laicos se mantivessem sob seu domínio:

Como o nobre matara um inocente, o cão, e sofrera por isso o castigo divino, outros inocentes, oprimidos, os camponeses, transformaram aquele local deserto em local sagrado. Porém, a repressão desse culto por parte da Igreja, a tentativa de destruí-lo, a identificação do animal com uma encarnação do demônio, a ameaça de confiscar os bens de quem reverenciasse aquele local mostram a camada clerical defendendo sua posição hegemônica naquela sociedade e lembrando aos camponeses que apenas ela podia “fazer História” (FRANCO JR, 1986, p. 134, destaque do autor).

Diante daquela sociedade pouco letrada, as relações entre o clericalismo e o folclore também apresentavam manifestações representativas de suas mensagens e valores através da arte. Era um campo mais privilegiado que a literatura, pois abrangia uma porção maior da população. A arte românica dos séculos XI a XII carregou uma riqueza de informações daquela época, abrangendo as estruturas sociais, políticas e econômicas do Feudalismo, quando o clero dominava. Já a arte gótica, que vigorou entre os séculos XII a XV, revelou em sua estética as transformações de uma sociedade feudo-clerical, apoiando as manifestações culturais populares.

Na literatura, a cultura erudita, mais elitista e com elementos estéticos com maior valor técnico, era apresentada em latim e a cultura popular em vernáculo. Na lírica medieval, os jograis e os goliardos, até o século X, eram artistas profissionais de origem popular que apresentavam uma arte antieclesiástica. Sobre sua poesia, Franco Jr. (1986) esclarece:

[...] tratava-se de uma poesia erudita na língua (latim) mas popular na versificação (rítmica e rimada), na temática (amor, vinho, jogo) e nas fontes (mitologia, folclore). Suas ironias pouco sutis contra a Igreja levaram o Concílio de Salzburgo em fins do século XIII a considerá-los “blasfemos que se proclamam clérigos para o escárnio do clero”. Mas também reservavam suas farpas contra os cavaleiros e os camponeses (FRANCO JR., 1986, p. 137, destaque do autor).

A poesia dos goliardos apresentava uma crítica desvelada àquela sociedade. Já os jograis, apresentavam vários talentos, compunham, cantavam e apresentavam performances corporais nas praças públicas e nos palácios senhoriais:

Na verdade, representavam, à sua maneira, o sentimento nostálgico de uma Idade de Ouro, sentimento que se desenvolvia à medida que avançavam as transformações econômicas e políticas da época. Aliás, um dos temas caros a eles era o da Roda da Fortuna, cíclica, oposta ao conceito linear e progressista típico da visão histórica cristã (FRANCO JR., 1986, p. 137).

A literatura vernácula apresentava gêneros de caráter predominantemente clerical, como as canções de gesta, narrativas épicas em verso. De designação feudal e cristã, essas canções tiveram seu primeiro exemplar por volta de 1100, iniciada pela *Chanson de Roland* (Canção de Rolando), anônima, na qual foi consumada a cristianização do cavaleiro feudal.

[...] a grandiosidade dos poemas puramente medievais (canções de gesta) mostra-nos a *Chanson de Roland*, que perpetua as lutas de Carlos Magno contra os mouros, e o *Poema del Cid*, que é a vida de Cid Ruiz Díaz, o herói nacional de Espanha, composta em versos de estilo bárbaro, com a mais grosseira desigualdade de metro, mas com um calor e vivacidade de colorido verdadeiramente homéricos. A epopeia parece ter sido escrita antes do século XII, quando os feitos do herói eram ainda recentes e antes que o gosto espanhol tivesse sido corrompido pela influência dos trovadores provençais [...] (LINS, 1970, p. 163).

A cerimônia que tornava o indivíduo cavaleiro configurava um ritual quase sagrado, com a mesma importância de um sacramento. O cavaleiro, então, se colocava a serviço de Deus, apto a combater os injustos e infiéis. Nas palavras de Franco Jr. (1986, p. 137): “Enfim, a literatura criava um tipo ideal que a Igreja esperava ver concretizado nas Cruzadas: O herói tornava-se o correspondente laico do santo”.

Já a literatura baseada na ‘matéria da Bretanha’, em contos folclóricos e célticos, apresentou três importantes ciclos. O primeiro, se fundamentava em torno da figura do rei Artur e seus cavaleiros da Távola Redonda. A origem desses personagens pode ter se amparado na História ou mesmo em lendas, mas fato é que estiveram presentes nas narrativas de Chrétien de Troyes (1135-1183), escritas em língua vulgar. “Mais tarde, no século XIII, ocorreu certa clericalização do tema, deslocando-se o eixo da narrativa do rei para o Graal, vaso mágico da mitologia celta transformado no cálice que recolhera o sangue de Cristo na Cruz” (FRANCO JR., 1986, p. 138). O segundo ciclo tinha como

tema o amor de Tristão e Isolda, sentimento casto e puro para os laicos, porém adúltero, portanto, impuro aos olhos da Igreja. O terceiro ciclo remetia a uma coletânea de *lais* bretões, pequenas narrativas rimadas de origem folclórica reunidas pela poeta francesa Marie de France, em 1175.

Outros gêneros coexistiam e conquistavam por suas peculiaridades, como os *fabliaux*, que eram pequenos contos em verso e em língua vulgar, caracterizados pela crítica social. Já a obra *Roman de Renart*, era uma coletânea de contos de diversas autorias, muitas anônimas, apresentando uma riqueza em elementos folclóricos, definida como epopeia heroico-cômica:

De fato, trata-se de uma paródia das canções de gesta e dos romances cortesãos, com os personagens sendo animais – o principal deles sendo a Raposa, que desrespeita todos os interditos e todas as prescrições legais – em situações que ironizam a sociedade feudo-clerical e os homens de maneira geral (FRANCO JR., 1986. p. 138).

No século XII, surgia a lírica trovadoresca entre as ideologias culturais clerical e laica. Exaltava, por um lado, o amor espiritual, em que a impossibilidade do contato físico e ausência do prazer carnal se configurava como penitência. O trovador, em uma posição vassálica, se referia à sua ‘senhora’ amada, em uma alusão ao culto à Virgem Maria. As composições eram interpretadas pelo jogral, um nobre feudal que ajustava sua realidade cultural ao amor, sobre o qual escrevia, considerando-o uma variante da vassalagem, sem, no entanto, espiritualizar esse sentimento por completo. Por outro lado,

[...] o caráter sensual, às vezes declaradamente erótico, aparece com frequência naquela poesia. Seu caráter antimatrimonial colocava-se na perspectiva de oposição à Igreja, que no século XIII instituiu o sacramento do matrimônio objetivando reforçar sua capacidade de controle sobre a sociedade laica (FRANCO JR., 1986, p. 139).

A literatura enciclopédica, desenvolvida no século XIII, objetivou reunir o conhecimento daquela época de forma mais sistematizada em compêndios relacionados a Hagiografias (vidas dos santos), Ciências, Teologia, entre outras áreas de estudo através da literatura. Na literatura vulgar, podemos destacar *Le Roman de la Rose*, de Guilherme de Lorris e continuada por João de Meun:

Enquanto a primeira parte é uma espécie de codificação do conceito de amor na visão trovadoresca, a segunda, a partir da ideia de que o universo é uma construção lógica e inteligível, trata de diversas questões sobre o homem, a sociedade, o mundo e a Divindade (FRANCO JR., 1986, p. 140).

Outro importante exemplar desse tipo de literatura, na época, foi a publicação de *La Divina Commedia* de Dante Alighieri, que apresenta uma visão panorâmica da Idade Média, retratando, em uma longa viagem pelo Inferno, pelo Purgatório e pelo Paraíso, inúmeros personagens da época sobre os quais aborda diversos assuntos. Aliando conhecimentos oficiais daquela época a tradições populares em linguagem vulgar, a obra tinha maior alcance e poderia ser compreendida por um grande número de pessoas, de acordo com Franco Jr. (1986, p. 140): “Era o grande manifesto da laicização da cultura”.

### **3.1 As novelas de Cavalaria e *A demanda do Santo Graal***

A palavra ‘cavalaria’ possui um poder evocativo pleno de significados no imaginário medieval, que ecoa através dos tempos. O jovem que fosse considerado digno de fazer parte da ordem da cavalaria, seria muito mais do que um guerreiro armado sobre um cavalo, tornando-se também símbolo de heroísmo, um defensor dos desamparados e da Igreja. Portanto, por trás dessa palavra, há uma riqueza semântica concernente ao medievo e sua história, período em que a figura do cavaleiro preza por um conjunto de virtudes:

[...] importa salientar que, embora a concepção de cavalaria tenha se firmado no século XII, conformada por circunstâncias históricas precisas, estas sofreram concomitantemente a influência da literatura e de seu idealismo. Outrossim, a novela de cavalaria constitui um dos fatores concorrentes para a composição do ‘mito’ do cavaleiro, ideal de comportamento virtuoso e cristão, possibilitando sua permanência para além do contexto que o criou (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 9).

Estudar a cavalaria é uma forma de mergulhar na história, é conhecer e resgatar os ideais cavaleirescos que, ao longo dos séculos, têm conquistado o público através do cinema, da literatura e outras formas de arte. É compreensível que ela tenha sido tão importante, respeitada e desejada em seu apogeu,



considerando que, dentre seus valores, estava honra, coragem, respeito, defesa dos desvalidos, bondade, honestidade e valentia:

Essa instituição que alcançou o seu ápice no medievo, associada ao desenvolvimento técnico, com o uso contínuo do estribo, fazendo cavalo e cavaleiro indissociáveis, a cota de malha, o desenvolvimento dos escudos, das armaduras, de uma série de armamentos entre os séculos XI-XV que aperfeiçoaram a arte da guerra, apresentava um conjunto de valores, de padrões éticos, códigos de comportamento que deveriam ser utilizados pelos cavaleiros, principalmente membros da nobreza, os quais estabeleciam relações com outros segmentos sociais, com as mulheres e com outros povos não cristãos (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 15).

Desde a civilização mesopotâmica e do Egito Antigo, a presença de guerreiros sobre cavalos pertenceu à História. Entretanto, foi em Roma, com a unificação da classe política e, mais tarde, no período medieval, que se efetivou a noção de classe, de pertencimento a um grupo selecionado de guerreiros a cavalo. Na Idade Média, tendo o Império Romano perdido seu espaço, se expandiam as apropriações de territórios ocidentais pelas tribos germânicas, que se destacavam pela utilização da cavalaria. Carlos Magno desejou expandir seu império e, para isso, recrutou homens de confiança, especialmente da nobreza, para defender territórios recém-conquistados.

A cavalaria medieval regida pela Igreja, garantia uma educação diferenciada aos jovens escolhidos, os quais passavam por um ritual sacro de consagração para serem nomeados cavaleiros. Deveriam combater os inimigos da fé cristã e possuir qualidades morais e comportamentais, que serviriam de exemplo para outros jovens que desejassem seguir os códigos de conduta condizentes com o regulamento eclesiástico oficial. Era necessário disseminar e marcar cultural e historicamente os padrões desejáveis de cavaleiro:

Para a veiculação e mesmo propaganda deste modelo, a Literatura era fundamental e foi decisiva e os romances de cavalaria passaram a ser instrumentos culturais em uso pelo clero, pelo menos em um primeiro momento, a fim de se disciplinar, organizar e canalizar as forças inatas daqueles jovens em prol dos desígnios da igreja (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 18).

Foi a partir do século XIII que o acesso à ordem da cavalaria ficou restrito à nobreza. No campo literário, fazia-se referência aos seus membros como portadores de 'sangue nobre', pertencentes a uma linhagem ligada a virtudes idealizadas, "[...] associadas aos defensores dos fracos e do cristianismo e que, originalmente, pertenceriam às pessoas de estrato social superior na sociedade, identificados com os 'nobres'" (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 19).

Em *A demanda do Santo Graal*, quando um cavaleiro provinha de linhagem desconhecida, certamente possuía ascendência nobre. Era associado à nobreza e a um grupo de homens ligados à ideologia das três ordens, sendo estes denominados os *bellatores*. Segundo os bispos Adalbéron de Laon e Gerardo de Cambrai, os cavaleiros deveriam proteger os demais grupos de pessoas: os *oratores*, que eram encarregados de rezar para a salvação de todos e os *laboratores*, que eram encarregados do trabalho braçal para garantir o sustento da sociedade. Houve, assim, a fusão entre cavalaria e nobreza durante a Idade Média Central. "[...] os *bellatores*, através da força de armas, contribuíram para a expansão da fé cristã através das cruzadas e para a manutenção da sociedade em ordem, controlando as revoltas camponesas" (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 19). Esses cavaleiros, "[...] eram os guerreiros da Idade Média, o único grupo social que podia pegar em armas e praticar a guerra com o objetivo de prestar obediência a Igreja, ao rei e principalmente de defender o estado e os indefesos dos inimigos" (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 176). Quanto aos *oratores*, trabalhavam "[...] indicando aos *bellatores* onde está o bem e onde está o mal, erigir proibições em sua intenção, instituir valores" (DUBY, 1982, p. 100 apud ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 176). Desse modo, os *oratores* estariam acima dos *bellatores* e *laboratores*, de forma que uma ordem depende da outra para executar suas funções:

A estrutura social, portanto, se mantinha em equilíbrio, pois uma ordem necessitava da outra para realizar as suas atividades com o objetivo de manter a paz, a harmonia e a unidade na sociedade medieval. Em analogia está a figura da Santíssima Trindade, representada pelo Pai, Filho e Espírito Santo: três figuras que juntas formam uma única divindade criada por Deus (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 175).

Na Alta Idade Média, entre os séculos V e VII, as monarquias germânicas começavam a estabelecer relações sólidas entre proprietários de cavalos, guerreiros notáveis e seus líderes, construindo a base do regime feudal. Com a instauração da soberania de Carlos Magno no século VIII, o reino franco ganhava espaço em território germânico ocidental, conferindo prestígio aos companheiros de batalhas do soberano e dando início a um padrão de linhagem de destaque na sociedade da época. Todos os condes, viscondes, margraves e landgraves responsáveis pela guarda e defesa dos territórios reais, eram parte de uma classe seleta, cujos filhos desempenharam uma função essencial na Idade Média Central e na Baixa Idade Média.

Esses filhos consolidariam o novo modelo de guerreiro, o qual, a partir do século XI, seria moldado de acordo com as convenções da Igreja, tornando-se o cavaleiro ideal. Além de possuir os atributos necessários para atuar em batalhas, era também um verdadeiro cristão. Entre fins do século XI e o final do século XII, dentre as principais ordens da Cavalaria, destacavam-se, por seu poder bélico, os Hospitalários, instituídos em 1080, os Templários, em 1118 e os Cavaleiros Teutônicos, em 1190. Os *militēs christiani*, que eram os soldados cristãos, lutavam em nome do Deus cristão contra os muçulmanos, atendendo, dessa forma, aos objetivos eclesiásticos.

O amor cortês representado na Literatura dos séculos XII e XIII, antes dirigido a uma mulher, agora se voltava para Deus e a Igreja, sua representante na Terra e era demonstrado por meio da destreza do cavaleiro com as armas em torneios e justas<sup>10</sup>. De acordo com os autores, “Nos limites territoriais do Sacro Império, entre os séculos XII e XIII vigiu o código cavaleiresco dentro do universo dos romances de aventuras e da própria produção lírica dos *Minnesänger*, os trovadores de língua alemã” (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 31).

Quanto aos torneios, os cavaleiros eram agrupados em uma situação real de combate, treinamento muito comum durante a Idade Média. Esses eventos, apesar de serem contrários à vontade da Igreja, davam aos jovens nobres a oportunidade de treinar para as guerras, demonstrar suas qualidades como

---

<sup>10</sup> **Justa**: combate singular que era feito entre dois contendores, a cavalo e com lança, para justificar o direito de algum deles (*ordalia* ou juízo de Deus). Daí vem o nome justa, que logo se estendeu aos jogos e exercícios de cavalaria (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 31).

combatentes, sua destreza com armas, podendo ainda com isso obter “[...] ascensão social e de promoção econômica” (FLORI, 2005, p. 106 apud ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 193).

Dentro desse período, destaca-se a obra de Hartmann von Aue, *Der arme Heinrich*, “Pobre Henrique”, onde a bênção divina é alcançada através do arrependimento e do conhecimento da Verdade, que reconduz o indivíduo ao seio da sociedade cristã. Unindo padrões religiosos à narrativa do amor cortês, conta a história de um nobre cavaleiro que, por vontade de Deus, foi acometido pela lepra, cuja cura seria alcançada somente através do sacrifício voluntário de uma virgem. Para Zierer e Bragança Júnior (2017, p. 33), “[...] o material lexical constante no texto do século XII é [...] portador dos valores culturais da sociedade medieval em terras germanófonas continentais”. A obra une o cavaleiro arrependido à donzela piedosa por misericórdia divina, fazendo referência à realidade das cortes e ao modelo ideal de sociedade, “[...] cujo estamento intelectual, em mãos da Igreja, tencionava pautar a vida social consoante sua interpretação das Sagradas Escrituras, em que o caminho para a salvação humana se encontraria nas mãos da onipotência e magnanimidade divinas” (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 33).

A personagem feminina, geralmente de origem camponesa, torna-se, simbolicamente, uma nobre dama, ao compreender seu lugar na sociedade medieval, em que lhe cabe a mortificação em favor de seu senhor e do ideal feudo-vassálico:

Seu enobrecimento deriva de sua resignação moral e do reconhecimento de seu papel numa sociedade senhorial masculina. Sua beleza física é justificada pela sua perfeição de caráter. O modelo para o comportamento feminino associava-se à figura de Maria. Se a mãe de Deus sacrificaria sua vida pelo Filho, corresponderia à camponesa dar a vida pelo seu senhor (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 36).

De acordo com os autores, era indispensável que a mulher se sacrificasse pela família, servindo e humilhando-se perante seu senhor, assim como fez Maria, a mãe de Jesus Cristo, para que assim ocupasse uma posição de respeito e aceitação na sociedade em que vivia. Em *A demanda do Santo Graal*, a irmã de Persival representa um exemplo claro de sacrifício em benefício do próximo. Para salvar a vida de uma leprosa, ela aceita entregar seu sangue. Por esse

nobre ato e toda sua trajetória de benevolências, ela é recompensada e considerada um exemplo ideal de mulher.

Sobre a lírica do amor, os romances de cavalaria em alemão, a partir da segunda metade do século XII, condizem com a influência do estilo de vida e de pensamento do sul e do norte da França, com a representação da nobreza em aventuras, mostrando o modelo ideal de mulher e de cavaleiro:

Tal organização da vida feminina era útil para os eclesiásticos e agradava aos nobres, que com a leitura e divulgação das histórias heroicas de cavaleiros e suas façanhas, satisfaziam seu gosto literário pela utilização de seu *modus vivendi* como ideal arquetípico a ser imitado e alcançado pelas gerações posteriores (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 35).

A representação cultural das cortes feudais florescia com um novo tipo de cavaleiro, letrado, instruído e, portanto, apto a atender aos anseios palacianos e cristãos. Assim como em território germânico, outras regiões do sul da Europa exploravam a figura da mulher na literatura, a fim de disseminar o seu papel ideal na sociedade, de acordo com os objetivos eclesiásticos. O casamento regulamentado pela Igreja e uma educação adequada às futuras gerações era o desejável e, para isso, as obras literárias cumpriam sua função de forma satisfatória.

### **3.1.2 As Novelas de Cavalaria do Ciclo Arturiano ou Bretão e a idealização do cavaleiro no medievo**

Com a pacificação do Ocidente e o fim dos conflitos, a partir do século X, houve um aumento das colheitas e, finalmente, se podia usufruir dos produtos do campo. Porém, as guerras feudais continuavam gerando ataques de nobres sem terras ao longo do tempo, causando depredação e devastação de bens e domínios que, muitas vezes, pertenciam à Igreja, que intervém nesses conflitos, instituindo o movimento denominado *Pax Dei* (Paz de Deus), que proibia ataques às estradas, ofícios, santuários e, também, aos pobres e indefesos, sob pena de excomunhão. No século XI, inspirada em Santo Agostinho, foi criada a *Tregua Dei* (Trégua de Deus), que proibia os combates em dias santos e de quinta a domingo. Voltada para as Cruzadas, a *Tregua Dei*, além de proteger a Igreja e a Cristandade, também foi muito importante para a implementação da guerra justa.

Ainda no século XIII, a herança se concentrava nas mãos dos primogênitos da nobreza e, os descendentes que nada recebiam, invadiam e tomavam as propriedades dos que tinham terras, agindo com crueldade sobre seus dependentes, levando-os às torturas e à morte. Os nobres, secundogênitos, que invadiam propriedades alheias, eram representados pelos cavaleiros andantes dos romances de Chrétien de Troyes<sup>11</sup>.

É importante lembrar, nesse sentido, a atitude de Afonso III, rei de Portugal no século XIII, trouxe um exemplar de *A demanda do Santo Graal* da França para seu país e mandou um frei traduzir a obra, a fim de que se propagasse uma imagem cristã da cavalaria. “No seu governo, a nobreza turbulenta foi apaziguada. Daí que existiam fortes motivos para que esse grupo fosse ‘civilizado’ [...], e o modelo do cavaleiro cristão contribuiu para este intuito (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 62).

A partir do século XII, cavalaria e nobreza se fundiram e os cavaleiros passaram a ser educados para costumes e comportamento diferentes de outros setores da sociedade, levando o título de nobreza a outro patamar, transcendendo a simples materialidade. Formava-se uma nobreza civilizada, cujo ideal de cortesia era descrito e exaltado nas narrativas. Esses novos cavaleiros deveriam portar nobreza de espírito, de caráter e comportamento e a fé cristã acima de tudo. Além disso, o culto a Maria, mãe de Jesus, passava a inspirar a ideia do amor cortês, em que um jovem cavaleiro dedicava vassalagem amorosa e verdadeira devoção a uma dama de posição social superior à sua. Esse conceito de amor, originado das cortes da Europa medieval, foi retratado em romances, contos, poemas, entre outros, retratando as qualidades que, aos poucos, formavam o caráter do cavaleiro ideal. O modelo desse cavaleiro visava, de certa forma, “[...] civilizar’ a nobreza, buscando através de um refinamento dos seus costumes, um maior controle sobre esse grupo” (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 60-61).

As ações da Igreja, aliadas à concepção da ideia de cortesia, relacionada ao estilo de vida da corte, a partir dos séculos XI e XII, aos poucos, apaziguavam

---

<sup>11</sup> **Chrétien de Troyes:** Poeta e trovador francês do final do século XII, e um dos primeiros autores dos romances de cavalaria, sendo o primeiro grande novelista em língua francesa, inspirando a literatura de toda a Europa ocidental durante a Idade Média.

os conflitos e invasões. Isso estimulou o surgimento de uma nobreza mais civilizada e preparada para atender aos anseios monárquicos e clericais:

Essas normas de comportamento para a nobreza, associadas ao conceito de cavaleiro, já vinham desde os tempos das Cruzadas quando foi tecida a noção de *miles christi* que deveria lutar contra os muçulmanos na Palestina ou contra os hereges na própria Europa, sendo absolvido de seus pecados se morresse na guerra santa (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 60).

Segundo o ideal de Cruzada, cada cavaleiro que nela lutava era considerado um *miles christi* (cavaleiro de Cristo), e, se na luta perdesse a vida, teria seus pecados perdoados. Cardini explica que “De acordo com São Bernardo no século XII, a luta contra os muçulmanos deixa de ser *homicidium* (morte de um homem) e se tornava um *malicidium* (eliminação de um mal)” (CARDINI, 2002 apud ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 60).

A busca pelo resgate do Santo Sepulcro e a luta contra os muçulmanos nas Cruzadas assemelha-se à busca pelo cálice sagrado e as justas contra cavaleiros inimigos em *A demanda do Santo Graal*, configurando uma guerra santa, na qual cavaleiros cristãos unem-se com o mesmo propósito – o de lutar em nome de Deus, em virtude de se resgatar o objeto sagrado.

A sacralidade encontrava-se tanto no Santo Sepulcro da vida real quanto no Santo Graal, bem como na salvação espiritual, na remissão dos pecados e na aproximação de Deus em todos os contextos. O tesouro almejado pelos cavaleiros da Cruzada e, também, pelos cavaleiros da Távola Redonda, do rei Artur. “Assim, a Cruzada se tornou tanto uma guerra justa, segundo concepção elaborada por Santo Agostinho, como uma guerra santa, de acordo com o pensamento de São Bernardo” (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 60). Reportamo-nos às duas guerras justas e santas, visando a similar finalidade de ambas. Além disso, as lutas relatadas em *A demanda* também representam a fraqueza humana, quando um dos cavaleiros sucumbe aos prazeres terrenos, falhando em sua missão que, se fosse cumprida, lhe proporcionaria uma recompensa eterna.

A circulação da narrativa de *A demanda do Santo Graal* exerceu grande influência e importância para a sociedade ocidental da época. Ainda que o

modelo de cavaleiro cristão fosse difícil de ser atingido, por ser mais ideal do que real, o herói Galaaz inspirou cavaleiros e homens no Ocidente. Ele influenciou comportamentos e ações de grandes nomes da História, como D. Sebastião, que objetivou influenciar com seu comportamento e converter muçulmanos ao cristianismo no Marrocos. D. Sebastião apreciava o herói Galaaz, tendo-o como modelo de vida, o que o levou a manter sua castidade até sua morte na batalha de Alcácer Quibir, no século XVI. Outro herói da Literatura Portuguesa foi Nuno Álvares Pereira, comandante militar de D. João I, no século XIV, que também procurou reproduzir o ideal cristão inspirado por Galaaz, fundando o mosteiro do Carmo, onde ingressou e permaneceu até sua morte. Segundo os autores, “[...] são elaboradas, nessa época, as obras de Chrétien de Troyes, nas quais o centro da narrativa são as ações dos cavaleiros, que deveriam ser educados, honrados, protetores dos fracos, valentes, fiéis às damas amadas, bons, leais e vitoriosos” (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 58).

Outras obras literárias também trouxeram a sua colaboração para o aperfeiçoamento da cavalaria, como por exemplo *O livro da Ordem da Cavalaria* do filósofo catalão, Ramon Llull. Este manual visava, sobretudo, defender a Igreja Católica e foi organizado em sete partes, fazendo alusão à criação do mundo e a aspectos importantes relacionados a esse número:

O número sete, que possui uma simbologia muito própria relacionada à criação do mundo por Deus, está também associado à soma das sete virtudes, as *três virtudes teologais* – fé, esperança e caridade e as ‘quatro virtudes cardeais’ – justiça, prudência, fortaleza e temperança. Segundo o filósofo, o cavaleiro deveria se fiar nessas virtudes contra os sete pecados mortais: ira, gluttonia (gula), luxúria, acídia (preguiça), soberba (orgulho), invidia (inveja) e avareza (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 142, destaque do autor).

Elaborado no século XIII, o livro apresentava o modelo de cavaleiro cristão que se sintonizava com o apresentado em *A demanda*, ou seja, deveria amar e servir a Deus, ser proveniente de linhagem, além de frequentemente ir a missas, orar e ler a Bíblia. “Ele enfatiza a necessidade dos cavaleiros de se fiarem nas virtudes teologais e cardeais e evitarem os vícios, representados nos sete pecados capitais (ira, gula, preguiça, orgulho, inveja, avareza e luxúria)” (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 63). Este último pecado capital citado,



a luxúria, assim como em *A demanda*, é o mais enfatizado nessa obra, sendo ele o pior pecado, pois “abre portas” para todos os outros.

### **3.2 A demanda do Santo Graal: a missão cristã, sua história e seus cavaleiros**

A obra em estudo, *A demanda do Santo Graal*, consiste em uma novela de cavalaria produzida na França, que compõe uma coletânea formada por cinco romances anônimos conhecidos como ciclo do Lancelot-Graal e intitulada *Vulgata da Matéria da Bretanha* (1215-1230) ou ciclo do Pseudo-Boron, com os títulos: *L'estoire du Saint Graal*, *L'estoire de Merlin*, *Le livre de Lancelot du Lac*, *La queste del Saint Graal* e *La mort d'Arthur*. Por volta de 1250 chega a Portugal a segunda prosificação do ciclo intitulado *Post-Vulgata* (1230-1240), tendo como base a *Vulgata*, porém com poucas diferenças, trazendo constituintes de outros ciclos, como o do *Tristan en prose*. Três livros compõem a *Post-Vulgata*, acompanhada da junção de *A demanda do Santo Graal* e *A Morte do Rei Artur*.

Não obtendo o movimento cruzadístico o sucesso esperado, no século XIII os grupos sociais se fortalecem, com a ascensão da burguesia, reis, mercadores e dos cavaleiros ligada à nobreza, ganhando, estes, posição destacada nas narrativas. Quando foi feita a prosificação e também cristianização das narrativas da Matéria da Bretanha no século XIII, ocorreu, também, a tradução do manuscrito *A demanda do Santo Graal* do francês para o português. Essa valorização dos princípios cristãos tem por finalidade introduzi-los na sociedade da época, ainda que alguns personagens tenham conservado suas características de origem celta e de caráter ambíguo.

Traduzida em Portugal, pelo frei Vivas ou Bivas, a pedido do rei Afonso III, a novela circulou ativamente em Portugal até o século XV. Devido à sua excelente aceitação e assimilação por longo período, a obra se tornou uma espécie de manual de conduta:

A obra em questão enfatiza a religiosidade e normas corretas que homens e mulheres deveriam ter para atingir o Paraíso na outra vida. Por isso, os eremitas são os únicos a poderem interpretar os sonhos dos cavaleiros e eles exercem papel de destaque na narrativa, seja através do seu exemplo de ascetismo, no qual oram e jejuam continuamente, seja através do alto grau de espiritualidade que lhes é atribuído no relato (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 99).

O enredo trata de cavaleiros que deveriam ser exemplos e fiéis aos propósitos cristãos. Qualquer desvio desse objetivo, poderia significar a sua própria perdição e a de todo o reino, não havendo espaço, portanto, para qualquer aventura amorosa. Diante de tais exigências, a presença de uma mulher colocaria em risco essa importante missão.

No decorrer da narrativa, é notável a presença de eremitas e outros indivíduos, em sua maioria do sexo masculino, que viveram em ascese, ou seja, em constante disciplina e autocontrole do corpo e do espírito. Optaram por viver em isolamento, principalmente em ermidas perdidas pelas densas florestas, desejando obter a purificação do espírito e maior aproximação de Deus, através de uma vida simples, praticando jejum e orações. De acordo com Lins, “Transferindo o catolicismo o destino do homem para um outro mundo, considera a vida terrena peregrinação desprezível, conduzindo ao ascetismo e, conseqüentemente, ao aniquilamento da vida social” (LINS, 1970, p. 190).

No caso do romance *A Demanda do Santo Graal*, os eremitas são os detentores da sabedoria enquanto que os cavaleiros os portadores da ação. Por esse motivo somente os primeiros eram capazes de desvendar os sonhos dos cavaleiros durante a demanda, além de fazerem previsões. Neste romance alguns dos ex-cavaleiros se tornam no final da vida eremitas [...] (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 143).

Um dos ideais cristãos no medievo, era a expiação dos pecados através do sofrimento, principalmente, o ligado à carne e conduz o espírito à terra, suas tentações e prazeres:

O ideal cristão é, como se sabe, identificar-se o crente com a Divindade, consagrando-se, o mais possível, à vida do espírito, desprezando, maltratando e espezinhando o corpo – carne corrupta e detestável, fonte de pecado e abominação, trapo ignóbil que prende o espírito à terra (LINS, 1970, p. 185).

Mesmo quando alguém tivesse levado uma vida condenável aos olhos de Deus e da Igreja Católica, era possível redimir-se de seus atos, por meio de uma vida simples e devotada à religião e a Deus, desprezando os anseios carnis em prol da salvação espiritual. A partir da Reforma Gregoriana, no século XI, ficou evidente a interdição da ação guerreira aos clérigos em função do derramamento

de sangue. Era necessário que mantivessem sua pureza e virtudes, não se deixando influenciar e submeter pelos leigos. Assim:

[...] os religiosos deveriam ser puros, afastados do esperma (sexualidade) e do sangue (a guerra). Quanto aos demais leigos participantes das atividades bélicas, deveriam expiar os seus pecados, o que fazia com que muitos entrassem para mosteiros no fim da vida, se convertessem à beira da morte ou fizessem penitências (FLORI, 2005 apud ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 59).

O celibato foi valorizado na novela, principalmente, quando um cavaleiro se colocava à disposição da vontade de Deus, ou buscava sua salvação espiritual. Galaaz, o cavaleiro cristão, é o verdadeiro herói da novela, uma vez que lembra o comportamento de Jesus Cristo, vivendo sacrifício físico em favor de seus semelhantes e de sua salvação espiritual:

O principal elemento do cavaleiro cristão é a sua pureza. [...] Ele deve lutar pela fé cristã e se manter casto. [...] Na *Demanda* a sexualidade é condenada e somente o cavaleiro virgem e puro, Galaaz, seguido de dois outros companheiros, Persival e Boorz, também puros, mas inferiores ao eleito, está destinado a encontrar o Santo Vaso (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 62).

A novela apresenta, ainda, o encontro do sagrado com o profano, possui uma clara missão social e eclesiástica, tratando da busca de um objeto sagrado, o Santo Graal:

O centro da narrativa é a busca dos cavaleiros pelo Graal, associado ao cálice bebido por Cristo na última Ceia e com seu sangue vertido durante a Crucificação, que teria sido levado por um descendente de José de Arimatéia para o Reino de Logres, garantindo prosperidade a Camelot (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 233).

O cenário é Camalote, capital do reino de Logres. Trata-se de uma narrativa repleta de acontecimentos e elementos fantásticos e místicos, que se ligam tanto ao bem quanto ao mal. Os cavaleiros do rei Artur, procedentes de diversas linhagens, inserem-se numa longa empreitada fora de seu reino, explorando territórios desconhecidos em busca de aventuras, que possam levá-los a encontrar o Santo Vaso, cujo conteúdo é fonte de vida capaz de devolver a paz e a felicidade àquele lugar. Porém, não será qualquer um que terá a honra

de se manter na demanda e chegar até o Santo Graal, uma vez que muitos sacrifícios são necessários para se obter esse merecimento. O maior trunfo de um bom cavaleiro era manter-se longe dos prazeres carnis e, portanto, longe das mulheres, consideradas perigosas e danosas aos cavaleiros e à grandiosa missão:

[...] os cavaleiros são considerados bons ou maus de acordo com o seu comportamento com relação ao feminino. Os guerreiros que conseguem controlar o desejo sexual são os mais valorizados, razão pela qual Galaaz é o eleito por excelência a realizar as ações mais importantes da narrativa. A pureza é medida pela ausência da sexualidade e do desejo sexual (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 246).

Inicialmente, o Santo Vaso faz uma aparição no palácio do rei na véspera de Pentecostes, durante uma reunião dos cavaleiros ao redor da Távola Redonda. Sua presença, cuja luz e força inundam a sala de reunião e se expande por todo o reino de Logres, por outros reinos, cidades, ermidas, florestas, rios, vales e, enfim, por toda a Terra, transforma o ambiente e todos que ali estão, pois é fonte inesgotável de alimento material e espiritual. Porém logo desaparece, devido aos pecados do rei Artur e muitos de seus cavaleiros.

Assim, começa o forte anseio de todos pela recuperação do objeto sagrado, que será novamente encontrado por Galaaz, aquele que acabou o assento perigoso, o cavaleiro perfeito e dotado de virtudes que agradam a Deus. A obra retrata o imaginário medieval e a relação que as pessoas da época mantinham entre si, com Deus e com o oculto.

Através deste livro podemos observar os aspectos da cavalaria, seu papel na sociedade e uma tentativa de suavização nos seus costumes, através da imagem de um cavaleiro perfeito, modelo a ser mostrado à nobreza da época, envolvida em disputas por territórios e guerras privadas. Esse modelo é representado pela figura de Galaaz, virgem, puro e defensor da fé cristã, destinado aos mais altos feitos da Demanda (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 233).

A jornada em busca do Santo Graal apresenta uma constante dualidade e um embate entre o bem e o mal, entre Deus e o Diabo. São diversas formas de tentação que os cavaleiros enfrentam, sua fidelidade e fé em Deus refletem em suas próprias ações, sentimentos e empenho para comportar-se de acordo

com os preceitos cristãos, buscando o perdão do Criador e sua própria salvação. Dessa forma, ao agir como verdadeiro cristão, respeitando a vontade de Deus e as convenções religiosas da Igreja Católica, o cavaleiro tinha, conseqüentemente, o merecimento da salvação eterna. Porém, se pendesse suas ações para o mal, seria entregue à condenação, ao sofrimento, à perdição de seu espírito e ao afastamento de Deus.

Durante a demanda, gradualmente os cavaleiros se afastavam uns dos outros, de acordo com seus propósitos, sentimentos, ações, aptidões e elevação espiritual, entre outras particularidades. Era uma jornada mística e, somente aqueles que se mantivessem longe das tentações, mereceriam encontrar o objeto sagrado.

Na narrativa fica muito clara a divisão entre os cavaleiros eleitos e os pecadores que não conseguirão ver outra vez o Santo Graal. Desde o princípio da novela é afirmado categoricamente que os cavaleiros não poderiam levar consigo damas na viagem ou não conseguiriam encontrar o Santo Vaso. Porém dos cento e cinquenta cavaleiros da tábua redonda apenas os três eleitos principais e mais nove, num total de doze, poderão ver de novo o Graal. O número doze está associado aos doze apóstolos de Cristo na Última Ceia. Na Demanda há uma relação entre as três mesas a da Última Ceia, a da tábua redonda e a mesa do Graal. Os outros 138 cavaleiros, em virtude de suas faltas, fracassam. É importante destacar que o pecado mais enfatizado é o da luxúria (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 62).

Cada uma das aventuras dos cavaleiros se encarregava de separá-los em grupos de acordo com o perfil de cada um:

[...] um dos propósitos da novela de cavalaria *A Demanda do Santo Graal* é cristianizar os cavaleiros e buscar o controle da sua agressividade, que deveria estar voltada para as lutas contra os muçulmanos (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 246).

Mais do que propósitos, a novela demonstra que a missão de reconduzir o modo de viver dos cavaleiros direcionava-se para o caminho que agradasse ao Criador. Ainda que fosse um caminho repleto de dificuldades e sofrimentos, a verdadeira recompensa os aguardava no mundo espiritual. A primazia da novela, bem como da sociedade da época, era na figura masculina, que ocupava as melhores posições sociais. Além disso, o homem, geralmente, tinha a culpa

de seus atos, mesmo os menos recomendados, abrandada pela sua posição na sociedade. De acordo com Zierer e Bragança Júnior (2017, p.247):

[...] embora a narrativa tenha uma visão muitas vezes misógina sobre o feminino, a relação damas/donzelas e cavaleiros ocupa um papel fundamental no relato, pois é através do relacionamento que possuem com o feminino, se de respeito ou desprezo é que os cavaleiros são considerados dignos ou não para encontrarem o Santo Graal.

Dentre as muitas aventuras vivenciadas pelos cavaleiros, destacamos na narrativa, a que ocorreu na casa do rei Pescador, onde os cavaleiros designados puderam desfrutar, mais uma vez, do manjar proveniente do Santo Graal, que deveria ser arrebatado aos céus, após longo período. Apesar de o Santo Graal ser novamente mostrado aos escolhidos, o reino de Artur sucumbe à invasão do rei Mars e seu exército, destruindo a Távola Redonda, finalizando o sonho vislumbrado no início da novela.

### **3.3 Os cavaleiros de *A demanda do Santo Graal* – Quem eram, seus valores e propósitos na novela e no mundo do medievo**

De acordo com o texto da novela, os nomes citados a seguir, foram os cavaleiros que fizeram juramento antes de partir para a demanda:

Dos cento e cinquenta cavaleiros que fizeram o juramento desta demanda, foi o primeiro Galaaz, depois dele, Tristão e Lancelote e Boorz de Gaunes e Bliobleris e Leonel e Heitor de Mares; Brandinor, seu irmão, e Elaim, o branco; Banim, o afilhado do rei Bam; Abão, bom cavaleiro à maravilha; Gadrão; Laner; Tanri; Pincados; Lelas, o ruivo; Crinides, o negro; Ocursus, o negro; Acantão, o ligeiro; Danúbio, o corajoso. Todos estes cavaleiros, exceto Tristão, eram da linhagem de rei Bam e vieram à corte de rei Artur por causa de Lancelote. E aconteceu-lhes assim por boa cavalaria e por sua vida boa que foram companheiros da tábola redonda e eram estimados pelos cavaleiros sobre todos os cavaleiros da casa de rei Artur; e pela bondade destes, que eram andantes, era a linhagem de rei Bam famosa como vos digo (MEGALE, 2008, p. 50).

No texto artístico, aqueles que pertenciam à linhagem de rei Bam possuíam excelência em combate e eram distintos e muito prezados por isso. É

mencionada a característica predominante de cada um, a fim de ressaltar e valorizar suas qualidades que poderiam utilizar nas batalhas. As características físicas e psicológicas também deveriam ser lembradas, de modo que companheiros de irmandade se reconhecessem ao longo da jornada e, quando se encontrassem, não se ferissem entre si. Além destes, também pertenciam à casa de rei Artur:

Os outros da linhagem do rei Branco não eram senão estes: Galvão e Gaeriete, Agravaim, Grieres, Morderete; estes eram irmãos. Os outros eram estes: Agroval e Persival; Corsidares; Maidairos, seu primo coirmão; e Persives de Langaulos. Os outros eram filhos de Lot: Cujerão, seu irmão, de Ganaor, mui bom cavaleiro de armas, mas era tão soberbo, que maravilha era. Os outros: Quéia, o mordomo, e Sagramor, o dizimador; e Gilfrete, o filho de Dó; Lucão, o copeiro; e Dondinax, o selvagem; Calogrenante; Ivã, filho de rei Urião; Ivã das mãos brancas; Ivã de Canelones de Alemanha; Gures, o pequeno; Gures, o negro; o Laido ousado; Garnaldo, seu irmão; Mador da Porta, o grande cavaleiro; Craidandos; Isaías; rei Bandemaguz; Patrides, seu sobrinho; Madão, seu coirmão, o donzel da saia mal talhada, de quem o conto do Brado fala muito; Dinadeira, seu irmão, bom cavaleiro à maravilha e que foi muito no reino de Logres; Gar da Montanha; Clamadim, que pouco havia que ganhara o assento da tábua redonda; Galaaz, o grande da Deserta; Senala, seu irmão; Caradão, Damas, Damacab, que eram seus primos coirmãos. Sabei que todos estes eram tão bons cavaleiros que não se podia achar melhores no reino de Logres, a menos que fossem da linhagem de rei Bam. Estes cinco queriam mal a esta linhagem com inveja, porque não faziam a eles tanta honra como aos outros (MEGALE, 2008, p. 50).

Havia uma disputa por prestígio e admiração entre alguns companheiros da irmandade, pelo fato de uns possuírem mais qualidades de combatente que os outros, o que ocorria raramente na novela. Esse sentimento negativo, porém, poderia conduzi-los a tragédias, mortes sem motivos e precedentes, porque os invejosos almejavam ter a mesma estima:

E outro Lambeguém, que foi aio de Boorz e de Leonel; Sinados, Artel, Bagarim, Sanasésio; Arnal, o formoso; e o cavaleiro do Chão; Angelis dos Vaos, Baradão, o manso, que era seu irmão; Marat, o da torre; Nicorante, o bem feito e o famoso de espada; Alaim dos Prados; Martel do grande escudo; Melez, o longo; Dinas, seu irmão; Codias das longas mãos; Pinabel da Ilha; Daniel, o cuidador, e Gandaz, o negro, Gandim da Montanha, que eram ambos irmãos; Ataz; Calendim, o pequeno; Utrenal; Riface; Conais, o branco; Agregão, o sonhador; Guigar, o filho de Galvão de quem o conto do Brado fala; Anarão, o grosso; Amatim, o bom justador; Canedão, o delgado; Canedor, o da

formosa amiga; Arpião da estranha montanha; Saret; Dinados; Peliaz, o forte, aquele, sem dúvida era natural de Logres; Alamão; Ganadal; Lucas de Camalote; Brodão; Endalão; Melião; Julião; Galiadão; Cardoilem de Londres, bom cavaleiro violentamente ousado; Delimaz, o pobre; Asalim, o pobre; Caligante, o pobre: estes três eram irmãos; Ecubas; Eladinão, seu irmão. Todos estes de que vos eu antes disse os nomes eram da mesa redonda, e não houve um que não fosse cavaleiro escolhido e provado de muito boa cavalaria. Rei Artur, sem falta, está com eles, e com ele, sem falha, são cento e cinquenta (MEGALE, 2008, p. 50-51).

Eram, no total, 150 os cavaleiros da casa de rei Artur que se embrenhariam nessa grande aventura santa: “No entanto, dos 150 cavaleiros da Távola Redonda, somente doze, em analogia aos doze apóstolos da Bíblia [...], conseguem ver de novo o Santo Vaso. Os outros 138 cavaleiros, em virtude dos seus pecados, fracassam” (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 251-252).

O primeiro sinal de desejo pela demanda do Santo Graal parte de Galvão (Galvam), sobrinho do rei Artur. Este, fora inicialmente alertado por uma donzela com dons premonitórios e por seu rei que não fosse à demanda, pois estava em seu destino que causaria muitas desgraças aos próprios companheiros:

A profecia se cumpre, pois Galvão eliminará dezoito membros da tábola redonda participantes da busca do Graal. [...] Na Demanda ele é mentiroso, ataca mulheres e mata cavaleiros mesmo desarmados e feridos ou sabendo que alguns são seus companheiros da tábola redonda (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 70-71).<sup>12</sup>

Após a revelação da premonição do mal que causaria, Galvão, descrente do que lhe fora dito, saiu, mesmo assim, em busca do cálice sagrado. Causou muitas mortes e desgosto para o rei e todos os demais cavaleiros. Galvão personifica o mau cavaleiro, ao reunir em si os pecados e, além de não completar a demanda, ceifou a vida de muitos companheiros, resultado da não obediência à súplica de seu tio e ao aviso de uma donzela agraciada pelo dom da visão do destino. “[...] em outras narrativas corteses era um modelo de bom cavaleiro. N’A *demanda*, ao contrário, ele é o cavaleiro do diabo, o matador de vários companheiros da tábola redonda” (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 74).

---

<sup>12</sup> Os fatos ocorridos com a presença de mulheres serão discutidos nos próximos itens.



Entende-se que, por causa de suas más ações, Galvão não alcançaria o reino dos céus e a tão almejada salvação do homem medieval: “Assim, a luta entre Deus e as forças maléficas, pode ser expressa nas ações dos dois cavaleiros, um Galaaz, o ‘cavaleiro eleito’ a encontrar o Santo Graal, e outro Galvam, nomeado no texto como o ‘cavaleiro do diabo’ (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 57).

A ideia da demanda partiu de Galvão e foi acatada por todos os demais cavaleiros, ficando acertado entre eles e o rei que a busca poderia ser iniciada. Essa resolução causou grande dor e lamento ao rei Artur e à rainha Genevra, além de todos os demais que ficaram no castelo:

Assim se queixava e fez seu pranto o rei por seus cavaleiros, que se dele separavam, e, assim que foi manhã, levantou-se o mais cedo que pode, porque muito estava em grande cuidado com o que havia de fazer, mas não se levantou tão cedo que já não achasse mais de sessenta cavaleiros dos que haviam de ir à demanda, que vestiam já as lorigas<sup>13</sup> e cingiam as espadas. O rei que tinha grande pesar disso, que não há homem no mundo que o imaginar pudesse, quando os viu assim estar, teve tão grande pena que não teve força para saudá-los e aconteceu-lhe falhar o coração com grande pesar (MEGALE, 2008, p. 48).

Apesar da necessidade de se resgatar o cálice sagrado para também recuperar a felicidade e as bênçãos de Deus sobre seu reino, o rei não se conformava com a despedida de seus ricos homens, a quem tanto amava e que, tantas vezes, o vingaram de seus inimigos. Narra o texto que era grande sua dor e sofrimento, pois sabia que, após partirem, muitos não voltariam e, os sobreviventes, demorariam para retornar e o rei não poderia tão cedo vê-los novamente. Exemplifica o fragmento:

Num tempo em que a guerra era endêmica, tornava-se o castelo a condição básica da existência social, “a célula em torno da qual tudo mais se dispunha”, sendo, para o senhor e seus súditos, um objeto de orgulho e alegria e, por vezes, também de dor, quando dele eram obrigados a apartar-se por muito tempo, símbolo que era da pátria (LINS, 1970, p. 90, destaque do autor).

As vivências dos cavaleiros da Távola Redonda configuram, no decurso da trama, a prática da cavalaria, principalmente no período da Baixa Idade

---

<sup>13</sup> **Loriga:** cota de malha usada pelos combatentes para proteger o corpo de ferimentos.

Média, dispondo de coragem e determinação para enfrentar quaisquer aventuras em nome de seus objetivos, de seus destinos e, acima de tudo, dos desígnios de Deus. Após a partida dos cavaleiros, era comum que estes não rejeitassem as justas a quem quer que fosse, em nome da coragem e da honra.

Os combates corpo a corpo, como o eram os anteriores à descoberta das armas de fogo, exigiam difícil e longa aprendizagem, passando o guerreiro, sobretudo na Idade Média, por diversas instruções preparatórias nos graus de pajem, escudeiro etc., até que, revelando a força e habilidade necessárias, fosse julgado digno de combater diretamente, como cavaleiro (LINS, 1970, p. 91).

Ao longo da narrativa, na busca por aventuras que os levassem ao objeto de sua procura, os cavaleiros participavam de muitas justas e torneios. Em alguns casos, a demonstração de coragem se misturava com a vaidade, chegando até mesmo à insensatez. Ocorriam muitas mortes e graves ferimentos de luta que poderiam ser evitados, se não fosse o desejo insano de provar a 'bondade de armas' ou de alimentar o próprio ego:

Os mais apreciados espetáculos medievais eram os torneios, que lembravam, ao vivo, a atividade guerreira, ainda tão acentuada na Idade Média. Eram verdadeiras batalhas [...] O que mais espanta, todavia, é especializarem-se muitos cavaleiros em aprisionar, nos torneios, seus companheiros de armas, enriquecendo-se com as equipagens e cavalos deles, mas, ainda, com os imensos resgates que cobravam para restituí-los à liberdade (LINS, 1970, p. 200).

Além desses 'espetáculos', os torneios serviam para que os cavaleiros mostrassem em público sua força e destreza de combatente, atraindo para si a admiração das donzelas e de todo o público. Não era, no entanto, do agrado da Igreja que os homens fossem maltratados, não havia necessidade de praticar o mal, sem que houvesse um propósito maior. Além disso:

Os vícios são constantemente presentes e praticados pelos cavaleiros, reinando principalmente durante os torneios, atividade favorita dos guerreiros e encontro dos pecados mundanos, em que verificamos o desempenho da 'inveja' de seu próximo, por ser melhor nas armas e mais forte; a 'ira' em que eles ferem e matam sem piedade; a 'avareza' ao realizarem as guerras privadas, visando o lucro e aprisionando o adversário, esperando a recompensa do resgate; a 'gula' ao participarem de

muitas festas que oferecem muito comer e beber; a 'soberba' exibindo a sua vaidade; o 'orgulho' em que louvam as suas glórias e conquistas; a 'luxúria' ostentando a sua posição social de ser nobre e agradando as damas (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 194, destaques do autor).

Muitos eram os propósitos dessas lutas, recaindo as ações dos cavaleiros, em grande parte, sobre pecados capitais, fazendo oposição ao que realmente se desejava deles, que seria a prática das virtudes teologais e cardeais. No intuito de impedir esses disparates, representantes da Igreja sentiram-se obrigados a proibir essas competições, considerando as muitas mortes desnecessárias:

Em seu papel de defensores da civilização contra a barbárie, condenaram os Papas e os Concílios, de modo formal, os torneios, "*visto custarem, frequentemente, a vida de muitos homens*", conforme rezava o cânon de um Sínodo, realizado em 18 de novembro de 1130, na cidade de Clermont, sob a presidência de Inocêncio II. Ficou, então, assentado deverem ser privados de sepultura eclesiástica os que morressem em torneios, decisão confirmada, em 1139, pelo Concílio Ecumênico reunido no palácio de Latrão (LINS, 1970, p. 200-201. Grifo do autor).

Nesse sentido, segundo Lins (1970, p. 202), a "Condenação igualmente formal, em nome da civilização, fizeram os Papas e Concílios proibir qualquer espécie de duelo [...]". Sendo assim, da mesma forma que condenava os torneios, a Igreja também o fazia com relação aos duelos, também causadores de graves ferimentos e mortes desnecessárias. No entanto, nem sempre as determinações da Igreja eram eficazes e obedecidas, a vontade humana prevalecia sobre os preceitos eclesiásticos e divinos: "Imposto pelos costumes militares, conduzia frequentemente o duelo, na Idade Média, inúmeros cavaleiros, fervorosos cristãos, a arrostarem, diretamente, as mais enérgicas condenações da Igreja" (LINS, 1970, p. 202).

Dentre as inúmeras passagens em que esses combates se realizavam na novela, ocorreu um combate entre Heitor e Galvão, na busca por aventuras. Depararam-se com um cavaleiro desconhecido que lhes pede justa, um torneio entre ambos. Mesmo sem saber de quem se trata, e, com certa tendência para causar tragédias, Galvão fez questão de justar, de lutar, com o estranho cavaleiro:

\_ Em nome de Deus - disse Galvão -, tempo há que não achei cavaleiro que me pedisse justa. Visto que este a pede, não faltarei a ela [...].

E Galvão ergueu-se muito vivamente e meteu mão à espada e pôs o escudo diante do rosto e preparou-se para mostrar grande bondade de armas, como quem tinha muita. Mas quando viu que o cavaleiro não se podia erguer, pensou logo que estava ferido de morte. Então veio a ele e disse-lhe: - Ou vos dais por vencido, ou vos matarei (MEGALE, 2008, p. 154-155)

A Igreja abominava o derramamento injusto de sangue e, em combate, era necessário que a força fosse usada com moderação e a serviço de Deus ou dos pobres, fracos e humildes. Santo Agostinho especificou como o cristão deveria comportar-se em guerra, de forma que fosse considerada honesta, causando um 'mal menor'. Cardini (2002, p. 475) explica que "a 'guerra justa' (*belum justum*) teria três elementos: 1 - ser defensiva e reparar uma injustiça; 2 - ser declarada por autoridade reconhecida; 3 - restaurar a paz pela justiça".

Após ferir mortalmente o cavaleiro desconhecido, este pede a Galvão que o ajude a expiar sua culpa e os exageros em lutas que cometeu durante sua vida, assim como Galvão acabara de fazer com ele. O cavaleiro, que logo revelaria também pertencer à casa do rei Artur, era companheiro na demanda e estava à beira da morte. Seu momento de conversão e anseio pelo perdão de Deus havia chegado:

\_ Ai, senhor! - disse ele -, matar-me não podeis mais do que me matastes. Minha morte podeis bem afligir, se vos apraz; mas, por Deus e por cortesia, fazei uma coisa que vos rogo.

Galvão disse que o faria de bom grado, se pudesse. - Eu vos rogo - disse o cavaleiro - que me leveis a alguma abadia perto daqui, onde possa receber o que prescreve a Santa Igreja, como cristão deve fazer no fim de sua vida.

\_ Assim me ajude Deus - disse Galvão - não conheço lugar perto daqui onde vos possa levar. - Pois fazei isto por mim - disse o cavaleiro -: levai-me à vossa frente, e vos guiarei (MEGALE, 2008, p. 155)

Galvão não poderia negar o último pedido de outro cavaleiro cristão que, temente a Deus, prezava por sua alma. Após vencer a justa, colocou-se então à disposição daquele que desfalecia diante de si:

Então o pegou Galvão e deitou-o entre os arções da sela e cavalgou atrás dele para o segurar e deu a Heitor o escudo para levar, e andaram tanto, que chegaram a uma abadia que ficava num vale perto dali. E depois que o desceram, puseram o cavaleiro numa câmara, e pediu logo seu Salvador, e trouxeram-

lho. E quando o viu vir, começou a chorar muito intensamente e estendeu as mãos juntas para ele, e confessou-se logo a Deus, diante de quantos lá estavam, todas as coisas de que se sentia culpado e errado para com seu Criador, e pediu-lhe perdão maravilhosamente chorando. E depois que disse quanto lhe lembrou, mostrou-lhe o clérigo seu Salvador. E ele o recebeu muito humildemente. E depois que o recebeu, disse a Galvão que lhe tirasse o ferro do peito, e Galvão lhe perguntou de onde era ou de qual terra.

\_ Senhor - disse ele -, eu sou da casa de rei Artur e sou companheiro da tábua redonda e tenho nome Ivã, o bastardo, e fui filho de rei Urião e entrei na demanda do santo Graal com outros meus companheiros, mas assim me aconteceu por meu pecado que vós me matastes. E vos perdão do melhor coração que posso, e Deus vos perdoe. Quanto isto ouviu Galvão, disse com grande pesar:  
\_ Ai, Deus! Como isto foi grande desventura! Por Deus, Ivã, muito me pesa da vossa morte. (MEGALE, 2008, p. 155-156)

É importante expor esta passagem em que Galvão mata Ivã, já que aquele é considerado um dos piores cavaleiros da Tábua Redonda de acordo com suas ações, mostrando como um verdadeiro cavaleiro cristão não deve agir. Também é válido observar nesta passagem, a importância do arrependimento dos pecados antes de morrer, para que se obtenha perdão e misericórdia de Deus. Essas conversões e arrependimentos diante da morte, são absolutamente necessárias ao cavaleiro que obedece e respeita os princípios cristãos católicos. Seria uma espécie de extrema unção, mesmo que faltasse a presença de um religioso competente para executá-la. Ainda que o corpo padecesse de feridas incuráveis provocadas em alguma batalha, o que realmente importava era a salvação do espírito, mesmo nos últimos instantes de vida.

Outro aspecto a ser abordado, no decorrer da narrativa, é a oposição de comportamento entre Galaaz, modelo de perfeição de cavaleiro cristão e o seu próprio pai, Lancelote do Lago. Na trama, Lancelote pode ser interpretado como arquétipo do cavaleiro, lembrando o amor cortês que outrora inspirava as cantigas de amor. Porém, ele trai o rei, encontrando-se com a rainha Genevra, esposa de Artur, mantendo com ela um romance proibido. Podemos comparar o caráter de Galaaz aos dos outros cavaleiros dessa forma:

Todos os outros cavaleiros são inferiores à pureza do eleito, mesmo os seus dois companheiros principais, Persival e Boorz. Galaaz está mais ligado ao espiritual que ao temporal e tem uma forte ligação com a conduta dos *oratores*. Suas ações são muito difíceis de serem aplicadas na vida cotidiana, o que não impediu

que se tornassem um modelo de conduta a ser seguido pelos medievos (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 57-58).

Lancelote, típico cavaleiro do romance cortês, cultivava verdadeira devoção por uma dama de status social superior ao seu, a rainha Genevra. Não resistindo aos prazeres do mundo, entrega seu amor à mulher casada, por quem se aventura colocando inclusive sua própria vida em risco, confrontando até mesmo o rei Artur e seus aliados por causa dela. Apesar do romance proibido, que só é revelado a todos quase no final da narrativa, ele é considerado um dos melhores dentre os demais cavaleiros da casa do rei Artur por sua conduta e habilidades em combate. A maior admiração recai, contudo, sobre o valente Galaaz que, além de ser um bom combatente, é acima de tudo um cristão exemplar:

A diferença básica entre o cavaleiro cortês e o cristão é que o primeiro deve provar o seu valor através de uma série de aventuras e a aventura por si mesma é capaz de enobrecê-lo. A aventura dá sentido à ação do cavaleiro. Ele deve provar continuamente sua capacidade de valentia, força e por esse motivo merece o amor de determinada dama. Lancelot do Lago é quem melhor expressa o modelo do cavaleiro cortês. [...] Já o modelo do cavaleiro cristão proposto por *A demanda do Santo Graal* através de Galaaz, o principal é que o herói cometa façanhas, mas voltadas para um propósito não mais carnal e sim espiritual (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 61).

Lancelot vive em constante tormento, pois ao mesmo tempo em que deseja ser cristão, atendendo aos preceitos da Igreja, sente que não pode resistir à forte paixão que sente por Genevra. Isso o levará a se tornar inimigo de seu próprio rei e aliados, e à perdição espiritual:

Um dos cavaleiros mais atormentados entre o desejo de seguir os preceitos da Igreja e a fidelidade ao amor cortês é Lancelot. Apresentado como melhor cavaleiro do mundo por Chrétien de Troyes, aqui é visto como pecador. Sua fidelidade ao lado mais humano do amor carnal, o amor cortês, o impede de reencontrar o Santo Vaso e provavelmente, de obter a salvação de sua alma (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 74).

A falha dos cavaleiros não-eleitos em *A demanda* está ligada aos seus pecados. No caso de Lancelot do Lago, a maior falha ligou-se, principalmente à luxúria, que acaba se agravando por ele manter os desejos carnis com uma mulher comprometida. Para piorar a situação, a mulher era a esposa de seu rei, sendo, portanto, um relacionamento inaceitável para ele, que pretendia se inserir

numa missão sagrada. Outro homem que, apesar de também ser um excelente cavaleiro, entregou-se ao amor carnal e adúltero, foi Tristão que, perdidamente apaixonado por Isolda, esposa de seu rei e, também, tio, chamado Mars, não merecia a honra de um cristão.

Há um episódio em que Lancelot tem um sonho, aparentemente de revelação divina, ligado à sua consciência e à sua conduta:

Um episódio emblemático é quando Lancelot sonha consigo e com Genevra no Inferno, onde vê também os adúlteros Tristão e Isolda. Quando acorda, para mostrar a realidade deste sonho, lhe aparece uma queimadura na perna, que é curada por Persival. Apesar de tentar afastar-se do amor de Genevra, Lancelot continua fiel ao amor cortês e por esse motivo não encontraria a salvação, nem é um dos doze eleitos a ver o Santo Graal (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 69).

Tanto Lancelot quanto Tristão seguem o conceito de ‘cortesia’ ou ‘amor cortês’, originado no século XII. O jovem cavaleiro cobiçava a maior preciosidade de seu senhor, sua esposa, que representava o poder material: “Muito louvado nas cantigas de amor, esse amor idealizado e platônico se tornava carnal nos romances de cavalaria, sendo os mais famosos triângulos amorosos o do rei Artur-Guinevere-Lancelot e do rei Marcos-Isolda-Tristão” (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 94).

Apesar de ser um exímio combatente, portando todas as características de um bom cavaleiro cortês, na obra, Lancelot é criticado por pecar ao escolher amar uma dama casada.

A função dos sonhos de Lancelot é justamente auxiliar o cavaleiro a refletir sobre as duas ações, apontar os seus erros e tentar que ele se corrigisse. Esta correção será realizada na narrativa, por meio alegórico, através das imagens dos sonhos e seu simbolismo, como também através do castigo físico, no momento em que num desses sonhos o sofrimento durante o sono vira realidade. No intuito de instruí-lo a um comportamento correto de acordo com os preceitos cristãos, conversarão com ele nos sonhos, várias personagens, tanto pecadoras quanto santas (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 99).

Há, dessa forma, forte apelo à consciência, na tentativa de corrigi-lo e levá-lo a adotar uma conduta aceitável e respeitável para um cavaleiro de sua estirpe, através de um sonho de caráter disciplinador e moralizante:

Nas visões muitas vezes um indivíduo, clérigo ou leigo, sofria uma morte aparente e depois retornava a este mundo, numa espécie de acordar de um sonho. Ele deixava temporariamente o corpo para fazer uma viagem da alma, onde conhecia os espaços do pós-morte. Essas narrativas, escritas principalmente por monges, foram muito populares no período medieval e tinham por objetivo a evangelização da população (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 99).

Uma dessas narrativas chegou a influenciar a produção de *A Divina Comédia* de Dante Alighieri. Trata-se da *Visio Tundali* (Visão de Túndalo), escrita por um monge de origem irlandesa no mosteiro de Regensburg no século XII. O texto religioso irlandês, para mostrar o que ocorre com as almas na vida após a morte, conta que o protagonista, Túndalo, também um cavaleiro pecador, tem um sonho letárgico (assim como ocorre a Lancelote n'*A demanda*), sendo levado por um anjo para o outro mundo. Lá, conhece com detalhes as regiões habitadas pelos condenados, que ali estão em constante agonia e tormento e as regiões habitadas pelos eleitos e as recompensas e prazeres usufruídos por estes. Assim como na Visão de Túndalo, Lancelot é convidado a regenerar-se e recuperar seus valores morais através do arrependimento e da mudança. Esse 'choque de consciência' através do sono profundo, tem o intento de levar o pecador à salvação de sua alma, à regeneração. As narrativas com relatos sobre sonhos e viagens para o Além, serviam, assim, como ferramenta de evangelização dos cristãos.

Lancelot, além das advertências no Além dos pais, parentes, de pecadores e dos vivos - como seu filho Galaaz, seu avô (eremita), o cavaleiro Persival e de outros eremitas -, sofre também os castigos físicos, como o fogo do Inferno que queima sua coxa no sonho e quando ele acorda. Apesar de todas as admoestações e tormentos é somente com a morte de Genevra que se abre a possibilidade para que o cavaleiro alcançasse a salvação, na medida em que está impossibilitado de pecar deste momento em diante, quando se dedica a purgar as suas faltas terrenas na condição de eremita (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 115-116).

Lancelot arrependeu-se e tornou-se um eremita, dedicando-se a Deus até os últimos anos de sua vida. Ocorreu, ao mesmo tempo, o sonho de revelações do Arcebispo que o revelou a Bliobleris:



\_ Estava - disse ele - em tão grande festa e em tão grande companhia de anjos, que nunca vi tão grande reunião. E levavam com tão grande alegria e com tão grande festa, como vos digo, a alma de dom Lancelot. Agora vamos ver se está morto.

\_ Vamos - disse Bliobleris. E foram logo onde deixaram Lancelot, e acharam que a alma já se havia separado dele

\_ Ai, Deus! - disse o arcebispo -, bendito sejais! Agora sei verdadeiramente que aquela grande festa que os anjos faziam era com sua alma. Agora posso dizer que a penitência vale mais que todas as coisas do mundo. De hoje em diante, enquanto viver, não me separarei da penitência (MEGALE, 2008, p.639).

Muitos pecados praticados por cavaleiros não-eleitos são narrados, ao longo da novela: traidores, assassinos, mentirosos e abusadores de mulheres fazem parte das personagens: “Esses cavaleiros incidem nos pecados da ira, inveja, orgulho e luxúria” (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 69). A novela reflete uma realidade que ocorria na Idade Média, em que as invasões de terras seguidas de roubos e muitas atrocidades, abalavam a ordem feudal e eclesiástica e todo o sistema político e social. “É importante destacar que eles muitas vezes eram nobres secundogênitos sem terras e atacavam as propriedades de outros senhores, sendo vistos como uma verdadeira ameaça à ordem feudal” (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 70).

Do mesmo modo, Erec, filho do rei Lac, conhecido como ‘aquele que nunca mente’, apresenta-se como um bom cavaleiro, mas consegue ‘enganar’ o leitor, quando, finalmente, revela sua verdadeira face ao decapitar sua própria irmã, para honrar a palavra dada a uma donzela má:

Erec está preso ao ideal cortês no qual o cavaleiro nunca pode descumprir a palavra dada. Mais tarde ficamos sabendo que ele não era mais virgem quando cai numa fonte onde todos os que não fossem castos ficam paralisados. Podemos interpretar que por haver incorrido antes no pecado da luxúria, Erec também incorreu no do orgulho, pelo desejo de manter intacta a sua honra – cumprir a palavra dada a qualquer custo, e por isso cometeu um grave pecado, não estando apto a encontrar o Santo Graal (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 70).

No episódio ‘O mal configurado na mulher’, há um resumo dos fatos que levaram Erec a cometer o crime contra sua irmã, mesmo contrariado. Considerado um ato grave, impediu-o de continuar na demanda. Ao manter sua

palavra, condenou a própria irmã a uma terrível morte e, mesmo sob os seus rogos e das demais pessoas que estavam no castelo, preferiu dar maior importância à sua reputação de 'cavaleiro que não mente', do que à valiosa vida da irmã, que era boa donzela: "- Que dizeis, senhores? Disso não posso escapar, a menos que me mateis, porque, enquanto viva, não me afastarei de promessa que prometer, mas se me matardes, ficará ela" (MEGALE, 2008, p. 297).

Assim como outros cavaleiros pecadores, seu crime não passou despercebido aos olhos de Deus e recebeu a punição sem demora: "[...] o cavaleiro arrependido logo tem o seu castigo: é atacado mesmo estando ferido por Galvam, que o mata, ainda que Erec pertencesse à tábola redonda" (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 242).

Agravaim, outro cavaleiro que se mostrou mau, matou, em parceria com Galvão, o convertido Palamades, encontrado ferido e indefeso contra as más intenções de seus traidores e assassinos. Morderete segue o mesmo exemplo de maldade. Conhecido como sobrinho do rei Artur, na verdade é seu filho, fruto de incesto com Morgana. Em um ato de traição, Morderete mata Artur, seu próprio pai. "Eles são exemplos de cavaleiros cobiçosos e que colocam em risco a ordem feudal" (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 71).

Leonel, um cavaleiro que inicialmente se mostrou bom cavaleiro, deixou-se arrastar por sentimentos ruins com relação a Boorz, seu irmão, que precisava salvar a vida dele, que se encontrava sob a mira de combatentes inimigos, além da vida de uma donzela, que estava na iminência de ser violentada. Boorz então decidiu salvar a donzela indefesa enquanto rezava para que Deus salvasse a vida de seu irmão, no que foi rapidamente atendido.

Mesmo tendo sua vida salva por Deus, Leonel ficou irado contra o irmão, por ter priorizado a vida da donzela desconhecida, ao invés dele e por isso, mais tarde, tentou assassiná-lo. Não podemos afirmar que Boorz havia cometido um erro, pois, com aquela atitude, seguia os preceitos cristãos a que era devotado. Havia, ainda, uma ética cavaleiresca, segundo a qual, a serviço da Igreja, o cavaleiro deveria defender os *pauperes*, ou seja, os mais indefesos, ainda que para isso fosse necessário sacrificar sua própria vida. Portanto, Boorz seguia, naquela circunstância, um regimento que seu irmão parecia ignorar. Era viável que a donzela fosse salva primeiro, pois lhe parecia a mais indefesa dos dois, naquele momento.

Quando tenta matar o irmão, Leonel é impedido por um ermitão e pelo cavaleiro Calogrenante e acaba tirando as vidas de ambos: “A morte de um clérigo era um pecado gravíssimo segundo o código da cavalaria e já desde o século X, com a Paz de Deus, a Igreja Católica proibia a morte de religiosos por cavaleiros”. (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 72).

Diante de tal ato, Boorz decide enfrentar Leonel para vingar as duas mortes, mas, para que não se contaminasse pelo pecado, Deus o impede de matar o irmão criminoso: “O episódio reforça o fato de Leonel ser um mau cavaleiro, tomado pela ira e que por isso não merecia encontrar o Santo Graal. Quanto a Boorz, devido as suas ações e por ser um dos cavaleiros eleitos, terá sucesso na busca” (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 73). Leonel refletiu sobre o seu comportamento indesejado por ser um cavaleiro e concluiu que não teria o merecimento de realizar grandes feitos de ordem divina:

A ação de Leonel, ligada ao pecado da ira, é um alerta contra as atitudes violentas dos cavaleiros na sociedade medieval que, além de realizarem guerras privadas, atacavam mulheres, camponeses e clérigos, conforme apontou Luhll, no livro da *Ordem da Cavalaria*, ao contrário das indicações dos *oratores* (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 244).

Dentre os cavaleiros que estariam entre os últimos dignos de resgatarem o Santo Graal, está Persival, já mencionado anteriormente em outra obra, onde também cumpria uma missão importante, bem como em *A demanda*:

Ele aparece pela primeira vez como o cavaleiro eleito para descobrir os segredos do Graal em O conto do Graal (c.1181-1185) de Chrétien de Troyes. Este objeto é apresentado como um prato, já com o sentido curativo, com a função de devolver a saúde ao tio de Perceval, o rei Pescador, paralisado em virtude de um ferimento. O Graal ainda não adquiriu toda a simbologia cristã, mas já encontramos associado à lança que sangra da qual sabemos o significado nas ‘continuações’ da narrativa de Chrétien: ela era a lança de Longino que feriu o flanco de Jesus (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 66).

Apesar de ser um dos eleitos em *A demanda*, Persival é tentado pelo próprio Diabo em forma de mulher e, quando chega muito perto de sucumbir às tentações da carne, é salvo por intervenção divina. O fato de se deixar seduzir e quase cair em pecado, deixa-o em descrédito com relação a Galaaz, o que o coloca como o segundo eleito para resgatar o Santo Vaso. Sua conduta

exemplar em âmbito geral, no entanto, é suficiente para que ele seja um dos três cavaleiros dignos de se aproximar do santo cálice. Há uma passagem que revela o quanto Persival foi merecedor de permanecer na demanda, como é descrito a seguir:

[...] em outro episódio mostrando o aspecto de pureza do jovem e sua relação de primazia em encontrar o Graal no Conto do Graal, um ermitão lhe pede que o abençoe [...] Esse episódio ressalta o valor moral de Persival, apesar de sua pequena mácula em virtude do episódio da donzela-diabo, o que o torna o segundo eleito depois de Galaaz, na busca do Santo Vaso. Tal como aquele, também iria morrer após as profundas revelações do Graal, em Sarras, no Oriente (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 66-67).

O monge conta a Persival sua história, confessando-lhe que fora rei e dono de muitas riquezas na terra, porém cometeu mais mal do que bem, ao longo de sua vida e, por conta disso, recolhera-se em uma ermida para viver como eremita por amor ao Senhor e por arrepende-se de seus pecados. Disse ele ao cavaleiro:

\_ PERSIVAL AMIGO, há muito muito tempo que nasci; bem há cento e vinte anos e mais e não teria estes dias por mal empregados, se os pusesse em boas obras; mas tanto fui pecador velho e jovem, que tenho perdido meus dias; porque fiz pouco bem e fiz muito mal, e fui rei de grande terra e rica e fui companheiro de Uter Pandragão e deste rei Artur, quando começou a reinar. Mas por um pecado que me aconteceu, de que me sentia muito culpado perante Nosso Senhor, entrei aqui para salvar minha alma. E um meu irmão, que era muito bom cavaleiro, deixou o século por mim e entrou aqui para me fazer companhia e viveu comigo vinte e nove anos em tal vida como Deus sabe - quando meu irmão morreu não há ainda dois anos, e morreu assim, como eu cuidava, em tão grande penitência e em vida tão boa e em tantas lágrimas, pedindo assim misericórdia a Nosso Senhor -, que eu não cuidava de nenhum modo que assim que a alma se lhe separasse do corpo, logo não estivesse diante da face de Deus com grande companhia de anjos e de arcanjos (MEGALE, 2008, p. 190).

Conta-lhe, ainda, que soubera da vinda de Persival através de uma visão, que também lhe revelara que seu irmão, já falecido, sofria terríveis penas no purgatório, onde continuaria a sofrer ainda por mais três anos. Além disso, foi-lhe revelado que ele mesmo morreria dali a dezessete dias. Diante de tais notícias, em desespero, o monge pensava em tirar a própria vida. Porém, com a chegada do cavaleiro andante, desistiu de seu intento e, sabendo que iria morrer

em poucos dias, pediu-lhe que o abençoasse, o que Persival fez de bom grado, apesar de humildemente afirmar que não tinha capacidade para tal ato. Isso contribuía para confirmar a já conhecida pureza de corpo e de alma do cavaleiro. Assim, Persival o livrou, como o próprio eremita lhe disse, do próprio Diabo. Outro memorável feito deste cavaleiro ocorre quando ele cura a perna de Lancelote, que sofre uma grave queimadura durante um sonho, acontecimento onde se pode observar a pureza de Persival em contraste com o pecado de Lancelote.

Dos três principais eleitos, somente Boorz regressa ao reino de Logres, onde se torna ermitão após o término da demanda. Ele também comete um pecado aos olhos da cristandade, mas fora vítima de uma mulher mal-intencionada:

Este havia cometido o ato sexual somente uma vez na vida, em virtude de haver sido enfeitado por uma jovem que desejava ter um filho de um dos cavaleiros da tábua redonda. Na Demanda nenhuma ação sua é condenada, com exceção dessa última vez que exerceu a sexualidade involuntariamente. Por esse motivo ele é o terceiro dos eleitos em ordem de pureza, por haver tido relações íntimas fora do casamento (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 240).

Seu filho Elaim, também um dos cavaleiros eleitos d'A *demanda*, recebera, no início da novela, grande prestígio do rei Artur e de todos de seu palácio, pois ganhara um assento da Tábua Redonda por vontade divina, assim como outros cavaleiros dignos de serem escolhidos para participarem de uma missão grandiosa e cristã. “Mas bem sabeis que Elaim, o Branco, tiveram todos os da linhagem de rei Bam muito prazer, porque Elaim era filho de Boorz de Gaunes e fizera-o naquele dia cavaleiro o rei Artur” (MEGALE, 2008, p. 27). Era, visivelmente, uma extensão de seu pai, tendo bondade de cavalaria e de cristandade, ainda que houvesse em sua história uma marca de pecado causada pela magia praticada por sua mãe:

Quanto a Boorz, embora durante a Demanda tenha uma conduta irrepreensível, rezando e jejuando durante o caminho, havia cometido o ato sexual uma única vez no passado através de um feitiço. Desta união nasceu um filho bastardo, Elaim o Branco, que também será um dos doze cavaleiros a ver outra vez o Santo Graal. Boorz passa toda a Demanda se penitenciando do seu pecado e ao fim da Demanda torna-se ermitão (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 67).

Galaaz, concebido através de um encantamento feito sobre seu pai, era predestinado ao assento perigoso da Távola Redonda e ao resgate do cálice sagrado, bem como a aventuras que somente ele poderia consumir por sua pureza e honra:

A superioridade de Galaaz se apresenta com relação a seus dois companheiros porque ao contrário deles, não demonstra desejo sexual. Apesar de possuir a mácula de ser bastardo ele não apresenta pecados e está próximo da figura dos santos, como já vimos. No episódio do castelo do rei Brutus ele tem uma atitude superior à dos seus companheiros, sendo totalmente fiel ao seu propósito na Demanda e só abriria mão da castidade para evitar uma morte, o mesmo não acontecendo com Persival e Boorz (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 67).

Sendo estes os três cavaleiros eleitos, conseguiram alcançar a graça de ver o Santo Vaso, enquanto todos os demais participantes da demanda sucumbiam ao pecado, ao longo do caminho, perdendo os seus merecimentos:

Fica claro o respeito dos eleitos pela Igreja. Os três adotam posturas penitentes: rezam, jejuam e se confessam com os eremitas que encontram ao longo do caminho. Tanto Galaaz quanto Persival realizam ações curativas e Boorz se compromete a passar toda a Demanda à base de pão e água (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 67).

Quase todos os cavaleiros d'*A demanda* apresentam dúvidas, hesitações e entrega a algum tipo de pecado, incluindo Persival e Boorz, que compunham o grupo dos três eleitos. Persival quase consumou o ato sexual com a 'donzela-diabo' mas, por intervenção divina, foi salvo do pecado. Boorz, sob feitiço, chegou a consumir o ato sexual uma única vez e, por isso, mantinha-se em constante penitência. Também quase matou seu irmão para vingar as mortes de um bom cavaleiro e de um ermitão, sendo salvo do pecado de fratricídio também por intervenção divina. "No caso dos eleitos, Deus os protege e os conduz ao verdadeiro caminho" (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 73).

É possível observar que todo bom cavaleiro deveria possuir virtudes ligadas a Deus e à Igreja, agindo sempre com simplicidade e humildade e defendendo a fé cristã, obedecendo, assim, aos princípios dos *oratores*, representados pelos cavaleiros verdadeiramente cristãos e dignos da recompensa divina em *A demanda*. Há o necessário cerceamento aos infiéis ao

cristianismo, representado na novela pelo muçulmano Palamades, considerado como ‘o bom cavaleiro pagão’, que acaba por ser influenciado e convertido por Galaaz, o que faz alusão ao ideal cruzadístico da vida real:

Palamades perseguia a besta ladradora, animal associado ao diabo, que havia matado os seus onze irmãos sem lograr matá-la. Ele vence vários outros cavaleiros na Demanda, mas perde o combate com Galaaz. Este o convida a converter-se ao cristianismo e desta forma poupa sua vida. Como recompensa por haver se convertido, Palamades tem imediatamente todas as suas feridas curadas e consegue matar a besta ladradora. É um dos doze cavaleiros a encontrar o Santo Graal (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 68).

Pode-se perceber, dessa forma, que *A demanda do Santo Graal* prega não apenas autocustódia e autoconversão ao indivíduo, mas também que este seja tão bom cristão que possa levar essa conversão adiante. Além de concretizar um ato de bondade em benefício de seu próximo, deve agregar valor à sua própria alma, aproximando-se da salvação eterna.

### 3.3.1 Galaaz: o cavaleiro cristão ideal

Galaaz, ‘feito cavaleiro’ por seu pai, Lancelote, desde o início da trama, através de suas ações e comportamento, dá preciosas lições de humildade, serenidade e amor ao próximo, como se fosse uma extensão do próprio Jesus Cristo: “O modelo de cavaleiro cristão representado por Galaaz na novela [...] pode ser visto como uma medida de controle de agressividade da nobreza, afirmação de seus privilégios, enquanto grupo social e reordenamento da ordem feudal” (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 73). Era admirado e respeitado por sua dedicação ao próximo como ser humano e, até mesmo, em aparência, era de agradável beleza e formosura singular, o que refletia sua essência e perfeição de caráter:

Aquele dia, hora de prima<sup>14</sup>, rezada a missa, fez Lancelote cavaleiro seu filho Galaaz, assim como era costume. E sabeí que quantos lá estavam agradavam-se de sua aparência; e não era maravilha, porque naquele tempo não se podia achar em todo o reino de Logres donzel tão formoso e tão bem feito; porque em tudo era tal que não se podia achar nada em que o censurasse,

<sup>14</sup> **Prima:** Hora canônica equivale a 06 horas da manhã.

exceto que era meigo demais em seu modo de ser. E sabei que, quando Lancelote o fez cavaleiro, não pôde conter-se de chorar, porque sabia que em toda parte era de grande prestígio que não podia maior ser; e via tão pobre festa e tão pequena alegria em sua cavalaria; nem ele podia jamais cogitar que pudesse chegar a tal grandeza como depois chegou. O corpo tinha bem-feito e o modo de ser era meigo (MEGALE, 2008, p. 20-21).

Estava Galaaz, destinado a grandes feitos e, o maior de todos, seria o resgate do cálice sagrado que levaria à salvação de todo o reino e de muitas pessoas. Ao contrário de seu pai Lancelote, que não resistiu aos prazeres carnis e se relacionou com a esposa do rei, Galaaz se entrega ao celibato como forma de manter sua pureza física e espiritual. Qualquer distração que o levasse a sucumbir aos prazeres mundanos, colocaria em risco o resgate do Santo Vaso, a salvação de seu reino e a sua própria salvação. Lins esclarece que

Dos mesmos princípios decorria também o celibato como o ideal do cristão, a fim de consagrar-se inteiramente à contemplação da Divindade, de modo que, se toda a espécie se convertesse ao catolicismo e lhe realizasse inteiramente o tipo ideal de vida, desapareceria, dentro em pouco, o gênero humano, sendo o casamento apenas tolerado como uma concessão à fraqueza da carne [...] (LINS, 1970, p. 187).

Galaaz, cujo nome significa ‘escolhido’ ou o ‘puro dos puros’, simboliza o Messias, o próprio Cristo em peregrinação mística pela Terra. Usa uma estamenha, um tipo de túnica de lã grossa, de tecido áspero que mantém em contato constante com seu corpo, que não lhe permite esquecer de sua condição de penitente, além da missão e condutas cristãs. Dormia pouco e em lugares desconfortáveis e, muitas vezes, velava o sono de seus companheiros enquanto orava e conversava com Deus. Além das orações, ele descansava pouco, jejuava e sempre se confessava com os eremitas encontrados pelo caminho, que possuíam dons premonitórios e de interpretação de sonhos.

Galaaz, virgem, puro, próximo de Cristo e do ideal das ordens militares, como os templários, era um modelo difícil de ser seguido, mas buscar copiá-lo contribuía para abrandar os costumes dos cavaleiros, em especial dos nobres secundogênitos na Europa Ocidental. Como obra cristianizada que era, a Demanda visava enfatizar o respeito dos cavaleiros pela Igreja e colocar a sua violência direcionada contra os não-cristãos, o que é representado na narrativa pela conversão ao



cristianismo do cavaleiro Palamades realizada por Galaaz (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 73).

No decorrer da trama, observamos por diversas vezes coexistência e dualidade entre o bem e o mal, entre a pureza e a sexualidade, até mesmo com relação a Galaaz:

No entanto, apesar de sua condição de eleito que é confirmada através das diversas aventuras, Galaaz não é descendente legítimo. Ele é filho bastardo de Lancelot e da filha do rei Peles, portanto foi gerado por meio do pecado. Nada é mencionado na *Demanda* sobre a sua concepção, mas em outras narrativas arturianas sabemos que sua mãe realizou um sortilégio, fazendo com que Lancelot a confundisse com Guinevere (Genevra). Nada mais contraditório que um fruto do pecado ser o eleito para encontrar o Santo Graal, mas tal ocorreu, segundo a própria narrativa, pelo desejo de Deus em demonstrar o seu poder (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 63, apud MAGNE, 1955).

Apesar de ser concebido por meio de uma prática de feitiçaria, tornando-o filho bastardo, Galaaz, na narrativa, foi isento de ambiguidades e incertezas, mantendo sempre uma conduta de retidão: “Ele foi concebido por meio de encantamento, quando a filha de Pelles, rei guardião do Graal (nesta narrativa conhecida como Amina), deu ao cavaleiro uma poção que o fez confundi-la com a sua amada Genevra” (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 97). Esse ato marcou a concepção do cavaleiro eleito, cuja firmeza de caráter, aliada à sua ligação com o mundo espiritual, conduziu-o a um final sublime e ascendeu ao Paraíso juntamente com o Graal:

Guiados pela Igreja e pautados nas ações de Galaaz, os medievos, em especial os nobres, tiveram um modelo ideal de cavaleiro a ser seguido através da prática das virtudes e do combate aos vícios. Essa prática deveria auxiliá-los na condução da sociedade rumo ao Paraíso na outra vida, tal como Galaaz, que ascendeu aos céus juntamente com os anjos e o Graal (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 74).

Desde os primeiros episódios de *A demanda do Santo Graal*, verificamos que Galaaz possui superioridade em relação aos outros cavaleiros. Esse fato pode ser observado no momento de sua confirmação como cavaleiro, ou quando retira a espada da pedra ou, ainda, quando toma posse do chamado ‘assento perigoso’, a ele reservado e destinado, cuja frase dizia: “A quatrocentos

e cinquenta e três anos cumpridos da morte de Jesus Cristo, em dia de Pentecostes, deve haver este assento senhor” (MEGALE, 2008, p. 22). Após sua entrada triunfal no paço, que a todos maravilhara, houve uma atmosfera sobrenatural causada por sua presença e Galaaz foi apresentado ao rei como pertencente à alta linhagem do rei Davi e de José de Arimatéia. Nesse momento, ele reproduz uma frase de Jesus, presente nos evangelhos bíblicos: “A paz esteja convosco” (MEGALE, 2008, p. 30). Em seguida, toma posse de seu lugar, confirmando a chegada daquele que traria a salvação àquele reino e, talvez, para além de seus limites:

O REI, assim que viu no assento perigoso o cavaleiro de quem Merlim e todos os profetas falaram na Grã-Bretanha, então bem soube que aquele era o cavaleiro por quem seriam acabadas as aventuras do reino de Logres, e ficou com ele tão alegre e tão feliz, que bendisse a Deus [...] (MEGALE, 2008, p. 31).

Em outros episódios, Galaaz realiza feitos de caráter milagroso, curando uma leprosa através de sua estamenha<sup>15</sup>, fazendo um paralítico andar e expulsando demônio, pois nenhum ser maligno suportava sua presença. Há uma passagem em que Galaaz, ao se hospedar na casa de um cavaleiro que morava na montanha, a filha deste, leprosa já havia mais de dez anos, recebera, havia sete anos, a previsão de um ermitão de que seria curada através do auxílio de um bom cavaleiro:

Não tenhas medo, porque sararás, quando vier aqui o bom cavaleiro que há de acabar as aventuras do reino de Logres e te direi como. Quando aqui vier, roga-lhe, em nome daquele de quem servo é, que te dê a vestir aquela vestimenta que ele traz rente à pele, e te dará; e sabe que ficarás curada assim que a vestires (MEGALE, 2008, p. 387).

Aquele que lhe traria a cura era Galaaz, e tudo aconteceu conforme o ermitão previra, sendo a jovem curada, ao vestir a estamenha daquele cavaleiro. Em outro momento, durante a narrativa, Galaaz cura, de forma milagrosa, o paralítico rei Peles que, por quatro longos anos, não pode sair da câmara onde ficara confinado, alimentando-se apenas da graça do Santo Vaso: “O Rei Peles ficou logo são de suas chagas que tão longamente lhe duraram, e foi a Galaaz e abraçou-o [...]” (MEGALE, 2008, p. 553).

---

<sup>15</sup> **Estamenha:** hábito de monge, feito com tecido espesso; capa de lã.

Em outra passagem narrada, Galaaz expulsa, apenas com sua presença, um demônio que acompanhava um encantador, que se apresentava no palácio do rei Peles:

Agora me aconteceu que, quando este cavaleiro chegou, o demônio pelo qual eu fazia as maravilhas foi embora, porque não pode ficar onde esteja tão santo homem e tão amado de Nosso Senhor, porque este é tão santa pessoa que não dorme, nem vela, nem anda, que não esteja acompanhado de anjos que o guiam; por causa dele perdi todo o encantamento que fazia (MEGALE, 2008, p. 373-374).

Todas essas ações nos reportam às atitudes de Jesus, narradas na Bíblia Sagrada. Além disso, Galaaz carregava consigo uma aura protetora sobrenatural, que lhe permitia vencer todos os combates:

Devido ao seu caminho reto, ele é o vencedor de todos os combates e é sempre protegido pelo Criador, até mesmo quando um inimigo de Artur, o rei Mars, tenta envenená-lo. O veneno não surte efeito. Vence todas as provações da narrativa: senta-se no assento perigoso, destinado ao eleito e é o único a poder desembainhar a espada da estranha cinta, cujas correias haviam sido feitas com o cabelo de uma virgem, a irmã de Persival e sua contraparte feminina. É possível dizer que Galaaz tem analogias com Cristo e a donzela virgem com Nossa Senhora (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 97).

O cavaleiro eleito é frequentemente agraciado com revelações durante a demanda, que o levam a um glorioso fim de jornada, sendo arrebatado pelos anjos aos céus, assim como o Santo Graal. Devido à sua elevada pureza de espírito e de caráter, destaca-se em diversos aspectos:

Elementos que sublinham sua superioridade são o fato de ele ser o único que senta no assento perigoso na tábua redonda, destinado ao eleito (outros que tentassem a aventura morreriam), retira a espada do pedrão e recebe o escudo branco cuja cruz vermelha havia sido feita com sangue das narinas de Josefes, filho de José de Arimatéia. Esse escudo lembra o símbolo dos cruzados e das ordens militares, como os templários. Galaaz recebe ainda uma segunda espada, a da estranha cinta, cuja bainha foi tecida com os cabelos da donzela do Graal. Todos esses objetos e ações indicavam o seu papel de escolhido para encontrar o Santo Vaso (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 64).

Do início ao fim da novela temos fatos que comprovam a postura singular e cristã de Galaaz. Ele não se equipara aos outros cavaleiros, pois atingiu um nível mais elevado de pureza, que se aproxima mais do plano divino do que do terreno, sendo, por isso, o escolhido para dar à demanda do Santo Vaso o devido desfecho:

Galaaz cura o rei pescador, guardião do Graal, Peles, pai de Amina e seu avô. Ele pertence à linhagem dos guardiões deste recipiente místico. Por ser o mais puro de todos, tem uma visão mais profunda que os demais em Sarras, no Oriente, e é arrebatado aos céus junto com o Graal e os anjos, o que mostra que este objeto está mais ligado aos mistérios do mundo espiritual que ao mundo material (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 98).

O cavaleiro escolhido realiza admiráveis feitos e é cingido por acontecimentos de caráter divino. Atua de forma milagrosa em várias ocasiões, não excetuando ações perfeitamente realizáveis por qualquer cristão dotado de boa fé e coragem, como fez a Palamades, a quem caridosamente converteu ao cristianismo, mostrando uma das mais valiosas e notórias finalidades da novela. No próximo capítulo falaremos sobre a Inquisição, implicações e o surgimento da bruxaria e da feitiçaria.

#### 4. IMPLICAÇÕES DA INQUISIÇÃO E O SURGIMENTO DA BRUXARIA E DA FEITIÇARIA

A Inquisição Católica Romana, designada Tribunal do Santo Ofício, iniciou-se oficialmente no século XIII e estendeu-se até o século XIX. Sua fase medieval perdurou do século XIII ao XV, sendo que nesse período buscava combater as heresias e as práticas de magia. A Inquisição Espanhola, que confrontou as falsas conversões de judeus ao cristianismo na Península Ibérica, durou desde o século XV ao XIX. E a Inquisição Romana, que combateu o crescimento do protestantismo na Península Italiana, durou desde o século XVI até o XVIII. Não apenas por questões religiosas existiram as inquisições, mas primava-se também pela necessidade de se estabelecer a ordem em torno das vidas dos civis:

A Inquisição deve ser considerada como o resultado da unificação de duas instituições, uma eclesiástica e outra civil. [...] já existiam, desde os tempos dos imperadores romanos, leis e tribunais civis, dirigidos contra as heresias, que geralmente estavam acompanhadas de desordens e delitos comuns, e consideradas prejudiciais ao Estado (BERNARD, 1959, p. 7).

A Santa Inquisição atuou em diversos lugares. Esteve presente na Boêmia, na Hungria, na Polônia, entre muitos outros países. Flandres e os Países-Baixos passaram a ter seus próprios tribunais inquisitoriais a partir de 1240.

Atualmente, muitos entendem a Inquisição como a que ocorreu na Espanha, notadamente marcada por ações truculentas, porém, suas ações foram diferentes em cada lugar que atuou. A Inquisição Papal ou romana, atuou na maior parte da Europa e aliava-se apenas à Igreja, enquanto a que ocorreu na Espanha e em Portugal prestava contas à Igreja e à Coroa. Sobre sua atuação, devemos nos atentar que:

Sobretudo, não nos olvidemos de que o Santo Ofício equivaleu a uma Justiça Criminal, de sorte que não é possível entendermos o seu procedimento sem preliminarmente saber como atuava a Justiça Criminal comum, ou laica, que lhe foi contemporânea e que lhe serviu de modelo. Esta era uma Justiça assinalada por profundo atraso, com métodos toscos e violentos, mas por todos encarada com naturalidade, aprovada e defendida pelos mais sábios juristas de então (GONZAGA, 1993, p. 21).

O protestantismo de Martinho Lutero também teve sua Inquisição, mas a Igreja Católica se considerava designada a cumprir uma missão divina, tomando para si a incumbência de levar a palavra à humanidade: “A Igreja tem a missão de propagar, fortalecer e proteger a revelação divina. Para satisfazer ao dever, ao “ofício” de proteger a fé, ela criou o tribunal eclesiástico do “Santo Ofício”” (BERNARD, 1959, p. 7, destaques do autor).

Pregava que Jesus veio ao mundo para trazer a verdade e o caminho para o Criador, fundou a Igreja e elegeu o primeiro pontífice, determinando que os apóstolos divulgassem a palavra de Deus a todos os povos. A estrutura social, política e religiosa medieval era essencialmente teocêntrica, onde todas as atividades e valores amparavam-se exclusivamente em Deus.

A Inquisição constituiu-se, pois, pela reunião do tribunal do Santo Ofício com o tribunal civil. Tinha dois “braços”: o primeiro era o braço eclesiástico, que inquiria (Inquisição), corrigia e finalmente julgava os delitos de heresia. Sua finalidade principal não era vingar e castigar, mas corrigir e emendar. O segundo braço era o secular, a quem eram entregues os réus convictos e contumazes, para serem castigados segundo as leis civis (BERNARD, 1959, p. 7, destaque do autor).

Após a conversão de Constantino, o cristianismo passou a ser aceito aos poucos em Roma, passando a religião oficial no ano 380. Sucessivos imperadores puniam rigorosamente as heresias, o paganismo e, também, os judeus. É necessário lembrar que “O Direito romano cria a figura do crime de lesa-majestade divina, que, equiparando-se ao de lesa-majestade contra o Poder civil, vem a ser enfrentado com crescente severidade” (GONZAGA, 1993, p. 93).

Era o cristianismo, desde sempre, uma excelente via de acesso ao Paraíso. Dizia-se que o Reino dos Céus se abriria para seus adeptos mediante vários tipos de sofrimento, da penitência, da comunhão, dos sacramentos, da solidão, dos rituais, entre outros. Nem todos concordavam com o que se pregava e, muitas vezes, as igrejas eram profanadas, altares e cruzes eram queimados e até membros do clero eram agredidos. Naquele momento,

As heresias, porém, nunca faltavam. Os maniqueus e donatistas nunca foram extintos, mostrando uma vitalidade assustadora. Surgiram os priscilianistas e outras seitas. Contudo o proceder constante dos mais conspícuos representantes da religião cristã era a clemência, repugnando o rigor da autoridade civil. Assim Santo Agostinho defendeu durante muito tempo o sistema de benignidade com os hereges, acreditando que poderia convencer e atraí-los por uma franca discussão [...] (BERNARD, 1959, p. 8).

Surgiam 'variações da fé', com diferentes crenças religiosas e, conforme aponta Bernard (1959, p. 8), "até o fim do primeiro milênio a Igreja Católica e os Romanos Pontífices se inclinaram mais para a benignidade com os heterodoxos". Tal benevolência diante do crescimento das chamadas heresias, ocasionou a percepção de que havia a necessidade de um rigor maior, pois avultava-se a desordem da fé e da harmonia em sociedade:

A experiência desfavorável causou uma lenta, mas segura mudança das opiniões. Já o mesmo S. Agostinho constatou o grande dano causado à religião pelos hereges obstinados - qualquer sujeito malicioso ou alucinado podia perverter inúmeros homens desprevenidos - e começou a defender o emprego da força, excluindo, contudo, a pena de morte (BERNARD, 1959, p. 8).

Por muito tempo a Igreja preferiu combater as chamadas heresias com clemência, oferecendo amparo e aconselhamento aos criminosos e desvirtuados, de modo a acolhê-los novamente para que trilhassem o caminho cristão:

Em face do perigo, e constrangida de agir, a Igreja tentou uma combinação da clemência com o rigor. O perigo, emanado da heresia, devia ser dominado com a força necessária. Porém com os próprios hereges, com os indivíduos, se usaria toda a clemência possível. A finalidade do novo órgão judiciário seria converter e reintegrar os hereges, absolvendo os penitentes e condenando só os contumazes, os incorrigíveis. A nenhum governo, a nenhum tribunal e juiz daquele tempo ocorria a ideia de absolver criminosos só por se mostrarem arrependidos. Foi este, porém, o princípio básico, o farol aceso pelo espírito de caridade e que iluminou toda a atividade inquisitorial durante os vários séculos da sua existência (BERNARD, 1959, p. 9).

Mais tarde, ações que ameaçassem o bem comum e contestassem os ensinamentos e as estruturas da Igreja, aos poucos passavam a ser penalizadas de acordo com a legislação secular, com exílio, confisco de bens ou, em

situações mais graves, a morte. “Esses textos acabaram sendo afinal incluídos no Código Teodosiano e no Código Justiniano, vindo assim a influenciar o Direito dos séculos posteriores” (GONZAGA, 1993, p. 93). É importante observarmos que execuções relacionadas à fé advinham também de outras vertentes religiosas:

A mesma convicção e concordância se encontrou entre os protestantes. A reforma é uma história de guerras e execuções dos católicos, não só na Inglaterra, senão também na Alemanha e na França. Lutero, Melanchthon, Butzer decretaram a pena de morte para os "hereges". Calvino mandou queimá-los e recebeu a aprovação de Lutero [...] (BERNARD, 1959, p. 9-10, destaque do autor).

As heresias eram pregadas geralmente às pessoas humildes dos campos e tinham grande alcance, pois os aldeões eram, geralmente, místicos. Os ensinamentos cristãos eram repassados com conotações diferentes, obtendo adesão até mesmo entre nobres e padres, gerando grande desorientação. Muitos ortodoxos se revoltavam diante de tais inovações e se antecipavam às autoridades, fazendo justiça com as próprias mãos:

Pode-se dizer que por instinto, para defender a integridade da doutrina em que se achava formado, o povo reagiu sempre com maior rapidez e violência do que as de início hesitantes autoridades eclesiásticas. [...] A Igreja, durante bastante tempo e fiel à sua tradição, procurou manter-se à margem das violências, restringindo-se aos meios suasórios, de catequese, e recomendava compaixão para com os culpados, enquanto as autoridades leigas se mostravam crescentemente inquietas. (GONZAGA, 1993, p. 95).

Há documentos fragmentários e reveladores, do século XIII, que registraram a expansão de outras religiões pela Europa, as quais os tribunais episcopais desejavam reprimir, pois havia doutrinas cujas diligências eram consideradas inusitadas. Gonzaga (1993, p. 95-96) esclarece que “[...] aos poucos, diante do agravamento do mal, os governantes começam a sentir a sua impotência para resolvê-lo, e a Igreja se convence da necessidade de providências mais sérias, para opor um dique à maré montante”.

Na Alemanha, por exemplo, os valdenses ganhavam cada vez mais espaço, assim como outras seitas, com destaque para a dos luciferianos e a dos Irmãos do Livre Espírito. Os primeiros glorificavam Lúcifer, que acreditavam ter sido banido do céu injustamente e que um dia venceria Deus e triunfaria. “Na



Páscoa, todos os anos, mantinham o hábito de fingir que comungavam, para conservar a hóstia na boca a fim de cuspi-la depois nos esgotos” (GONZAGA, 1993, p. 159). Os Irmãos do Livre Espírito defendiam que Deus se encontra em todos os lugares e seres criados por Ele e que tudo d'Ele provém, e a Ele retorna após a morte. Portanto, as boas obras e o culto a Ele são inúteis, e, não existe purgatório ou inferno e não há qualquer importância nos sacramentos da Igreja. “Tais crenças possuíam não só um valor religioso negativo, mas se apresentavam também prenes de consequências morais e sociais, profundamente dissolventes” (GONZAGA, 1993, p. 159).

Conrado de Marbourg, apesar de na época ainda não existir uma Inquisição juridicamente organizada, recebeu permissão do Papa Gregório IX para agir como se fosse um Inquisidor Geral, sobrepondo-se à autoridade dos bispos locais. Começam a arder as fogueiras e, “[...] em 1229, é descoberta poderosa rede de valdenses em Estrasburgo, contra os quais se desencadeia severo combate; alguns deles são queimados, outros, arrependidos, se submetem a diversas penitências” (GONZAGA, 1993, p. 160). Na época, muitos nobres e senhores poderosos também foram acusados de desvios religiosos, o que complicava sua situação. Após o principal acusado, conde de Sayn, ser absolvido por um tribunal improvisado, Marbourg, desiludido com tal fato, retornou à sua cidade natal, onde logo foi assassinado. Ao menos na Alemanha, a Inquisição Católica parecia não ter alcançado grande êxito:

Dessa maneira prossegue um trabalho intermitente e irregular, com altos e baixos, alternando-se o predomínio dos inquisidores e o da hierarquia regular, até que, aos poucos, se vai avolumando a crise que levará à Reforma. Somam-se conflitos religiosos com graves problemas políticos, sociais, econômicos [...]. [...] em 31 de outubro de 1517, Martinho Lutero apresenta as suas proposições na Igreja de Wittenberg e as defende publicamente, torna-se já impossível qualquer eficaz reação católica (GONZAGA, 1993, p. 161).

A busca por fiéis religiosos e o combate às heresias já não se limitava à Igreja Católica, mas expandia-se com o protestantismo. As inquisições inflamavam revoltas ao mesmo tempo que geravam conquistas e consequente respeito e lealdade. Assim como o Cristianismo, outras crenças religiosas buscavam se estabelecer e encontrar adeptos. Manter o *status quo* social se tornava cada vez mais difícil em diversos aspectos. O campo das ciências, por

exemplo, era de certa forma 'enriquecido' com o uso da medicina natural e alternativa, o curandeirismo e os rituais mágicos, que muitas vezes confluíam para atender as mais diversas necessidades e, despertavam, ao mesmo tempo, curiosidade, receio e medo, o que veremos no item que segue.

#### **4.1 Medicina, curandeirismo e magia**

Durante a Idade Média, a medicina, bem como outras áreas de estudos científicos, estava estagnada, devido, em grande parte, às ideologias da Igreja. Os tratamentos na área da saúde eram precários e era necessário, portanto, que se buscassem conhecimentos ligados às curas através de elementos da natureza. Médicos, monges, curandeiros e curandeiras exerciam a prática de cura utilizando ervas, muitas vezes aplicadas a rituais mágicos:

Desse modo, na sociedade medieval, as pessoas que precisavam de cuidados médicos, entregavam-se nas mãos de conhecedores dos elementos mágicos fornecidos pela natureza, os quais eram capazes de praticar o que nos dias atuais chamamos de herboristeria ou fitoterapia (STERZA, 2019, p. 16).

Sabia-se que cada erva, planta, semente ou raiz tinha uma função terapêutica e, também, se consideravam suas particularidades mágicas, exploradas em práticas ocultas, sendo muitas vezes práticas religiosas antigas mescladas às novas. Apesar dessas curas e rituais mágicos através de elementos naturais serem executadas por homens e mulheres, estas, geralmente, eram maioria em tais práticas, passando às gerações seguintes seus conhecimentos.

Estas mulheres conheciam os efeitos curativos e provavelmente também os efeitos psicotrópicos de alguns destes vegetais [...] No passado, aquilo que estava ligado ao mundo vegetal em especial modo ao uso e conhecimento das plantas e das ervas, foi muitas vezes considerado uma prerrogativa das mulheres (STERZA, 2019, p. 18).

Pelo fato de cuidarem da horta de casa, a elas cabia a responsabilidade de colher e preparar as ervas e plantas silvestres. Conheciam as que poderiam ser usadas na cozinha como temperos e as que possuíam propriedades curativas, usadas no preparo de decocções, infusões e unguentos.

Estas mulheres, tesoureiras do conhecimento do mundo vegetal, que era repassado de geração em geração e baseado em saberes e crenças antigas tinham um papel fundamental na sociedade, elas eram manipuladoras da natureza e transformavam os elementos do mundo vegetal em algo para cuidar da saúde, como também dos problemas relacionados ao desconhecido, através de práticas mágicas (STERZA, 2019, p. 18).

A maioria das pessoas, geralmente as mulheres, que eram responsáveis pelo cuidado com a família, acreditavam na sabedoria mágica daquelas que lidavam com elementos da natureza para estes fins e a elas recorriam no intuito de obter benefícios através desses 'poderes':

As poções eram muito utilizadas para curar doenças, e grande parte dos remédios que temos hoje são provenientes delas e dos saberes das mulheres e homens, desde a antiguidade. A palavra poção vem do latim *potiois*. É um remédio medicinal ao qual geralmente se atribui propriedades mágicas e/ou encantadoras. Dessa forma, um simples chá também pode ser considerado uma poção. O uso exagerado de substâncias nos preparados pode causar envenenamento; entretanto, o uso adequado de substâncias naturais em poções e beberagens pode até salvar vidas. [...] Quanto aos homens, é evidente que temiam que as mulheres, ao prepararem os alimentos, colocassem neles certas substâncias, uma vez que elas transmitiam e mutuamente trocavam segredos entre si. Eles receavam serem vítimas dos embustes promovidos pelas mulheres (PINHEIRO, 2012, p. 64).

Assuntos concernentes exclusivamente ao universo feminino como gravidez, menstruação, parto ou aborto, também eram tratados com o auxílio desses conhecimentos.

[...] criava-se uma visão enigmática sobre as mulheres, seres em grau de salvar e gerar vida, mas também criando uma ideia de ser maligno capaz de trazer a morte. [...] já na Antiguidade várias mulheres que tinham estas habilidades foram apontadas de praticar a feitiçaria (STERZA, 2019, p. 19-20).

No romance cortês *Tristão e Isolda*, por exemplo, Isolda herda de sua mãe habilidades para manipular ervas medicinais. "Graças a essa habilidade ela é capaz de salvar o herói da trama, Tristão, através de seus conhecimentos herbários. Os filtros, os preparados, os bálsamos e as poções transitam em toda

a trama desse relato amoroso [...]” (PINHEIRO, 2012, p. 11). Mulheres da vida real e da literatura despertam, dessa maneira, admiração, curiosidade e, também, desconfiança, por causa de seus conhecimentos, crenças e práticas mágicas:

Muitas mães eram acusadas de fabricarem unguentos mágicos e maléficos, mas isto advinha do conhecimento delas sobre o saber medicinal, o conhecimento herbário que elas detinham, o qual era transmitido zelosamente de mãe para filha. Na maioria das vezes, as mulheres deveriam ficar fechadas dentro de casa, tendo como funções zelar pela família, criar os filhos e cuidar dos doentes de seu entorno, por isso eram funcionalmente obrigadas a conhecer remédios e poções (PINHEIRO, 2012, p. 62).

Muitas eram as receitas que as mulheres compartilhavam entre si, como de filtros, infusões, misturas e de vinhos ervados. Tais compostos eram utilizados para despertar amor, luxúria ou paixão. O filtro do amor era considerado um legítimo instrumento de desejo sexual no século XII, ganhando popularidade também na literatura do Renascimento medieval, indo de encontro ao casamento monogâmico e indissolúvel instituído pela Igreja Católica, que com isso visava impugnar a concupiscência. Isso progrediria, um século mais tarde, para uma acentuada repressão sobre práticas afrodisíacas embasadas em poções, gerando ainda condenação, registrada inclusive no *Manual dos inquisidores* de autoria do inquisidor Nicolau Eymerich, em 1376. Sobre tais preparos:

As palavras filtros e poções possuem um significado relativamente semelhante. Filtros são afrodisíacos feitos com ervas e outros elementos para despertar o desejo sexual ou até mesmo o amor. Na literatura, são conhecidos como “poções de amor”. A diferença essencial entre filtros e poções consiste na forma como são preparados, pois as poções são fervidas e os filtros, não. Os filtros são produzidos utilizando-se preferencialmente ervas, mas podem conter ainda outros elementos de origem mineral ou até mesmo animal. As beberagens são preparações líquidas à base de água, utilizando plantas ou outros ingredientes, como minerais ou até mesmo animais das quais se extraem, substâncias químicas ativas, ou seja, que produzam algum efeito terapêutico sobre o corpo ou alguma alteração na mente (efeito psicoativo). (PINHEIRO, 2012, p. 63-64).

Unindo sabedoria, conhecimento empírico e credices ligadas a costumes ancestrais e pré-cristãos, muitas mulheres confeccionavam para si ou para suas filhas, filtros e poções de amor para que estas contraíssem boas núpcias. Jovens

camponesas, exaustas pelo trabalho extenuante do campo, também o faziam, a fim de conquistar comerciantes, artesãos, enfim, homens que pudessem lhes proporcionar uma vida mais confortável. As mulheres que detinham tais conhecimentos e poderes, poderiam ainda manipular seres vivos, eventos climáticos, entre outras coisas: “[...] estas mulheres além de ter a competência de fornecer curativos, acreditava-se, que tivessem a faculdade de manipular as pessoas, a natureza, e interceder com o sobrenatural” (STERZA, 2019, p. 20).

O exercício de tais curas ou rituais preocupava a Igreja e a sociedade, pois acreditava-se que esses conhecimentos poderiam afastar as pessoas da fé cristã. Considerava-se que o doente era um pecador, e sua cura residia nos sacramentos, orações e até exorcismos, ou seja, seu livramento deveria ser alcançado no catolicismo.

[...] na Idade Média Central, a Igreja atribui às feiticeiras a prática de atividades demoníacas, as quais vão somando-se àquelas para fins de curandeirismo e as outras atividades mágicas [...]. Desse modo, aquelas que foram consideradas curandeiras e feiticeiras por um longo tempo a partir da Idade Média Central podiam tornar-se bruxas devido a uma mudança radical do pensamento da Igreja a respeito destas mulheres e suas práticas (STERZA, 2019, p. 21).

Ocorria, então, uma modificação das nomenclaturas atribuídas àquelas mulheres e, por conseguinte, do imaginário medieval na Idade Média Central. As que foram conhecidas por um longo período como curandeiras e feiticeiras, poderiam agora também ser consideradas bruxas, devido a uma brusca mudança de mentalidade da Igreja Católica com relação a essas mulheres. A figura da bruxa, trazida à tona pela Igreja a partir do século XIII, passava a incorporar a da feiticeira pois, esta, também adorava o demônio e praticava atos diabólicos, o que a tornava uma potencial bruxa.

Suas práticas, confrontadas com o pensamento da Igreja, resultariam nessas mudanças:

Nos confrontos destas mulheres peculiares conhecedoras dos segredos de plantas e ervas, temos outro aspecto interessante a ser apresentado, isto é, o aspecto erótico-sexual, considerado presente nas manifestações satânicas de bruxaria. Nesta perspectiva, a luxúria era um tabu indicado como “pecado capital” pela Igreja Católica. Ainda mais, se estes atos fossem teoricamente praticados juntos com o diabo e outros seres

demoníacos. Nesse mesmo sentido, mulheres que viviam no desconforto e insatisfeitas da própria situação social, utilizando unguentos psicotrópicos, preparados com plantas mágicas, conseguiam sair de um estado mental real, entrando em uma dimensão onírica (STERZA, 2019, p. 21-22, destaque do autor).

Essa ‘fuga’ da realidade, permitiria, de certa forma, a liberdade tão almejada que as mulheres geralmente não tinham em suas vidas reais, no mundo material. Nesse estado, elas se desnudavam e realizavam uma automassagem com unguentos misteriosos e ‘voavam’ para um encontro de luxúria com satanás e outros seres demoníacos. Possivelmente, a formulação de ‘poções mágicas’, proporcionava efeitos alucinógenos, já que muitas ervas com efeitos psicotrópicos já eram conhecidas naquela época. Através delas, era possível obter visões fantásticas, sensação de orgasmo ou até mesmo de voar:

Dessa forma, é possível que estas mulheres tivessem experiências comparáveis a “sonhos” eróticos, solicitadas da ação alucinógena do unguento massageado nas partes erógenas do corpo. Teoricamente ao término do efeito das drogas, poderiam haver a convicção de ter voado e ter tido belos encontros “amorosos” com homens e seres imaginários, os quais as faziam felizes, uma vez que produziam experiências bem diferentes da realidade do cotidiano delas. Aparentemente, estas experiências refletiam seus próprios desejos, haja vista que as mesmas contavam suas viagens e encontros como fatos reais (STERZA, 2019, p. 22, destaque do autor).

Nessas misturas à base de vegetais, havia atropina<sup>16</sup>, um anticolinérgico<sup>17</sup> que causa alucinações e era, por isso, responsável por esses efeitos delirantes. Proporcionavam, de certa forma, prazeres que essas mulheres não encontravam em suas vidas reais e cotidianas. Durante os processos inquisitoriais das bruxas, muitas relatavam experiências luxuriosas, adquiridas em estados de delírio, ou seja, quando estavam sob os efeitos dessas plantas:

Efeitos que, por exemplo, podiam apresentar a pessoa que a utilizasse como “desligada” em um estado de transe ou tão excitada a ponto de parecer “possuída” e incapaz de se controlar, mostrando uma atitude fora do “normal”. O efeito *delirogeno* destas plantas, induzia estas mulheres em experiências visionárias e comportamentais que eram fora dos

<sup>16</sup> **Atropina**: alcaloide extraído da beladona. Dicionário da Língua Portuguesa. Larousse Cultural, 1992, p. 104.

<sup>17</sup> **Anticolinérgico**: que bloqueia a ação da acetilcolina. Dicionário da Língua Portuguesa. Larousse Cultural, 1992, p. 64.

cânones aceitos pela Igreja. Estas experiências podiam acontecer durante rituais curativos e/ou mágicos. Assim, supomos que a alteração psicofísica destas mulheres seria um dos motivos que acrescentou sua má reputação e induziu os defensores da ideologia cristã, daquele tempo, a considerá-las como pessoas em contato com seres demoníacos. (STERZA, 2019, p. 23, destaques do autor).

Elas não conseguiam armazenar completamente suas memórias durante esse efeito psicoativo, fazendo com que, em seus depoimentos, misturassem fantasia e realidade. Isso levava os inquisidores a concluir, durante os interrogatórios, que elas estivessem realmente acompanhadas por demônios e fossem até mesmo protegidas por forças malignas. Sobre a utilização de tais unguentos e suas ações no corpo humano:

De acordo com o antropólogo americano Michael Harner, as bruxas europeias esfregavam seus corpos com pomadas alucinógenas feitas de plantas como a beladona (*Atropa belladonna*), a mandrágora (*Mandragora*) e o meimendo (*Hyoscyamus*); o constituinte psicodélico, atropina, era absorvido pela pele. Isso produzia a sensação visionária de fazer uma “viagem” em uma vassoura e encontrar outras bruxas e demônios no Sabá. (DRURY, 2004, p. 108, tradução nossa; destaque do autor).<sup>18</sup> (Tradução nossa)

A preocupação com o uso desses preparados é mostrada no *Malleus maleficarum*, fazendo referência à fala de Santo Agostinho em sua obra *De civitate Dei* (A cidade de Deus): “os demônios utilizam nas suas operações materiais inferiores – ervas, pedras, animais e mesmo certos sons, vozes e figuras [...]” (KRAMER; SPRENGER, 2007, p. 96).

Por ser costume, desde a antiguidade clássica, o uso dessas ervas com os mais diversos propósitos, a Igreja encontrou bastante dificuldade ao tentar afastar as pessoas dessas tradições, que foram herdadas de povos antigos, denominados pagãos pelo cristianismo. Apesar de muitas pessoas atuarem em tais práticas de forma séria e bem-intencionada, havia aqueles que se utilizavam

---

<sup>18</sup> “According to American anthropologist Michael Harner, European witches rubbed their bodies with hallucinogenic ointments made from such plants as nightshade (*Atropa belladonna*), mandrake (*Mandragora*), and henbane (*Hyoscyamus*); the psychedelic constituent, atropine, was absorbed through the skin. This produced the visionary sensation of going on a “trip” on a broomstick and meeting with other witches and demons in the Sabbath” (DRURY, 2004, p. 108).

delas para desvio da fé ou estelionatos, onde falsos bruxos e magos tiravam proveito financeiro de seus clientes, utilizando-se até mesmo de homicídios por envenenamentos e de infanticídios. Em atuações mal-intencionadas:

Os efeitos objetivados através dos feitiços eram os mais variados: afetar pessoas, produzindo-lhes amor ou desamor, morte, cegueira, doença, impotência ou esterilidade sexuais, etc.; prejudicar animais ou plantações; envenenar cursos d'água ou fontes; provocar tempestades, inundações, incêndios (GONZAGA, 1993, p. 162).

Diante desse contexto, a Igreja Católica procura então levar sua doutrina ao povo, com o intuito de desestabilizar as bases folclóricas vinculadas à magia. A adaptação cultural de elementos cristãos à tradição pagã foi essencial para que a evangelização do povo ocorresse mais facilmente. Isso ocorreu muito na literatura, sendo que, a novela aqui estudada é exemplo disso. Foi dessa forma que, gradualmente, o catolicismo se consolidou no Império Romano e ganhou grande parte do espaço outrora ocupado por outras religiões greco-romanas.

#### **4.1.2 Bruxaria, feitiçaria e misticismo na Idade Média**

No final do século XII, expandia-se a espiritualidade e a superstição popular, além do apego a amuletos e relíquias e posterior crença na Astrologia, com algumas influências do Oriente trazidas pelas Cruzadas. Crescia também a convicção de que Deus, santos e demônios interferiam materialmente nos negócios humanos. “Foi no bojo dessa cultura que se desenvolveu enormemente a prática da magia e da bruxaria, impregnando com grande intensidade as mentes medievais, num crescendo que atingiu o seu ápice durante os séculos XIV e XV” (GONZAGA, 1993, p. 162). Sobre bruxaria e feitiçaria, eis alguns esclarecimentos:

É muito sutil, se não artificiosa, a diferença essencial que se queira estabelecer entre magia (ou feitiçaria) e bruxaria. Em ambas, o sujeito pretende ter domínio sobre as forças da natureza, para produzir fenômenos contrários às leis naturais, ou desconformes às suas causas, com auxílio de forças ocultas provindas do além. O que apenas cabe dizer é que a bruxaria costuma ser mais aparatosa e com maior frequência supõe a imediata intervenção demoníaca, *verbi gratia*, a estereotipada imagem de bruxas voando pelos ares, montadas sobre vassouras ou sobre animais (estes nada mais sendo do que o diabo). A magia, ao invés, está mais interessada em filtros, poções, elixires, rezas de suposto efeito milagroso,



adivinhações, encantamentos etc. Pode ser magia "branca" ou "negra", conforme se proponha a atrair uma pessoa para algo bom, ou a lhe causar algum dano (GONZAGA, 1993, p. 162).

Se uma mulher apresentasse tais características, ainda que fosse um ser humano digno de admiração e respeito, poderia ser considerada, de acordo com os preceitos cristãos da época, uma herege e praticante de bruxaria ou adepta da feitiçaria. Dentre as personagens femininas n'*A demanda*, há aquelas que se encaixam nesse padrão, com desvios de comportamento, apresentando características excêntricas para sua época, conhecimentos gerais ou alheios ao universo masculino, o que frequentemente desperta receio, desconfiança e aversão por parte dos homens. Essas mulheres são consideradas praticantes de heresias, se inserindo no perfil das bruxas e feiticeiras.

Em *A demanda do Santo Graal*, recai geralmente sobre a mulher a culpa pela queda das virtudes nos homens, mesmo que estes cometam também ações desvirtuosas. Prova disso é a trajetória do rei Artur que, aos poucos, mostra surpresas, quando a narrativa revela que ele foi pai de um filho bastardo e, também, pai de Mordred, que trata como seu sobrinho. Porém, como mostra a novela, o pecado ligado à sexualidade e à fraqueza encontra-se associado à demonizada figura feminina, transgressora da fé e vulnerável às possessões malignas, ou seja, uma personificação do mal.

A filha do rei Hipômenes por exemplo, protagoniza um dos atos mais terríveis presentes na obra. Ela é portadora de atributos que lhe conferem poder e independência, como inteligência e beleza. Tais atributos, que podem elevar uma mulher a uma posição mais respeitável, insinuam uma possível ligação com a figura das bruxas, temidas por sua singular sabedoria. Entediada pelos estudos, a filha do rei volta sua atenção para o irmão, pelo qual nutre sentimentos amorosos que não pode declarar e, quando isso finalmente acontece, ela sente o sabor amargo da rejeição e do repúdio por parte dele e tenta, em seguida, tirar sua própria vida. Porém, sob instruções do Diabo, ela decide esquecer esse sentimento que a faz sofrer e inicia seu plano de vingança:

Na busca pelo poder e na sede de vingança por ter sido rejeitada pelo irmão, a jovem alia-se ao Diabo para concretizar seus desejos. A vitória de seus instintos, em contraposição ao amor que ela afirma manter pelo irmão, corrompe o que talvez tenha

restado de sua bondade e senso (ARRUDA, OLIVEIRA, SIQUEIRA, 2011, p. 66-67).

Configura-se, assim, o mal na personagem feminina, que vem para conspurcar seu próprio corpo, sua família e sua honra: “Deste modo entregou seu amor ao demo, e ele deitou com ela [...] E quando deitou com ela, teve ela tão grande prazer que lhe esqueceu o amor de seu irmão tão mortalmente, que mais não poderia” (MEGALE, 2008, p. 569). Mais tarde, junto a seu novo companheiro, ignorando completamente a bondade e firmeza de caráter de seu irmão, ela planeja friamente sua morte, sem considerar os laços de família e nem dar lugar a arrependimentos.

De acordo com Siqueira (2011, p. 89), esse amor seria “a submissão ao mundo, alegorizada no amor a si mesmo”, um símbolo utilizado sobre os pecados como forma de impor-se sobre o outro. Assim, esse amor revela ser um amor-próprio, enaltecido, que ignora a nobreza de seu irmão, exemplo de fé e castidade, atributos que a mesma não poderia possuir. Outro exemplo pertinente na narrativa é o da filha do rei Brutos, que se apaixona por Galaaz, um nobre cavaleiro a serviço do rei Artur. Ela aparece como a donzela mais bela do reino, exibindo os seus atributos físicos, sugerindo o pecado. Esse amor que a bela moça sente por Galaaz é, em maior parte, carnal. Vendo-se impossibilitada de concretizá-lo, comete suicídio, algo considerado uma afronta aos desígnios da Igreja Católica: “O suicídio é um dos mais graves pecados, na concepção do Cristianismo medieval, porque nega a vida como dádiva exclusiva do Criador. Àqueles que cometem tal delito somente resta a condenação ao inferno e seus tormentos” (Siqueira, 2011, p. 95).

Para Maleval (2004, p.10), “A mulher se apresenta como obstáculo maior à ascese espiritual a que almejavam os cavaleiros”, ou seja, elas envolviam os homens com o propósito de desvirtuá-los, distanciando-os das bênçãos e do amparo de Deus. Nos exemplos supracitados, podemos perceber que essas mulheres sucumbiram à própria transgressão, causando a autodestruição após serem rejeitadas, repudiadas e amaldiçoadas, levando-as à morte, por culpa de seu próprio comportamento. “Tal escolha funciona ainda como um sintoma do caráter fraco e volúvel. Em suma, a donzela desde o início do relato, caracteriza-se como uma alegoria dos malefícios femininos [...]” (Siqueira, 2011, p. 95). Isso corrobora para a pintura demoníaca prévia associada à mulher.

Na percepção de Carneiro (2006, p. 10), “[...] personagens com poderes exóticos, como feiticeiras e bruxas, aparecem com muita frequência nas novelas do Ciclo Arturiano”. É o reflexo da realidade da Idade Média, onde muitas mulheres carregavam consigo grande sabedoria e conhecimentos relacionados a ervas para curas, alimentação, partos e cuidados em geral com a saúde, o corpo e a mente. Dessa forma, acabavam despertando desconfiança, às vezes, admiração e, outras vezes, temor. Esses fatores culminavam com a demonização desses conhecimentos femininos, saberes de grande valia que atravessavam gerações, e em meados do século XV já apresentavam indícios de envolvimento com o oculto, a espiritualidade e a magia. Observa ainda Carneiro (2006, p. 10) que “[...] geralmente, elas têm papel importante nas tramas, desencadeando fatos, intrigas, vidências, avisos, proteção e até mesmo representando a sabedoria, a secularidade e os rituais pagãos, a partir de atuações como sacerdotisas”.

Além da prática do curandeirismo e de rituais mágicos em maior parte pelo público feminino como já mencionado anteriormente, existiam ainda outros ‘perigos’ que assolavam a ordem religiosa e social, que eram as práticas ocultistas ou não-cristãs. Uma delas, era a missa negra, cuja realização ocorria em dias santos, tendo a imagem de Satã sobre o altar, o que era uma afronta ao cristianismo. Havia também o ‘sabá’, uma assembleia que reunia bruxos e bruxas aos sábados à meia-noite sob a liderança do diabo, representado por uma escultura de bode, cujo traseiro todos deveriam beijar para dar início à festa:

Seguiam-se comidas e bebidas fartas, em meio a imensas orgias e depravações sexuais, inclusive com os demônios presentes, e era voz corrente que também se procedia ao sacrifício ritual de crianças. Havia firme convicção de que os demônios podiam manter relações carnavais com seres humanos; tanto demônios masculinos (íncubos) com mulheres, como demônios femininos (súcubos) com homens. Às vezes isso ocorreria quando a vítima, dormindo, se achava desprevenida. Muita angústia deveria causar, na crédula alma popular, a perspectiva de que essas uniões pudessem gerar frutos, meio humanos, meio satânicos... (GONZAGA, 1993, p. 163).

Essa seita coletiva, se revestia de inúmeras práticas heréticas, pois envolvia adoração a satã e pacto diabólico em um tipo de reunião especial, o que acentuava ainda mais os já existentes temores relacionados às práticas

mágicas, à bruxaria e à feitiçaria. Fundamentada nos Evangelhos, a doutrina católica já acreditava na possessão diabólica, em que o indivíduo possuído seria utilizado como instrumento para práticas malignas. A compreensão de tal fato, aliada a grande desordem causada por superstições e crenças diversas, desencadeou insatisfação e interposição enérgica por parte de autoridades civis de diversos países, que consideraram essas ações criminosas e, portanto, nocivas, podendo ser reprimidas inclusive com a pena capital, que era a morte pela fogueira.

De acordo com relatos históricos, antes das perseguições às heresias, a Igreja muito oscilou e foi indulgente, julgando atos considerados profanos pela justiça comum, como simples práticas supersticiosas. Mais tarde, passou aos poucos a enrijecer sua reação, quando começou a sentir que “[...] a magia e a bruxaria se apresentavam carregadas de perigos morais e abalavam a pureza da fé cristã” (GONZAGA, 1993, p. 165). Tal enrijecimento não se originou apenas da religião católica. Também outras religiões e instituições buscaram impedir, de diferentes formas, as mais diversas heresias:

As soluções, em resumo, muito variaram no tempo e conforme o país. De modo geral, podemos consignar que confluíram, nesse campo, a jurisdição secular e a eclesiástica, esta, às vezes, com seus tribunais regulares, às vezes com o Santo Ofício; mas com o passar do tempo a atitude da Igreja, repetimos, foi no sentido de se ir alheando ao assunto, para deixá-lo somente a cargo da Justiça comum. Sobrevindo a Reforma protestante, nas regiões por ela dominadas reacendeu-se o rigor: Lutero proclamava ódio aos “possuídos pelo demônio”, que, no seu entender, deviam ser lapidados antes de enviados à fogueira; e equivalente foi o pensamento calvinista (GONZAGA, 1993, p. 165, destaque do autor).

Era um problema para os juízes antigos atestarem concretamente a presença de bruxaria. Muitos fatos, atualmente explicados pela Parapsicologia, na época, poderiam confirmar tal fenômeno. Falar um idioma estranho ao indivíduo que o profere, prever o futuro, fazer adivinhações, mover objetos ou afetar plantas, animais e seres humanos à distância, telepatia, levitação e acontecimentos antinaturais, em geral, levavam os demonólogos medievais a meditar sobre o assunto.

No final do século XVI e durante o século XVII, a História ainda registra alguns casos em que os tribunais seculares sancionaram a magia e a bruxaria. Depois, tais práticas, em si, deixaram de ser consideradas delituosas, punindo-se tão-só as infrações penais comuns que costumavam acompanhá-las. É totalmente impossível saber quantos bruxos, quantos magos e feiticeiros foram submetidos à força ou à fogueira, nos vários países e durante os séculos em que durou sua perseguição penal. Menos ainda será possível calcularmos quantos terão sofrido esse suplício por imposição da Igreja ou por responsabilidade exclusiva da Justiça estatal. (GONZAGA, 1993, p. 165-166).

O acentuado misticismo aliado a uma forte persuasão das multidões sobre a presença demoníaca, contribuiu para o surgimento de inúmeros magos, bruxos e bruxas, o que, inevitavelmente, afetava a ordem pública. Dessa forma, diante de circunstâncias que pudessem configurar influência demoníaca, as pessoas não poderiam aguardar providências das autoridades, uma vez que o processo, às vezes, demorava e os danos poderiam ser maiores:

Elucidativa é a verificação de que muitas vezes a Justiça eclesiástica absolvía ou só impunha leves penitências a acusados de bruxaria, mas o Estado, retomando a causa, aplicava a pena capital; ou então o povo, adiantando-se às providências oficiais, fazia justiça pelas próprias mãos, trucidando os suspeitos (GONZAGA, 1993, p. 167).

Posteriormente, sob rogos e pressões da própria população, aplicavam-se, aos poucos, sentenças mais drásticas, considerando-se a gravidade dos atos heréticos: “[...] Certo é, isto sim, que, dentro do intenso sentimento de religiosidade que a envolvia, a cristandade se deixou arrastar para enormes exageros” (GONZAGA, 1993, p. 166). Entende-se por cristandade todo o público que adería ao Cristianismo e não apenas ao catolicismo, bem como autoridades religiosas de suas igrejas.

É válido lembrar que, durante a Idade Média, a sociedade mantinha seu caráter estamental e, a segmentação característica dos grupos que formavam essa sociedade, conservava privilégios para uns, enquanto outros viviam como alienados dentro do sistema. Nobres e membros da Igreja não admitiam declinar de sua posição vantajosa e nem que camponeses adquirissem autonomia em aspecto algum. Para que alguns grupos pudessem sobreviver, outros eram

subjugados e economicamente dependentes daqueles que se encontravam em camadas sociais de maior prestígio e poder naquele contexto.

Os camponeses organizavam-se em trabalhos nas terras comunais como pastos, bosques, florestas e lagos. Suas vidas, aos poucos, ganhavam certa autonomia, inclusive economicamente, pois dali poderiam retirar meios de sustento e sobrevivência. Isso afetava diretamente o poder de nobres e da Igreja sobre suas vidas, pois as práticas de trabalho, alimentação e cultos dos camponeses, não estariam, dessa forma, sob o domínio e normas daqueles que os exploravam para manter suas riquezas. De fato, qualquer prática que não obedecesse aos preceitos eclesiásticos ou da nobreza, logo passaria a ser considerada uma contravenção contra a Igreja e o Cristianismo, sendo motivo para punições.

Com a conquista crescente de fiéis ao catolicismo, houve a necessidade de a Igreja regulamentar o exercício da religião, obtendo autonomia para investigar e julgar pessoas acusadas de heresia, com base no sistema jurídico da Igreja Católica Romana. Até mesmo quem criticasse seus dogmas e ensinamentos, possivelmente poderia responder por isso. Ser um herege poderia ser uma escolha, porém, a pessoa estaria sujeita a responder por ela e pelo seu afrontamento a Deus e à Igreja. Ideias diferentes ou 'revolucionárias' eram rigorosamente reprimidas, antes que se espalhassem e 'contaminassem' outras pessoas. Entretanto, a intervenção da Igreja a essas 'heresias' se justificava pelo desejo de salvar o contraventor pelo arrependimento, originando os nomes 'Santa Inquisição' e 'Santo Ofício'. Assim,

[...] ao reunir e harmonizar componentes de várias crenças da época, a religião cristã tornava-se mais facilmente assimilável, porém passível de diversas interpretações. Portanto, heresia é, do ponto de vista da Igreja, um desvio dogmático, ou seja, uma interpretação discordante do clero cristão, e que por isso mesmo coloca em perigo a unidade da fé. Qualquer ideia que parecesse herética era, então, submetida à apreciação do bispo local (FRANCO JR., 1986, p. 109).

A Santa Inquisição ou Tribunal do Santo Ofício foi uma instituição estabelecida pelos tribunais da Igreja Católica, com o objetivo de perseguir, julgar e punir os hereges, ou qualquer pessoa que se desvirtuasse da conduta cristã. Essa instituição se estabeleceu na Idade Média, criada no século XIII, pelo

Papa Gregório IX que, naquele momento, se preocupava com o crescimento de seitas religiosas. Estendeu-se até o século XIX e foi considerada pela História como a ferramenta mais rigorosa utilizada para combater seus opositores ou aqueles que simplesmente seguiam outras vertentes religiosas.

#### 4.2 Julgamento e perseguição às bruxas e feiticeiras

A bruxaria crescia na Europa, principalmente na Alemanha, onde se concentrava grande número de magos, bruxos e bruxas. Essa situação preocupava as autoridades eclesiásticas, de tal forma, que o Papa Inocêncio VIII nomeou Kramer e Sprenger como inquisidores, em 9 de dezembro de 1484, para agirem na Alemanha, onde a situação era mais crítica, pelas atrocidades religiosas, sociais e morais que ocorriam, de modo que os papas e os defensores da boa ética em geral deveriam enfrentar o problema com bastante rigor. Os inquisidores consultavam o manual inquisitorial *Malleus Malleficarum*, uma espécie de 'bíblia' para os inquisidores. Nessa obra, há instruções sobre o tratamento dispensado às mulheres hereges, consideradas bruxas ou feiticeiras por se desvirtuarem do comportamento comum dos verdadeiros cristãos.

O manual divide-se em três partes: na primeira, há explicações sobre o fenômeno da bruxaria, que, para ocorrer, são essenciais o diabo, a bruxa e a permissão de Deus. Na segunda, são explicados os métodos utilizados para infligir malfeitorias e, também, as formas pelas quais estas podem ser curadas. Na terceira, são abordadas as medidas judiciais no Tribunal Eclesiástico e no Civil a serem aplicadas aos culpados. Uma das citações dessa obra, demonstra com bastante clareza a 'necessidade' de se manter distância das mulheres, cuja tendência era contaminar e desvirtuar os homens:

[...] a mulher é inimigo secreto e enganador. [...] E ao falar-se que é mais perigosa que uma armadilha, não se está a pensar na armadilha dos caçadores, mas na armadilha dos demônios. [...] Toda bruxaria tem origem na cobiça carnal, insaciável nas mulheres. [...] para saciar a sua lascívia, copulam até mesmo com demônios. [...] já nos parece suficientemente claro que não admira ser maior o número de mulheres contaminadas pela heresia da bruxaria. [...] E abençoado seja o Altíssimo, Que até agora tem preservado o sexo masculino de crime tão hediondo:

como Ele veio ao mundo e sofreu por nós, deu-nos, a nós homens, esse privilégio. (KRAMER; SPRENGER, 2007, p. 121.)

É um livro rigorosamente detalhado, extenso, de leitura penosa e difícil, que revela, muitas vezes, fanatismo dos autores. Em muitas passagens, há um acentuado preconceito contra o sexo feminino, justificado, algumas vezes de formas absurdas, tendo como base a realidade inegável de que “[...] eram, em grande regra, as mulheres, não os homens, que se apresentavam como bruxas, ou era a elas que o povo geralmente atribuía essa qualidade. Motivos haverá para o fato” (GONZAGA, 1993, p. 168).

Há uma observação, ainda, no referido manual, que justifica a grande perseguição às mulheres:

[...] nos nossos tempos essa perfídia é mais encontrada em mulheres do que homens, conforme nos ensina a experiência [...] por serem mais fracas na mente e no corpo, não surpreende que se entreguem com mais frequência aos atos de bruxaria. [...] Mas a razão natural está em que a mulher é mais carnal do que o homem, o que se evidencia pelas suas muitas abominações carnis (KRAMER; SPRENGER, 2007, p. 116).

Sugestionadas por falas e acusações recorrentes da sociedade e de seus perseguidores, muitas acusadas de feitiçaria buscavam amenizar sua culpa revelando suas fantasias sexuais diante de tribunais públicos. Com isso, elas tinham certa satisfação erótica, pelo fato de pormenorizar tudo diante de seus acusadores do sexo masculino. Perturbações emocionais que as levavam a essas confissões e à afirmação de que coabitavam com o mal, eram interpretadas como possessão, o que levava outras mulheres a agirem da mesma forma, como se a bruxaria fosse contagiosa, conspurcando o universo feminino. De certo modo, essa situação corroborava com o pensamento da época, registrado no livro *Malleus Maleficarum*: “E convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem” (KRAMER; SPRENGER, 2007, p. 116).

Na terceira parte do referido livro, há explicações sobre as regras processuais, que equivaliam aos procedimentos em vigor na época, com algumas especificidades. Em situações que acusavam bruxaria, havia grande



dificuldade por parte dos juízes para descobrirem a verdade e apresentarem as provas da existência do fenômeno. Supostamente, era Satanás que amparava e auxiliava as acusadas, o que exigia cautela contra suas artimanhas. Acreditava-se que era possível identificar uma bruxa pelo dom da insensibilidade física, além da incapacidade de chorar, mesmo quando expostas a torturas e dores lancinantes, normalmente insuportáveis às pessoas comuns:

Daí se seguia então o seguinte paradoxo: nos processos em geral, a resistência à tortura era considerada uma prova da inocência do réu; quanto às bruxas, ao invés, era sinal de proteção diabólica. Sucede, porém, que elas podiam fingir que sentiam dor, do mesmo modo que a incapacidade de chorar podia ser dissimulada pelo demônio, que fazia sua protegida derramar lágrimas. A resistência ao sofrimento físico tinha sua fonte numa marca de insensibilidade, que não vertia sangue, o *punctum diabo/icum*, que era preciso descobrir, picando com uma agulha o corpo da acusada (GONZAGA, 1993, p. 168).

Com o mesmo objetivo, a acusada poderia apresentar outros sinais que comprovassem ser uma bruxa, provas muito importantes que os juízes apuravam com cuidado, como marcas físicas, amuletos ou particularidades das vestes. Para isso, “[...] recomendam então Kramer e Sprenger que eles [os juízes] comecem seus trabalhos designando peritos, médicos ou cirurgiões-barbeiros, para despirem a ré e lhe raspem todos os cabelos e pelos do inteiro corpo” (GONZAGA, 1993, p. 168-169). O motivo para essa atitude era a crença de que as bruxas tinham o hábito de portar objetos supersticiosos para conservar o poder do silêncio, escondendo-os nos cabelos, nas genitais ou qualquer outra parte do corpo: “Há quem queira ver aí a perversão da mixoscopia (*voyeurismo*), de que estariam tomados os inquisidores. Eventualmente, quiçá, sim” (GONZAGA, 1993, p.169).

Qualquer comportamento que fosse contrário aos dogmas e à moral pregada pela Igreja, poderia levar, inevitavelmente, mulheres, em sua maioria, a julgamento. Muitas eram consideradas suspeitas, inclusive em casos de denúncia falsa por parte de opositores. Além de serem expostas e envergonhadas publicamente, poderiam ser submetidas a longos e penosos interrogatórios, testadas e conduzidas à sentença final, então denominada auto-de-fé, onde seriam queimadas ainda vivas em locais públicos, usualmente em

feriados ou dias santos. A exposição de todas as punições deveria servir como exemplo, de modo a inibir outras condutas desvirtuadas.

Os manuais inquisitoriais continham todas as informações condutoras a esse processo realizado de forma meticolosa e ritualística:

A tortura ocorrida na Inquisição possui este caráter, na medida em que não eram realizadas de qualquer maneira, mas combinavam palavras e ações. As ações – ou seja, a tortura – eram sempre precedidas por palavras, pela fala, pelas tentativas de persuasão para que a vítima confessasse os crimes dos quais era acusada. Em seguida, era submetida a todo tipo de tortura, física e psicológica, passando por repetições, novamente, de palavras e ações (PIRES, 2013, p. 562).

Apesar do avultamento da Inquisição Católica, muitas foram as inquisições, cada uma com suas especificidades, de acordo com as necessidades e objetivos de cada país ou cada tribunal. O fato é que, a partir do século XIII, o Feudalismo precisou, em sua estrutura, de adequações políticas e ideológicas para se sustentar, o que muito contribuiu para as variações de método.

A centralização do poder pelas classes dominantes era essencial para o domínio do povo, especialmente do campo, onde o paganismo ainda ofuscava o cristianismo.

Em um mundo onde a religião tem tanto poder, a transgressão da fé também é transgressão política. Os inquisidores conseguiram unir a transgressão sexual à transgressão da fé, e punir as mulheres por esses pecados. É nesse contexto de intensa repressão às mulheres que Heinrich Kramer, [...] juntamente com James Sprenger, [...] foram chamados pelo Papa Inocência VIII para uma missão pelo norte da Europa, buscando evidências de pactos satânicos entre os cidadãos comuns e escreveram, em 1484, o *Malleus Maleficarum*, que orientava de forma detalhada, como as bruxas deviam ser identificadas, interrogadas, julgadas e executadas (PIRES, 2013, p. 564-565).

A edição do livro em português, que utilizamos, foi prefaciado pela escritora Rose Marie Muraro. Explica que a religião católica e, mais tarde, a protestante contribuíram, de maneira decisiva, para essa centralização do poder: “E o fizeram através dos tribunais da Inquisição que varreram a Europa de norte a sul, leste e oeste, torturando e assassinando em massa aqueles que eram julgados heréticos ou bruxos” (MURARO, 2007, p. 14).

Agir ou pensar de forma diferente do que se apregoava, equivalia a confrontar as autoridades, principalmente as eclesiásticas que, em muitos lugares, agiam em conjunto com o poderio político, segundo Pires (2013, p.566): “A característica central atribuída ao demônio era inicialmente a desobediência ao poder centralizador, e esta foi aos poucos se relacionando à sexualidade e ao conhecimento”. As acusações de heresia poderiam vir sob os mais diversos motivos, mesmo que a pessoa acusada não tivesse consciência de seus erros.

A partir do século XIII, o Papa Inocêncio III passa a consentir as mortes por tais ‘crimes’ que, muitas vezes, não eram assim entendidos pelos acusados. Heresias de baixa gravidade eram, geralmente, confessadas e, além disso, ao abdicar do pecado, o acusado poderia ser acolhido pela Igreja, porém levado à prisão perpétua. Quando eram mulheres, mesmo em penitência e prisão perpétua, as acusadas estavam à mercê das decisões de seus julgadores, podendo ser executadas posteriormente:

E embora no caso da heresia simples os que se mostram penitentes e que a abjuram são [...] readmitidos à penitência e condenados à prisão perpétua, na heresia das bruxas, não obstante o Juiz eclesiástico possa receber a prisioneira de volta à penitência, o Juiz civil pode, em virtude dos danos temporais - ou seja, dos males causados a homens, ao gado e aos bens e propriedades -, puni-la com a morte (KRAMER; SPRENGER, 2007, p. 456-457).

A arraigada desvalorização e o desprezo à mulher na sociedade medieval se manifestavam durante todo o processo de julgamento, que seguia as instruções do manual de caça às bruxas, iniciando pela perda de sua privacidade, desde o momento de sua prisão. Sua casa era vasculhada, na busca por objetos enfeitiçados ou amaldiçoados pela bruxa ou pelo próprio Diabo, que serviriam para a prática do mal. “[...] as mulheres eram arrancadas de suas casas e levadas às prisões e aos tribunais, sem poder ir a lugar algum, a não ser com os inquisidores, onde iam ser interrogadas e provavelmente condenadas à morte pelo fogo” (PIRES, 2013, p. 568).

Era necessário que ela fosse destituída de qualquer artefato mágico, que pudesse atrapalhar as investigações e o interrogatório acerca de suas heresias:

[...] ao ser capturada, se o for em casa, que não se lhe dê tempo para ir ao próprio quarto; pois as bruxas têm o hábito de

protegerem-se dessa forma, trazendo consigo algum objeto ou força de magia que lhes confere a faculdade de manterem-se em silêncio durante o interrogatório (KRAMER; SPRENGER, 2007, p. 415).

Acreditava-se também que era mais seguro transportar as acusadas de forma suspensa, em cestas ou sobre tábuas, de forma que, não tendo seus pés contato com o chão, não poderiam cometer algum mal. Essa prática foi utilizada pelos tribunais civis e, também, pelos inquisidores eclesiásticos: “Surge aí a questão do método empregado por alguns para capturar bruxas - se é lícito ou não mantê-la suspensa do chão (o que é feito pelos oficiais de justiça) e carregá-la numa cesta ou numa tábua para que não possa mais pisar no chão” KRAMER; SPRENGER, 2007, p. 415).

De acordo com o conhecimento e as experiências dos próprios inquisidores, isso parecia fazer sentido:

[...] ficamos sabendo pela experiência e pela confissão das bruxas que quando são assim carregadas mais frequentemente perdem o poder de guardar o silêncio sob exame: de fato muitas bruxas que estavam prestes a serem queimadas pediam para que pudessem ao menos encostar um dos pés no chão; e quando isso lhes era negado e lhes indagava por que queriam fazê-lo, respondiam que se pudessem tocar no chão conseguiriam se libertar, fulminando muitas outras pessoas com raios (KRAMER; SPRENGER, 2007, p. 415).

Era, portanto, uma sequência ritualística de atos que configuravam a prática inquisitorial, onde o tribunal, com a participação de mulheres consideradas de boa reputação, colocava a acusada sob seu poder e domínio. Nessas situações:

[...] o Juiz deverá usar de sua capacidade de persuasão e da de outros homens honestos e zelosos da fé para induzi-la a contar a verdade voluntariamente; caso contrário, que ordene aos oficiais que a amarrem com cordas e a coloquem em algum aparelho de tortura; então que o obedeçam de imediato, mas sem que demonstrem satisfação, antes mostrando-se aparentemente perturbados pela tarefa. Em seguida que ela seja tirada dali à solicitação de algum dos presentes, e levada a um canto, para que seja persuadida novamente; ao persuadi-la, convém dizer-lhe que poderá escapar da pena de morte (KRAMER; SPRENGER, 2007, p. 432).

Despida de suas roupas, pertences, objetos (mágicos ou não), cabelos e pelos do corpo, a mulher era então conduzida ao juiz, que a interrogava habilmente, de forma a fazê-la confessar suas heresias. Ela era estimulada a confessar pela promessa de que sua vida seria poupada e, posteriormente, recebia ameaças, em caso de insucesso. Eventualmente, era conduzida a um recinto separado onde eram dados conselhos para que se encorajasse a assumir sua culpa, em troca de perdão e de ter sua vida poupada, o que nem sempre ocorria. Se apenas a fala não fosse suficiente, acrescentava-se a ação, mostrando instrumentos de tortura à acusada e, na ausência de confissão, iniciava-se a tortura.

O derramamento de lágrimas (ou não) era um indicativo de que a acusada poderia ser inocente:

[...] as lágrimas passam de algo biológico e orgânico, próprio do corpo humano, a um dom concedido por Deus aos penitentes. O demônio, por sua vez, que não quer ver as acusadas de bruxaria como penitentes usam de seus poderes para que não consigam derramar lágrimas e sejam queimadas como heréticas (PIRES, 2013, p. 572).

Diante do penoso interrogatório, obtinha-se uma confissão, que nem sempre condizia com a verdade, mas funcionava como saída para se livrar da situação. Ainda diante de uma confissão, “[...] se verifica muitas vezes que muitas confessam a verdade quando não são contidas pelo temor da morte” (KRAMER; SPRENGER, 2007, p. 433). Eram variadas as formas de se tentar arrancar uma confissão e, o rigor aplicado à acusada era condizente com a gravidade de seu crime e tudo era anotado por um funcionário oficial, o Notário.

Havia casos em que a mulher era acusada de ter má reputação, o que era feito através de testemunhos e evidências de fato. Nessas situações, o referido manual apresentava duas condenações possíveis: Ao se confessar e apontar outras possíveis bruxas, colaborando com os inquisidores, a acusada teria a promessa de que sua vida seria poupada, sendo mantida em prisão até o fim de seus dias, sobrevivendo somente a pão e água. Uma outra possibilidade, seria parecida com a anterior, com a diferença de que a promessa de poupar a vida da acusada fosse quebrada e ela fosse então queimada:

Alguns sustentam que se a acusada é de má reputação notória, e paira sobre ela grave suspeita em virtude de evidência e inequívoca do crime; e se ela própria é em si grande fonte de perigo, por ser líder de outras bruxas, então pode-se prometer-lhe a vida sob as condições seguintes: que seja condenada à prisão perpétua, a pão e água, desde que forneça evidência que leve à condenação de outras bruxas. E não se dirá, ao prometer-se-lhe a vida, que será aprisionada dessa forma; que se deixe a acusada imaginar que alguma outra pena, como o exílio, lhe será imposta como castigo. [...] Outros pensam que, depois de ter sido condenada à prisão perpétua, a promessa de poupar-lhe a vida deve ser mantida por algum tempo, mas que depois seja queimada (KRAMER; SPRENGER, 2007, p. 432).

Era recomendável, ainda, que se evitasse o contato físico e, também, visual, pois isso abriria portas para que a bruxa lançasse feitiços, influenciando a mente de quem a interrogava ou qualquer um que ousasse olhar em seus olhos:

Mas que não se pense que o contato físico com as juntas e com os membros seja a única coisa a ser evitada; às vezes, com a permissão de Deus, e com o auxílio do demônio, elas são capazes de enfeitiçar o Juiz ao mero som das palavras que dizem, especialmente no momento em que são submetidas à tortura. E sabemos pela experiência que algumas bruxas, quando detidas na prisão, têm insistentemente suplicado aos carrascos que lhe seja permitido olhar para o juiz antes que este as olhe; assim, conseguindo lançar primeiro o seu olhar sobre ele, são capazes de modificar-lhe o pensamento (e também o pensamento dos assessores) a ponto de fazer com que este perca todo o ódio que alimenta contra elas, deixando-as sair em liberdade (KRAMER; SPRENGER, 2007, p. 436)

Na visão inquisitorial, era repreensível que se negasse ou se questionasse os dogmas cristãos e, quem o fizesse, estava condenado à perda de sua salvação. A penalidade que se recebia em decorrência disso, servia como expiação dos pecados ainda em vida. “A queima do corpo e da alma pelo fogo santo era a melhor maneira encontrada de purgação, iniciava-se na terra a punição daqueles que se desvirtuavam do que era considerado cristão pela Igreja” (PIRES, 2013, p. 568). Exercia-se assim, pelo Tribunal da Santa Inquisição ou Santo Ofício, um processo formal, repleto de protocolos com vistas à punição e conseqüente purificação espiritual dos hereges, daqueles que apresentassem desvios das normas de condutas cristãs católicas.

No próximo capítulo, apresentamos as mulheres presentes em *A demanda do Santo Graal*, que demonstraram seus talentos e assédios para as práticas de bruxaria ou feitiçaria contra os cavaleiros da Távola Redonda, na

tentativa de desvirtuarem os caminhos da busca do Graal e da vida cristã dos cavaleiros de Artur.

## 5. A MULHER MEDIEVAL E SUA CONFIGURAÇÃO EM A *DEMANDA DO SANTO GRAAL*

Muitas foram as mudanças no Ocidente, no decorrer da Idade Média Central, principalmente, nos séculos XII e XIII, quando houve um pronunciado desenvolvimento econômico. A modernização das técnicas de cultivo agrícola, possibilitaram grande aumento da produção de alimentos e, conseqüentemente, melhoria da alimentação e maior incentivo ao comércio. Acentuou-se o crescimento demográfico e aumentou a expectativa de vida das pessoas. Nessa época, a literatura trovadoresca ganhava espaço e a Virgem Maria passava a ser considerada modelo de beleza e virtude, além de intercessora entre Deus e as criaturas: “Um sintoma de seu fortalecimento foi a construção de várias catedrais dedicadas a ela, como a catedral de Notre Dame (Nossa Senhora) em Paris e o surgimento da oração ‘Ave Maria’ (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 253). A Virgem Maria ganha, assim, alto poder na cristandade, pela sua forte personalidade e poder, quando um fiel a buscava nos momentos de aflição física ou espiritual:

Ela também foi considerada capaz de fazer vários milagres e inclusive romper o pacto demoníaco, como ocorre na lenda de Teófilo. Nesta lenda um religioso, aconselhado por um mágico judeu, assina um pacto com o demônio, porém se arrepende na hora da morte e apela a Maria. Esta rasga o pacto e resgata a alma do pecador como podemos ver representado em esculturas na catedral de Notre Dame. No século XIII seu poder de realizar milagres também é enfatizado nas *Cantigas de Santa Maria* compiladas pelo rei Afonso X, o Sábio, que são acompanhadas de partituras musicais e de imagens dos milagres (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 253).

Desse modo, a figura de Maria e a figura da mulher faziam parte de várias produções artísticas e literárias, advindo melhorias na vida das mulheres. O casamento passou a ser celebrado publicamente nas igrejas pelos padres, recebendo o grau de matrimônio no século XII. Esses casamentos ainda eram arranjados, todavia, o sacramento do matrimônio passou a ser concretizado mediante consentimento da mulher, a partir do Concílio de Latrão: “O homem era dono do corpo da mulher e vice-versa. Quanto ao amor, acreditava-se que ele deveria ocorrer fora do casamento, como foi representado em romances e cantigas da época” (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 253).



A primeira visão que se tem da mulher narrativa é que ela apresenta as mulheres primordialmente com um caráter negativo, devido à condição que as mesmas possuem em afastar os cavaleiros da busca do Graal. Logo no início do relato é explicado que os cavaleiros não poderiam levar damas e donzelas na demanda (busca) ou não teriam sucesso na aventura (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 251).

Ao longo da novela, grande parte das mulheres não são nomeadas, provavelmente para que fossem lembradas, sobretudo, por suas ações, boas ou ruins, e não por seus nomes. Algumas delas, surgiram de histórias preexistentes e tiveram os seus nomes revelados, porém suas atuações não se destacaram tanto quanto daquelas que não são nomeadas no texto narrativo.

Serão comentadas as personagens femininas que tiveram uma passagem significativa no texto, cujas ações foram pertinentes ao nosso estudo. As personagens que se assemelham a Virgem Maria, são consideradas favoráveis aos ideais cavaleirescos e sociais, por auxiliarem aqueles que necessitam. No entanto, aquelas que se assemelharam à figura de Eva, agindo contra os ideais cavaleirescos, causando sérios danos e destruição, terão destaque nos comentários, pois são o foco de nossa proposta e análise. Quaisquer que sejam seus perfis, fato é que refletem a visão que se tem da mulher medieval sob um olhar masculino e cristão e, dessa forma, era a visão predominante na sociedade medieval.

Os homens, conforme já relatado, foram os detentores do saber naquele período e, também, responsáveis pela formulação e implementação das leis que coordenavam as vidas das pessoas, especialmente das mulheres. Estas, vistas e analisadas à distância pelos clérigos e homens letrados, eram manipuladas ao sabor das necessidades e vontades masculinas, sem grandes chances de modificar isso.

Monges ou prelados seculares, têm a obrigação de pensar a humanidade, a sociedade e a Igreja, de as orientar no plano da salvação, de atribuir também às mulheres o seu lugar nesta divina economia. [...]. No entanto, e sobretudo antes do século XIII, tudo os distancia das mulheres, entrincheirados como estão no universo masculino dos claustros e dos *scriptoria*, das escolas, depois das faculdades de teologia, no seio das comunidades de cônegos onde, desde o século XI, os clérigos encarregados do século se preparam para a vida imaculada dos monges. [...] Que o traço dominante do pensamento clerical,

neste tempo, seja a misoginia, nada tem de surpreendente (DUBY; PERROT, 1990, p. 29).

A visão que se forma sobre o feminino, no medievo, é reforçada por relatos bíblicos, nos quais as personagens femininas representaram sérios perigos para os homens, como, por exemplo, a figura de Eva pecadora, no livro de Gênesis, nas referências a Dalila, que enganou Sansão e a de Salomé, que a mando de sua mãe, exigiu a cabeça de João Batista em uma bandeja. O escritor e clérigo francês Hildeberto de Lavardin deixa essa questão muito transparente em suas palavras:

A mulher, coisa frágil, inconstante a não ser no crime, não deixa nunca espontaneamente de ser nociva. A mulher, chama voraz, loucura extrema, inimiga íntima, aprende e ensina tudo o que pode prejudicar. A mulher, vil fórum, coisa pública, nascida para enganar, pensa ter triunfado quando pode ser culpada. Consumindo tudo no vício, é consumida por todos; predadora dos homens, torna-se ela própria a presa (DUBY; PERROT, 1990, p. 38)<sup>19</sup>

Essa visão sobre a mulher tornou-se comum no medievo, considerando as pregações nas igrejas, a literatura, principalmente a escrita por clérigos e, sobretudo, devido ao fato de os homens julgarem-se superiores às mulheres, em força, intelecto e moralidade. Esse comportamento se arraigava nas famílias, onde a educação, desde a infância, já direcionava homens e mulheres para seus 'devidos' lugares. Enquanto eles ganhavam a liberdade e o mundo, elas deveriam ficar restritas ao lar, reprimindo suas capacidades e talentos, para tão somente servir ao bem-estar do universo masculino. Os autores explicam que: "Por comodidade, as fontes patrísticas e medievais são na maior parte das vezes citadas em nota na Patrologia Latina (PL), Paris, Magne, 1844-1864, 221, vol., mesmo quando existem edições de melhor qualidade" (DUBY; PERROT, 1990, p. 61). O androcentrismo imperava entre os prelados, deturpando a imagem feminina como forma de perpetuar uma espécie de tradição, presente na cristandade e formada por homens, desde a latinidade clássica.

---

<sup>19</sup> Os autores Duby e Perrot citam assim Hildeberto de Lavardin, PL 171, col. 1428.

Eles estão de acordo com a mensagem dos Padres, principalmente com os autores dos séculos IV e V, os mais lidos; [...]. No século IV, num tempo em que a ascese toma o lugar do martírio, uma parte dos homens, ciosos da sua virgindade, separa-se da vida comum para enfrentar a tentação do deserto: os monges. [...] na viragem dos séculos XI-XII [...] importa não apenas manter sem falhas os monges no seu propósito santificante [...], mas também desviar todos os outros clérigos da mulher tentadora (DUBY; PERROT, 1990, p. 38-39).

A mulher é, aos olhos dos homens, um ser incógnito, repleto de enigmas e, seu corpo, um terreno claramente inóspito, cujos estudos revelam conhecimentos significativos para a manutenção da vida e da segurança. No âmbito médico, a esterilidade de um casal, por exemplo, geralmente recaía sobre a mulher: “A exigência da fecundidade culpabiliza a mulher” (DUBY; PERROT, 1990, p. 91). Até mesmo a menstruação, inerente ao sexo feminino, era considerada perigosa e capaz de causar estragos diversos:

Entre os enciclopedistas, raros são aqueles que não retomaram a listados malefícios do sangue menstrual, segundo a tradição de Plínio, transmitida à Idade Média por Isidoro de Sevilha. Ele impede os cereais de germinar, azeda os mostos; pelo seu contacto as ervas morrem, as árvores perdem os frutos, o ferro é atacado pela ferrugem, os objetos de bronze escurecem, os cães que o absorvem contraem a raiva. Possui igualmente a propriedade de dissolver a cola do betume, o que nem o ferro consegue fazer. Afirmações deste tipo fizeram parte da cultura do mundo rural (DUBY; PERROT, 1990, p. 92).

O temor à mulher que estava em período menstrual se estendia a outras crenças diversas, incluindo-a como causadora de doenças terríveis como a lepra:

A Idade Média pensou que a lepra podia ser contraída no decurso de uma relação com uma mulher menstruada, e alguns autores afirmam que a criança concebida nessas condições pode ser leprosa. [...] Os médicos conhecem bem a doença, mas a sua duração de incubação pôs em causa o seu sistema de causalidade (DUBY; PERROT, 1990, p. 93).

Aquelas que portavam características incomuns, principalmente, eram consideradas ainda mais hostis. O fato de uma criança ser ruiva, por exemplo, era sinal de que teria sido concebida durante o período menstrual e, portanto, carregava consigo conotações ruins. Até mesmo o olhar feminino, em

determinadas épocas de sua vida, era capaz de corromper ou modificar de alguma forma tudo o que atingia:

Na esteira de Aristóteles, toda a Idade Média acredita que o olhar da mulher menstruada embacia os espelhos. Alberto Magno fornece uma explicação científica do fenómeno: o olho, órgão passivo, recebe durante as regras o fluxo menstrual, e em virtude das teorias aristotélicas e galérnicas da visão, altera o ar que transmite este vapor nocivo ao corpo em contacto com ele. O período após a menopausa torna a mulher extremamente perigosa, porque os excessos, que já não são eliminados pelas regras, são integralmente transmitidos pelo olhar (DUBY; PERROT, 1990, p. 92).<sup>20</sup>

Há uma obra, cuja primeira parte foi escrita por Alberto de Lauingen, 'O Grande Alberto', intelectual do século XIII, cujos textos se referem à alquimia e à magia. Alberto Parvus Lucius, publicou 'O Pequeno Alberto', apresentando uma compilação de receitas e de fragmentos de tratados. Os textos de cada autor, inicialmente publicados em separado, foram posteriormente reunidos, tratando do ocultismo, práticas e receitas mágicas do espírito medieval. Há, na obra, observações acerca da mulher e seus segredos místicos:

*Os Admiráveis segredos de magia do Grande Alberto e do Pequeno Alberto* falam das velhas que, pelo seu olhar infectado, comunicam às crianças de berço o seu veneno. As mulheres pobres, que têm uma alimentação grosseira, difícil de digerir, são mais venenosas do que as outras. Esta justificação pseudocientífica exclui e mantém assim prudentemente à distância uma boa parte da sociedade (DUBY; PERROT, 1990, p. 92).

Muitas eram postas, desde jovens, à margem da sociedade, pois eram consideradas seres demasiado divergentes da figura masculina. Quando passavam da tenra idade e, principalmente, quando atingiam a velhice, o preconceito se acentuava mais, bem como o risco iminente que elas poderiam oferecer ao mundo:

[...] este mecanismo fisiológico, esta lei, é verdadeiro para todas as mulheres no momento em que perderam a sua função na sociedade, a saber, a capacidade de gerar, assim como os seus

---

<sup>20</sup> **Alberto Magno**: Filósofo religioso, professor e teólogo alemão. **Galérnico**: Relativo ao sistema médico de Galeno.

atractivos. A mulher possui uma tal habitação ao veneno que ela própria está imunizada (DUBY; PERROT, 1990, p. 92).

Essa crença de que a mulher poderia envenenar sem sofrer os danos do veneno, tinha sua origem no mitridatismo (imunidade contra substâncias tóxicas adquiridas pela ingestão de doses de veneno), também amparada nos estudos de Avicena, destacado filósofo na tradição islâmica e no campo da medicina, autor do *Livro da Cura*, no século XI.

Acreditava-se que a mulher fosse imune à lepra, portando imunidade superior à do homem. As casadas poderiam adquirir essa resistência à doença por terem contato íntimo frequente com seus maridos doentes. Estes, por sua vez, por terem contato íntimo com várias mulheres, ou seja, por 'se deslocarem' mais, corriam mais riscos de contágio de muitas doenças.

Guilherme de Conches<sup>21</sup> explica que se um leproso conhece uma mulher, ela não contrairá a doença, enquanto que o primeiro homem que a conhecer ficará leproso. É porque a mulher é fria que é capaz de resistir à corrupção masculina, mas a matéria pútrida que provém do coito com o leproso infecta os órgãos genitais do homem (DUBY; PERROT, 1990, p. 93).

Julgava-se, assim, que, por este motivo, havia mais homens doentes do que mulheres. A culpa pelas doenças sexuais masculinas recaía, frequentemente, sobre o sexo feminino, considerado o grande portador dos males que assolam o corpo e a mente humana: "A mulher não faz mais do que transmitir a doença que destrói o homem, e esta concepção dolorosa do amor vem inscrever-se no mito" (DUBY; PERROT, 1990, p. 93).

A lenda de Tristão e Isolda, na versão escrita e rimada do poeta normando Bérout, no século XII, traz essa visão medieval da culpa feminina sob aspectos diversos, incluindo a questão da lepra, que corresponde à impureza moral e física:

Para castigar a rainha culpada de adultério, o rei Marcos, seu esposo, aceita abandoná-la a uma horda de doentes. Ela será a mulher de todos, de cem leprosos, devorados pelo ardor sexual [...] Sabe-se que a mulher escapará a esses ultrajes. Num episódio particularmente importante, ela é levada a desculpar-se diante de toda a corte de Artur. Atravessa então o pântano aos

---

<sup>21</sup> **Guilherme de Conches:** foi filósofo escolástico, escritor e teólogo francês do século XI.

ombros de Tristão, disfarçado de leproso [...] (DUBY; PERROT, 1990, p. 94).

O autor chega a comparar Isolda à serpente, aludindo ao réptil que desencadeou o pecado original no livro bíblico de Gênesis: “[...] quer dizer que ele a considera simultaneamente como o animal venenoso e como a criatura que muda de pele, como fazem os leprosos”. (DUBY; PERROT, 1990, p. 94). A mulher é aquela que engana, avilta e corrompe, desprezando os bons valores e as consequências de seus atos:

Em face do rei e dos barões reunidos, Isolda proclama a sua ausência de medo da doença, a sua imunidade, e exalta a sua beleza resplandecente acima da decomposição e da lama. A mulher é já o ser de dupla face, beleza e podridão, e conhecemos a fortuna desta representação na literatura. [...] A figura do leproso no Tristão representa a sexualidade desenfreada, que de facto corresponde à verdadeira natureza da mulher” (DUBY; PERROT, 1990, p. 94).

Na Idade Média, portanto, a mulher era “[...] considerada como o instrumento do pecado, que merece o castigo divino, e como o agente da transmissão de uma doença, que designa este pecado aos olhos da coletividade” (DUBY; PERROT, 1990, p. 96). A complexidade da natureza feminina e seus aspectos contraditórios suscitavam, na Idade Média, reações que ora a reprimiam, ora a defendiam. O medo de seus mistérios aliado à curiosidade acerca de tal complexidade, despejaram sobre ela a repressão na personificação da feiticeira e a admiração presente nas artes que reconheciam sua sexualidade.

Do século XII ao XV, a literatura e as regras de conduta foram de domínio do homem. Às mulheres, cabia acatar os ensinamentos dos textos didáticos e pastorais, de base eclesiástica, prevalecendo, sempre, os ideais masculinos. Apesar da função doutrinadora dessas lições, muitas escolhiam os caminhos que melhor lhe conviessem, algumas abraçavam a vida religiosa, ficando a serviço de Deus e do próximo até a velhice e outras participavam de ordens reconhecidas ou de movimentos heréticos.

Fato é que essas mulheres desempenhavam suas funções ativamente na sociedade, trabalhando nos campos, ou produzindo e vendendo mercadorias, movimentando a economia, a política e cumprindo suas missões como parte de uma família. “[...] todas assumiam nas famílias os papéis de esposas, de mães

ou de filhas, e a definição desses papéis foi um dos principais objetivos da nova pastoral e da nova pedagogia que elas ouviram ser-lhes propostas” (DUBY; PERROT, 1990, p. 100).

As mudanças sociais que percorreram entre os séculos XI ao XIII trouxeram muitas alterações para suas vidas. Muitos religiosos, como os frades mendicantes, cumpriam a valiosa missão dada pela Igreja de atender aos anseios da sociedade que passava por grandes transformações e as mulheres eram seus principais alvos de catequização: “[...] franciscanos e dominicanos consideraram as mulheres um sustentáculo importante para a sua ambiciosa política pastoral e às mulheres se dirigiam frequentemente e com grande atenção” (DUBY; PERROT, 1990, p. 100). Era evidente e necessário que com essas transformações, surgissem textos escritos até os primeiros anos do século XIV, objetivando construir um modelo de comportamento feminino duradouro:

Com a preocupação de apontar às mulheres o caminho da virtude e da salvação, frades, clérigos e leigos empreenderam um cuidadoso apuramento das tradições e falaram às mulheres com as palavras de seus livros. As Escrituras Sagradas, as obras dos pagãos nas quais fosse possível reconhecer uma antiga sagesa, os textos doutrinários, morais, teológicos e hagiográficos dos Padres da Igreja, dos monges e dos mestres mais próximos no tempo, nada foi esquecido para se construir um modelo feminino que, imbuído da autoridade que vinha do passado, fosse capaz de funcionar no presente e de se projetar no futuro (DUBY; PERROT, 1990, p. 101).

Em *A demanda do Santo Graal*, as referências às mulheres foram feitas de acordo com suas classificações e categorias, porém sem nomeá-las, enfatizando a importância de suas ações e atitudes no enredo e, portanto, naquela sociedade:

[...] descrever e classificar as mulheres não é uma operação simples para quem carrega nos ombros uma tradição que raramente pensou nas mulheres no interior das representações da sociedade, preferindo unificá-las na categoria “mulheres”, na qual, com base num critério unicamente moral, se colocam as opostas mas solidárias imagens da mulher luxuriosa, sujeito e objecto do pecado, e da mulher casta, símbolo de virtudes e instrumento de salvação (DUBY; PERROT, 1990, p. 102-103).

Do mesmo modo que vemos na novela aqui em estudo, que fora construída com este mesmo intuito de educar e disciplinar, havia, no mundo real que inspirou a obra, uma dualidade de comportamento na figura feminina. Esta

deveria se encaixar no modelo mariano de comportamento ou no modelo de Eva, para o qual tinha natural tendência, sendo por isso necessário que fosse instruída. Havia instrutores para todas as 'categorias' de mulheres: virgens, casadas, viúvas, idosas, rainhas, religiosas, damas de companhia, entre outras. Fato é que, pregadores e moralistas dividiam-nas, sobretudo, entre velhas e jovens.

As anciãs, frequentemente incluídas também na categoria das viúvas, são consideradas interlocutoras decisivas da nova pastoral e pedagogia endereçadas às mulheres; sendo prudentes e virtuosas não só encarnam um modelo exemplar para as outras mulheres, como podem ainda assumir um papel de ensinamento e de correção sobretudo no que se refere às mais jovens (DUBY; PERROT, 1990, p.104-105).

Havia, no entanto, certa dose de risco para confiar plenamente nas mulheres que possuíam mais experiência, pois acreditava-se que a usariam para atitudes não construtivas, ou para a manipulação das mais jovens com fins destrutivos:

Muitas delas vivem, porém, uma vida pecaminosa: gostam de tagarelar continuamente, escondem com roupas e cosméticos um corpo agora murcho, buscam com enganos aqueles prazeres da carne a que há muito deveriam ter renunciado. À figura da velha arreicada e pintada, frequentemente ridicularizada nas prédicas e nos tratados, sobrepõe-se a figura, de origem clássica, da velha alcoviteira que se insinua nas casas como insidiosa mensageira, junto das mulheres, das lisonjas dos amantes, e a da *vetula* feiticeira que com adivinhações e sortilégios engana por dinheiro as mulheres simples e curiosas que a consultaram. As *vetulae* aparecem, portanto, aos pregadores e aos moralistas, como habilíssimas na arte de induzir ao pecado as outras mulheres [...] (DUBY; PERROT, 1990, p. 105).

As mais jovens eram o principal alvo de ensinamentos de seus pregadores. Cuidavam para que elas não caíssem em enganos e tivessem uma existência moralmente e eticamente aceitável, vivendo em harmonia na sociedade. As que pertenciam à nobreza, rainhas, princesas, damas da corte e mulheres aristocráticas, recebiam uma educação especial, devido à importância de suas linhagens. Duby; Perrot (1990, p. 108-109) esclarecem que, nas palavras do religioso francês Humbert de Romans, essas mulheres:

[...] têm, aos olhos dos pregadores e moralistas, a possibilidade de se tornarem exemplo concreto e modelo vivo para todas as



mulheres, porque a posição de superioridade social que Deus lhes concedeu obriga-as [...] a um respeito mais rigoroso das normas morais (DUBY, PERROT, 1990, p. 108-109).

Todas as mulheres eram classificadas de acordo com seu trabalho, religiosidade e posição social, mesmo as que trabalhavam e realizavam seu trabalho em ambiente doméstico; fora desse ambiente, somente as meretrizes buscavam o seu sustento. O religioso Humbert de Romans atribuiu a Madalena e à meretriz citada na Bíblia Sagrada, como exemplos reconfortantes, considerando que houve salvação e esperança. Para as mulheres da novela, haveria perdão e salvação se elas se arrependessem e vivessem em penitência: “As mulheres que trabalham fora da família [...] para o dominicano Humbert, ou não existem ou são pecadoras [...] (DUBY; PERROT, 1990, p. 107). Há, no entanto, respeito especial dirigido a algumas categorias de mulheres:

No meio no numeroso público feminino, variadamente subdividido em meninas, mães de família, anciãs, rainhas, camponesas, abadessas, noviças, criadas, damas, etc., sobressaem três categorias de mulheres nas quais todas estas figuras femininas se redistribuem como que atraídas por uma força ordenadora. São três categorias femininas antigas e respeitáveis, incessantemente evocadas nos escritos de homens santos e sábios, a começar pelos Padres. São as virgens, as viúvas e as mulheres casadas (DUBY; PERROT, 1990, p. 110).

Religiosos e estudiosos se deparavam, frequentemente, com mulheres que usaram sua sexualidade de formas diversas. As virgens abdicam dessa sexualidade e “renunciam a ela completamente e para sempre com base numa decisão voluntária e consciente” (DUBY; PERROT, 1990, p. 110). Quanto às viúvas, também se abstinham do sexo, pois “[...] podem renunciar após um evento fortuito que as privou da companhia do marido” (DUBY; PERROT, 1990, p. 110). E as casadas, que não o praticavam para seu próprio prazer, “[...] limitam-se a um uso parcimonioso do sexo no interior e em função da família” (DUBY; PERROT, 1990, p. 110). É louvável, portanto, que a mulher, independentemente de sua classificação na sociedade em que vive, renuncie ao prazer carnal, visando a um bem maior e à harmonia de seu lar e sua família.

Ora a castidade das virgens, viúvas e mulheres casadas coloca a sexualidade num espaço compreendido entre a recusa e o

controle com fins procriativos, e mostra como, quer na recusa quer no controle, a batalha se trava na predominância do aspecto espiritual e racional sobre o corpóreo e sensual. Como todas as virtudes, a castidade é exigente; não se contenta com a repressão e disciplina exteriores, requer intencionalidade, racionalidade, consentimento; é virtude do corpo, mas também e sobretudo virtude da alma (DUBY; PERROT, 1990, p. 112).

Além de estar no corpo, a castidade deveria estar, sobretudo, na alma, nos pensamentos, na essência da mulher com firme intenção. Duby; Perrot (1990, p. 112), reproduzem as palavras do frade católico italiano Tomás de Aquino, para quem “[...] a castidade tem a sua sede na alma, embora tenha no corpo a sua natureza”. Ao purificar seus pensamentos, conseqüentemente, a mulher purificava o seu corpo:

A virgem é virgem não tanto e não só pela integridade do seu corpo, mas sobretudo pela pureza dos seus pensamentos, afastados de toda concupiscência graças à escolha meditada que soube fazer e manter; se tivesse de sofrer violência sem consentir nem experimentar prazer, a sua virgindade não ficaria diminuída. A viúva vive virtuosamente a sua condição não apenas graças a um evento casual que libertou o seu corpo da obrigação das relações sexuais, mas sobretudo se, a partir desse acontecimento, sabe libertar a sua mente de todo o desejo carnal. A mulher casada vive virtuosamente a sua sexualidade no interior do matrimônio porque as suas intenções se mantêm puras e castas, voltadas como estão para o cumprimento do dever conjugal e para a propagação da espécie (DUBY; PERROT, 1990, p. 112).

A prática sexual sem restrições era reservada, portanto, somente ao sexo masculino, cabendo à mulher atender a estes anseios, ainda que não fosse de sua vontade, como era o caso das casadas, que tinham a obrigação de satisfazer seus maridos e ter com eles relações com fins de procriação. O comportamento das que prezavam pela sua castidade e moral também deveria ser exemplo para as demais:

Entre elas instauram-se valores e ideais comuns que produzem uma série de comportamentos virtuosos largamente partilhados: virgens, viúvas e casadas concordam frequentemente na prática assídua da oração, na recusa de ornamentos do corpo, na compostura dos gestos, no uso parco da palavra, na sobriedade da alimentação. Mas das virgens espera-se um nível de perfeição e de excelência que constitui para as viúvas e as casadas um inatingível, mas necessário modelo de referência. A virgem tem na hierarquia moral fundada na castidade o mesmo papel que tem a rainha na hierarquia social: figuras portanto

inatingíveis pelo nível de excelência e de superioridade em que são colocadas [...] (DUBY; PERROT, 1990, p. 113).

Mantinha-se o público feminino sob controle por meio de sermões e conselhos de pais, maridos, clérigos, pregadores e monges. As mulheres viviam sob os ensinamentos da família e da Igreja, não podendo fazer com seus corpos o que bem desejassem, mas, sim, dedicando suas vidas a alimentar o espírito com as virtudes. Nos sermões, eram aconselhadas a não saírem de suas casas ou dos mosteiros, pois correriam perigos. A exposição da figura feminina poderia ocasionar olhares luxuriosos, ainda que ela estivesse dentro de uma igreja. Ir a festas, então, era uma ousadia: “Entre todas as mulheres que de um modo incauto e perigoso vagueiam pelo mundo, as que frequentam festas e espetáculos são, sem qualquer dúvida, as mais imprudentes e as mais levianas” (DUBY; PERROT, 1990, p. 118). Dirigir-se a uma janela ou à porta da casa, já representava sério risco:

Frequentemente, para ir ao encontro do pecado não é necessário andar muito caminho nem participar em reuniões especialmente suspeitas, basta ir à porta ou à janela. Pôr-se à porta da casa ou debruçar-se à janela é já “sair”: um modo limitado, mas sempre perigoso de procurar uma relação com o mundo exterior e de se abandonar ao impulso de vaguear na sociedade dos homens. Na literatura pastoral e didática endereçada às mulheres a janela é um elemento recorrente do cenário em que agem as mulheres demasiado curiosas, incautas e maliciosas [...] (DUBY; PERROT<sup>22</sup>, 1990, p. 118, destaque dos autores).

Duby; Perrot (1990, p. 118-119) citam Conrad de Megenberg, autor de um tratado de economia doméstica de modelo aristotélico, do século XIV. Refere-se às mulheres que se expõem às janelas, reprovando o comportamento, que abriria as portas para o perigo e para a luxúria:

[...] no silêncio da noite penduram nas janelas os seus cintos, e neles os amantes atam cartas e pequenos presentes, ou então fazem descer até o chão um fio que permite aos amantes tomarem as medidas para construir escadas de corda graças às quais irão ter com elas aos seus quartos (MEGENBERG, apud DUBY; PERROT, 1990, p. 119). –

---

<sup>22</sup> MEGENBERG, Conrad de. *Yconomica*, ed. S. Krüger, MGH, *Staatsschriften des späteren Mittelalters*, III, 5, Stutgard, 1973-84, pp. 112-13.

As mulheres do medievo estavam sempre inquietas tanto no corpo quanto na alma, viviam sob custódia:

Custódia serve para indicar tudo aquilo que pode e deve ser feito para educar as mulheres nos bons costumes e salvar as suas almas: reprimir, vigiar, encerrar, mas também proteger, preservar, cuidar. As mulheres guardadas são amadas e protegidas como um bem inestimável, escondidas como um tesouro frágil e precioso, vigiadas como um perigo sempre imanente, encerradas como um mal de outro modo não evitável. Esta série complexa de intervenções, que vão da repressão mais rígida ao cuidado mais amoroso, deve ser praticada desde a infância e, portanto, acompanhar a mulher, seja ela leiga ou religiosa, em todas as fases da sua vida (DUBY; PERROT, 1990, p. 121).

Era possível uma mulher se 'autocustodiar', ou seja, reprimir em si mesma sentimentos contrários à ordem, evitando o caos interior, que poderia se exteriorizar. É da natureza feminina recolher-se e recuar diante do que desconhece, por medo e por vergonha. Isso favorece sua autopreservação e a atitude de assemelhar-se cada vez mais à Virgem Maria, exemplo supremo de comportamento e pureza para todas as mulheres. Por outro lado, essa insegurança diante do desconhecido, assim como ocorreu a Eva, poderia levar a mulher a cair em armadilhas. Assim, a autocustódia sozinha não funcionaria, sendo necessário reforçá-la com um cuidado paternal, exercido por um homem que lhe quisesse bem e soubesse aconselhar, corrigir e conduzir as ações femininas. Tais pensamentos, difundidos em sermões, assim se explicam:

Potencialmente capaz de se autocustodiar, a mulher não consegue, porém, realizar plenamente essa custódia. A dignidade espiritual da sua alma, criada por Deus e salva por Cristo, que a torna capaz de virtudes, traz de facto os sinais do pecado para o qual tantas mulheres, a começar por Eva, contribuíram de modo decisivo; a possibilidade que lhe é concedida de receber a palavra de Deus é de facto apenas realizável através da mediação daquela instituição masculina, a Igreja, que da palavra de Deus é depositária. Não menos problemático que esta colocação ambígua na ordem da salvação é para a mulher o recurso àquela naturalidade que parece protegê-la do mal; aquela natureza que, de facto, a torna tímida e reservada é a mesma que a torna excessiva, irrequieta e vagabunda (DUBY; PERROT, 1990, p. 122).

Não há plena confiança na mulher. Apesar de ser capaz de vigiar suas próprias ações e sentimentos e ser extremamente necessária à manutenção da vida e ao bem-estar de todos, é vista e tratada com desconfiança.

### **5.1 A mulher ideal**

A figura da mulher é bastante explorada n' *A demanda*, sendo que, quando esta se dedica aos preceitos cristãos, agindo de forma devotada a Deus e rejeitando os prazeres do mundo, possui dons que podem ser considerados presentes divinos. Além de levar uma vida casta, de auto sacrifício e de amor e piedade ao próximo assim como um bom cavaleiro cristão, a mulher cristã, por assim ser, é agraciada com a admiração dos que a rodeiam. Assim como Maria, mãe de Jesus, ela cuida dos seus sem antes pensar em si mesma e alcança o que pede a Deus, pois é merecedora de Suas bênçãos e presentes. Essa forma mariana de agir, abre-lhe a visão espiritual e lhe dá acesso a informações e dádivas preciosas, possibilitando-lhe auxiliar seus semelhantes, tal qual o eremita que se enclausura para submeter-se à vontade de Deus e servir aos que necessitam de sua ajuda. *A demanda* herda, ainda, várias características das narrativas celtas, dentre elas, a de que “uma mulher está relacionada ao conhecimento do sobrenatural, inacessível aos mortais comuns. Assim, sem a mulher, os eleitos não chegariam ao Santo Graal, o que mostra o papel ativo das mulheres na ação” (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 268).

Discorreremos a seguir sobre essas mulheres, tão virtuosas e necessárias aos bons cavaleiros, ao cumprimento de missões cristãs e à harmonia e bem-estar de tudo e todos que as circundam.

#### **1. A donzela a quem Lancelote dá o corço (cervo)**

Narra o texto que Lancelote andou por quatro dias floresta adentro sem encontrar lugar para descansar e “andou perdido por esta floresta, que era muito grande e nunca se queixou, mas antes dizia que tal era a vontade de Nosso Senhor, que sofresse na demanda do santo Graal” (MEGALE, 2008, p. 226). Já tomado pela fome, finalmente encontrou uma fonte para saciar ao menos sua sede. Estava situada em meio a um vale e ao pé de um carvalho. Dirigia-se então a ela quando avistou um corço. Certo de matar a sua fome com aquele cervo,

acertou-lhe uma flechada derrubando-o morto rapidamente. Foi quando se aproximou uma donzela que rogou que lhe entregasse a caça, o que ele não pode negar, pois não fizera juramento que o impedisse:

\_ Muito obrigada \_ disse ela \_ e sabeis que aquele, por cujo amor o dais a mim, vo-lo saberá bem galardoar e logo. E ela entrou logo o corço em seu cavalo, e quando Lancelote viu que se queria partir, disse-lhe:

\_ Ai donzela, por Deus, olhai; quereis que vos faça eu companhia e me leveis a algum lugar onde possa achar com que mate minha fome?

E ela respondeu muito depressa e disse-lhe:

\_ Pensais uma coisa e não chegareis à vila nem à pousada, enquanto a Deus não aprover; e isto não será tão cedo como cuidais. (MEGALE, 2008, p. 227)

Lancelote sentia que o sofrimento que lhe era infligido era de seu merecimento, pois andava fora dos caminhos do Senhor. Não achava, por isso, que tivesse o direito de reclamar de fome, sede ou cansaço. Assim, cedera com facilidade a caça que poderia salvar sua própria vida. A moça, por sua vez, reivindicara algo que sabia que talvez fosse a única saída daquela difícil situação para aquele homem. Suas palavras, no entanto, denunciavam um conhecimento que ia além do que seus olhos viam. Ela parecia saber da vida daquele homem, de seus segredos íntimos e seus pecados.

Vinha, provavelmente, colocar à prova seu merecimento de possível perdão. A entrega do cervo serviria, de certa forma, para remir, ao menos em parte, suas falhas como filho de Deus. A donzela lhe dissera, portanto, que por esse gesto ele receberia seu galardão e o aconselhava que agradasse a Deus se arrependendo, ou não chegaria à vila ou à pousada. Talvez ela tenha se utilizado de uma metáfora para adverti-lo de que ele encontraria sim o seu remanso, mas antes deveria fazer uma mudança íntima e de suas atitudes de forma a agradar a Deus primeiro para depois satisfazer a si mesmo.

## **2. A donzela feia**

Nos primeiros episódios da novela, no palácio do rei Artur, antes do início da demanda, compareceu uma jovem denominada 'donzela feia', que possuía o dom de pressentir os acontecimentos e intempéries, que poderiam sobrevir ao rei e aos seus cavaleiros, caso Galvão participasse da busca pelo Santo Graal:

\_ Eu vo-lo direi \_ disse ela \_, pois tendes gosto de o saber. Sabe que esta espada, que agora vedes tão formosa e tão limpa, ficará toda tinta de sangue quente e vermelho, assim que a tiver na mão aquele que fará a maravilha de matar cavaleiros nesta demanda mais que outrem. Esta espada trouxe eu aqui para o conhecerdes e para o fazerdes aqui ficar, porque, sem falha, se ele for, tanto mal e pesar haverá e tanta mortandade de homens bons, que vós vos chamareis, a seu retorno, rei pobre, deserdado de bons fidalgos.

\_ Por Deus! Donzela \_ disse o rei \_, mais me vale perdê-lo do que me sobrevir tanto mal por ele. E melhor é cada um provar.

\_ Pois \_ disse ela \_ provai qual é, porque o podeis entender e reconhecer por isto que vos digo.

Então deu o rei a espada a Galaaz e sacou-a da bainha, e não se mudou de qual era. O rei disse:

\_ Vós estais quite.

E Galaaz deu-a a seu pai, e seu pai tirou-a, e não apareceu nada. E depois a Boorz de Gaunes, e a Heitor e a Persival de Galas e a Erec, filho do rei Lac, e a Gaeriete; mas nada se mostrou em nenhum destes. E então a pegou Galvão, e logo que a sacou da bainha, ficou toda coberta de sangue, toda de uma parte e da outra, tão quente e tão vermelho, como se a sacassem do corpo de homem ou de chaga [...]

E o rei bem acreditou que dizia a verdade, e disse a Galvão:

\_ Sobrinho, eu vos peço que fiqueis aqui e não vades a esta demanda. (MEGALE, 2008, p. 41-42)

Pela previsão de acontecimentos ruins e por levar notícias ditas de ‘mau agouro’, a donzela é chamada de ‘feia’. Mas através de seu dom, essa profetisa pretendia evitar danos terríveis a homens bons. O motivo que a levava até ali provavelmente era de caráter divino e visava a um bem maior, ou seja, salvar vidas cristãs.

### **3. A filha do rei de Lomblanda e as donzelas prisioneiras do Castelo Felão**

Durante as aventuras d’*A demanda*, Galaaz, Heitor e Meraugis chegam ao Castelo Felão, que era dominado por pagãos que aprisionavam cavaleiros andantes até a morte e aprisionavam e escravizavam donzelas. Uma boa donzela, a filha do rei de Lomblanda que havia sido aprisionada naquele castelo junto às outras, previu, antes de adoecer e morrer, que todas elas seriam salvas e libertas pelo cavaleiro Galaaz. Nas palavras das próprias donzelas prisioneiras a Galaaz, a filha do rei de Lomblanda as alertou do que aconteceria:

“Donzelas que estais aqui na prisão, não vos desconforteis, mas ficai alegres, porque vos trago boas novas: dom Galaaz, o muito

bom cavaleiro, o que há de dar cabo às aventuras do Graal, vem aqui, e assim que ele vier, sereis livres desta prisão em que estais, e este castelo ficará por isso destruído e despovoado para sempre.” Assim nos disse a donzela de vós e assim aconteceu, Deus tenha por isso boas graças (MEGALE, 2008, p. 477).

As boas donzelas, mesmo tendo sido castigadas pelos abusos, a escravidão e a prisão, esperaram, pacientemente, e mantiveram sua fé num salvador que viria para libertá-las das mãos dos homens maus. E quando isso acontecesse, sabiam que aquele lugar em que estavam aprisionadas e o mal que nele habitava, seria aniquilado e destruído, não sobrando espaço para que a maldade e a perversidade voltassem a dominar ali. “[...] na lógica da narrativa, os puros estão ligados, muitas vezes, ao sofrimento e às privações” (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 266).

Há, neste episódio, uma semelhança com o mundo real, onde cristãos são maltratados por não cristãos. Porém, conforme ocorre na história bíblica sobre o grande dilúvio que Deus enviou sobre a terra, o mal foi derrotado pelo bem e os bons foram salvos. Galaaz, nesse episódio, assemelha-se a Cristo, salvando os que estavam presos e sofrendo no castelo, esperando pela sua vinda.

A filha do rei de Lomblanda, em sua bondade, prevendo sua vinda, avisou as demais donzelas, aliviando o sofrimento delas e recarregando suas esperanças para que vislumbrassem uma vida melhor fora daquela prisão. “Esta donzela escrava, da mesma maneira que as emparedadas e reclusas, também consegue fazer uma ação positiva relacionada ao maravilhoso cristão: a de fazer previsões” (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 266).

As outras donzelas, também plenas de bondade e amor ao próximo, foram gratas aos cavaleiros que lá estiveram para aniquilar o mal que ceifara e açoitara tantas vidas, e elas dirigiram-se também, muito felizes, a Camalote para anunciar a boa notícia.

#### **4. Aglinda (a virgem da fonte)**

Aglinda é a donzela que dá nome à ‘fonte da virgem’, onde Erec, por encantamento, perdera, temporariamente, suas forças físicas por não ser mais virgem e acabou salvo por algumas mulheres que por ali passavam. Quem conhecia o lugar, sabia que um ser demoníaco habitava ali.



A moça era conhecida como 'angélica', por ser muito bonita. Ela era filha do rei Nascor e sua rainha, casal bom e cristão, assim como a filha. Possuía grande inteligência e era muito devotada a Deus, muito conhecida por suas virtudes. De acordo com Megale (2008)

E ninguém poderia ter tão grande gosto nas riquezas do mundo como tinha ela em Nosso Senhor. E verdade era que ela se entendia muito bem à maravilha de divindade, mais por graça e por outorga de Nosso Senhor do que por ensinamento de seus mestres; e digo que seus mestres eram de Roma [...]. Aquela donzela foi a segunda Catarina em ciência e em bondade, aquela cuja vida deve ser contada, pois poderia ser exemplo e espelho a todas as boas pessoas que dela ouvissem falar (MEGALE, 2008, p. 313-314).

A narrativa da novela explica o quanto é gratificante e recompensador ser bom e cristão, pois as pessoas como Aglinda merecem ser lembradas como exemplo. Seu irmão, Nabor, rapaz também dotado de grande beleza, não tinha, porém, a mesma fé e a devoção de sua irmã. Registra o texto que, certa vez, ele se perdeu na floresta e após três dias de desespero por estar perdido, apareceu-lhe, à beira da fonte, o demo em forma de um elegante homem.

Ao se aproximar de Nabor, mentiu sobre seu parentesco com Aglinda, afirmando que ela não era sua irmã de sangue. Logo lhe propôs um pacto, prometendo levá-lo de volta para seu lar, contanto que lhe trouxesse a jovem àquele mesmo lugar. O rapaz obedeceu e aproveitou a oportunidade para tentar violentar sua própria irmã, acreditando que ela não tinha o seu sangue, conforme o Diabo lhe dissera. De sua perversa tentativa, porém, não obteve sucesso. Aglinda ficou consternada diante daquela situação e começou a orar a Deus, rogando que a livrasse de tamanha desgraça, sendo logo atendida e seu irmão, como castigo, caiu morto.

Segue-se, então, a revelação divina através de uma voz, que relata o ocorrido até aquele momento. Diante do triste fato, a donzela decide lançar um encantamento sobre aquela fonte. Segundo Megale (2008)

[...] jamais cavaleiro virá aqui, se não for virgem, que não perca o poder do corpo e de todos os membros, enquanto aqui estiver; nem daqui jamais se moverá, se por mulher daqui nunca sair. Isto será em lembrança do pecado pelo qual meu irmão foi morto, e durará esta lembrança de mim e de meu irmão até que

o bom cavaleiro venha, que dará cabo às aventuras do reino de Logres; e de mim, de hoje em diante, será esta fonte chamada, enquanto o mundo durar, a fonte da virgem. ASSIM ACONTECEU depois, como a donzela disse, porque, desde aquele tempo, foi chamada fonte da virgem, e este nome ainda hoje tem, e nunca aí veio cavaleiro, naquele tempo, que não cuidasse morrer, fora somente Persival e Galaaz, porque não veio aí cavaleiro que não fosse tocado de luxúria de algum modo; e por esta aventura ficou Erec tão maltratado, quando veio, porque não era virgem (MEGALE, 2008, p. 319-320).

Nesse caso, o pacto diabólico foi firmado por um jovem que, para não morrer na floresta, foi capaz de entregar a própria irmã ao Diabo. Acreditando que ela não tivesse seu sangue, deu vasão à luxúria, mas logo recebeu sua punição com a morte. Aglinda, tendo conhecimentos dados por Deus e por mestres cristãos, usou-os com sabedoria, para combater o mal. Sua recompensa era o dom sobrenatural que já carregava consigo, o que possibilitou que lançasse o encantamento sobre aquela fonte, punindo, assim, cavaleiros impuros. Mais uma vez a castidade é defendida na obra, sendo associada a pureza física e espiritual, aproximando o ser humano de Deus.

### **5. A irmã de Persival**

A irmã de Persival possuía conhecimento e maturidade espirituais, era serva de Deus a serviço de uma missão divina, guiando Persival, Boorz e Galaaz pelos caminhos que eles deveriam percorrer. Ela exerce o papel de guardiã da espada guarnecida com estranhas correias destinada a Galaaz, a qual será utilizada por ele até o fim de sua jornada n' *A demanda*:

[...] ela conduz Persival, Boorz e Galaaz a uma barca, a barca de Salomão, na qual só poderiam embarcar aqueles que não tivessem pecado mortal. No local estava a espada da estranha cinta, cuja correia era feita dos cabelos cortados da donzela, que ela a oferece a Galaaz, o único cavaleiro capaz de retirá-la da bainha, pois a arma estava destinada ao eleito para encontrar o Santo Graal (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 267-268).

Essa personagem possui traços associados à Virgem Maria, principalmente por desempenhar um papel fundamental na história, conduzindo os cavaleiros eleitos ao Santo Graal e à salvação. Faz referência às mulheres dos contos celtas, que transportavam os heróis para o Outro Mundo: “Esta

jovem, ao mesmo tempo em que possui características marianas, também apresenta traços das mulheres sobrenaturais nos *imrama*<sup>23</sup>, relatos de viagem irlandeses” (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 252).

Durante a peregrinação até o Graal, há uma passagem em que Galaaz, Boorz, Persival e sua irmã são interceptados por alguns homens, que perguntam se a donzela que os acompanha é virgem. Tendo a resposta positiva, raptam a irmã de Persival e a levam para o castelo de sua senhora. Somente mais tarde os três cavaleiros tomam conhecimento de que os homens que a levaram, o fizeram com a intenção de extrair seu sangue para curar a senhora do castelo, que era leprosa. A mulher leprosa “exigia que as donzelas que passassem pelo seu castelo entregassem uma tigela de sangue para que fosse curada” (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 267).

De acordo com um ancião, ela só poderia ser curada da lepra ao se banhar com o sangue de uma donzela virgem e filha de rei e rainha, o que justificaria o rapto.

A lepra na Idade Média estava associada com impureza; acreditava-se que a concepção do leproso havia sido realizada no período menstrual feminino ou nos dias santos, quando não deveria ocorrer o sexo, daí a exigência, na narrativa, por um sangue puro (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 267).

Os três cavaleiros lutam, então, contra os homens do castelo, para defender a vida da irmã de Persival. Porém, a pedido da jovem, cessam a luta, porque ela concorda em dar seu sangue para salvar a vida da leprosa:

“ \_ Por Deus \_ disse ela \_, se eu morrer por curá-la é honra para mim e para minha linhagem. E se por outra razão não o fizesse, devia fazê-lo por vós e por eles, porque se amanhã vos ajuntais na batalha como hoje fizestes, não pode ser que maior dano não sobrevenha, porque será a minha morte. E por isso quero fazer o que eles querem, de modo que se acabe esta batalha. E rogo-vos, por Deus e por santa Maria, que concordeis (MEGALE, 2008, p. 415).

Persival, seu irmão, concorda então que ela satisfaça seu desejo de curar a mulher leprosa, ainda que para isso tenha que morrer: “A irmã de Persival representa a contraparte feminina de Galaaz na narrativa. Como Jesus Cristo,

---

<sup>23</sup> **Imrama**: A palavra, em celta, significa ‘jornada da alma’ e remete aos contos clássicos de mesma origem, em que o herói viaja pelo mar rumo ao ‘Outro Mundo’.

realizará o sacrifício da própria vida para salvar a dos outros” (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 268).

Antes do sacrifício, ela se dirige aos três cavaleiros a fim de lhes dar as últimas instruções para que prossigam com a demanda rumo ao Santo Graal e se reúnam novamente, mais tarde, na casa do rei Pescador. Prestes a dar seu sangue e sua vida em troca da cura da mulher doente, a irmã de Persival pede apenas que lhe tragam um ermitão para que ela possa se confessar. “E depois que ela se confessou, recebeu seu Salvador. Depois pôs suas mãos em cruz sobre o peito e saiu-lhe a alma” (MEGALE, 2008, p. 417).

Tal qual uma mãe, a irmã de Persival cuida dos cavaleiros, prestando-lhes auxílio durante a longa jornada. Seu conhecimento e seus dons, imprescindíveis nesse percurso, possibilitam a eles o alcance de dádivas que não conseguiriam sem sua intercessão. Ela dá então à sua história um desfecho triunfal ao entregar seu sangue para salvar uma pessoa enferma, o que também eterniza sua memória junto à carta escrita por seu irmão, colocada próxima de seu corpo, já sem vida.

## **6. A reclusa**

Após Erec abandonar o castelo onde matara sua irmã, andou durante vários dias inconsolável por causa de sua má ação e, já cansado, parou perto da casa de uma mulher reclusa, em frente à janela da cela onde ela se encontrava e, assim, adormeceu sobre a relva. Após despertar, contou a ela o motivo de sua tristeza e seu pranto e ela, prontamente o aconselhou: “\_ Senhor cavaleiro, pois que assim vos aconteceu e vedes que não pode já outra coisa ser, tendes que vos confortar o mais que puderdes e rogar a Nosso Senhor que vos perdoe [...]” (MEGALE, p. 303).

Ela ainda lhe revelou que sua morte estava próxima. Segundo previsão da mulher reclusa, ele seria morto pelas mãos de um cavaleiro desleal e, pelo fato de o acontecimento estar próximo, Erec deveria se confessar e pedir perdão a Deus. Deu a ele, ainda, um pedaço de pão antes que ele partisse, pois via que estava faminto.

A mulher, que estava reclusa, se encontrava naquela situação por ter escolhido se penitenciar, de forma que assim colheria bons frutos, se aproximando de Deus e salvando seu espírito. Ainda que o corpo estivesse

castigado pela fome, pela solidão e pela reclusão, o que realmente importava era o espírito, purificado pelo sofrimento terreno. Com pureza e bondade, ela pode auxiliar um cavaleiro andante que, ainda que se encontrasse numa situação triste e irremediável, obteve, através dela, um pouco de conforto.

## 5.2 O mal transfigurado na mulher

Em *A demanda do Santo Graal*, além das mulheres cristãs e bondosas, o texto inclui diferentes perfis femininos, que representam obstáculos aos cavaleiros que se colocavam em seus caminhos, especialmente, os cristãos. A literatura medieval, muitas vezes faz referência a Eva, a mulher que, na Bíblia, cedeu à tentação da serpente e comeu o fruto proibido, oferecendo-o também a Adão. Por este fato, Eva sugere uma conotação ruim, de forma que, na arte e na literatura, é ilustrada como a vilã do relato bíblico, levando a uma visão negativa da figura feminina. Além dela, Maria Madalena, situada entre a perfeição de Maria e a tentação de Eva, também ganhou destaque no medievo, sendo cultuada principalmente no século XIII. “Na *Demanda* a mulher está muitas vezes associada ao lado negativo de Eva, ao pecado, à luxúria e ao Diabo [...]” (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 262).

É importante lembrar que os cavaleiros da Távola Redonda tinham a missão de encontrar o cálice sagrado para que a paz voltasse a reinar em Logres. A presença e a companhia de uma mulher deveriam ser evitadas, para que não houvesse distrações e fracasso nas longas jornadas. Caso sucumbissem às investidas de uma mulher, sua perdição era decretada e deixariam de conquistar a salvação eterna: “Episódios de tentação feminina ocorrem com os três cavaleiros eleitos, Galaaz, Persival e Boorz, relacionados ao grau de pureza de cada um e seu papel na narrativa” (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 263).

Há inúmeras passagens na novela em que mulheres tentam desvirtuar os cavaleiros de sua sacra missão. São, obviamente, semelhantes a Eva e o oposto das que apresentam tendências marianas e, em vista disso, agem a serviço do mal, sendo cúmplices do próprio Diabo. Falemos, primeiramente, daquelas que apresentam traços dúbios, que ao mesmo tempo em que caem em degradação, causam também algo que enaltece suas passagens pela novela *A demanda do Santo Graal*. Essas personagens, já conhecidas de outras histórias da literatura, têm seus nomes revelados e manifestam seu lado impuro e herético na obra aqui estudada. Elas advêm de obras literárias em que suas ações não

são colocadas sob julgamento cristão, como ocorre n'*A demanda*. Estão, de certo modo, equilibradas entre ações boas e más, não sendo, portanto, completamente malvistas na novela.

### 1. Genevra (ou Guinevere)

Essa personagem, assim como Lancelote, foi apresentada no romance cortês, onde o amor, outrora platônico, finalmente é consumado de forma carnal. “Em *O cavaleiro da carreta* (c. 1177-1181), de Chrétien de Troyes, primeiro autor a introduzir o personagem Lancelot (apresentado como o ‘melhor cavaleiro do mundo’), vemos a concretização do amor entre este e sua amada Guinevere” (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 254).

Em *A demanda*, a rainha Genevra, esposa do rei Artur, tem comportamento condenável na narrativa. Apesar de muito amada e respeitada por seu cônjuge, dá vasão ao amor proibido por Lancelote, seu amante, conservando a postura de mulher adúltera até o fim da novela. “Guinevere trai o rei Artur com Lancelot, o que leva a uma guerra entre Artur e a linhagem de Bam (linhagem de Lancelot), gerando várias mortes” (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 254).

Podemos refletir que, se Lancelot conseguiu a salvação, Genevra, por outro lado, realmente foi para o inferno. Ela até o final da vida não se arrepende daquele amor, representado pelo seu coração, que ela pede que seja retirado e entregue ao amado. De forma que, assim como na Bíblia, a maior culpa no pecado, segundo a *Demanda*, é atribuída ao feminino, tendo as mulheres grande associação à Eva, em grande parte dos casos. Neste sentido, tal como ocorre na segunda parte do sonho de Lancelot, Genevra, efetivamente, sofrerá sozinha as penas de ambos no Inferno, fazendo uma espécie de auto sacrifício em benefício da salvação de Lancelot. Este, como vimos, apesar de seus erros, tem ressaltadas suas qualidades cavalheirescas e consegue purgar os pecados no período que atuou como eremita, conseguindo, segundo o arcebispo, ir para o Céu, na companhia de anjos, em grande festa, para encontrar os membros da sua linhagem no Paraíso (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 116).

Mesmo cometendo adultério, Genevra apresenta um lado bom, que é o sentimento de amor fiel e verdadeiro, o amor cortês. Além disso, desejou sofrer o martírio causado por seu pecado no Inferno sozinha, poupando seu amado,

Lancelote. “Apesar de adúltera suas ações estão ligadas aos sentimentos e ao verdadeiro amor e até mesmo a população reconhece nela atributos positivos. Além disso, antes de morrer, pediu que seu coração fosse retirado e entregue ao amado” (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 258). Temos nessa personagem, portanto, uma ambiguidade marcada pela dualidade de sentimentos, sendo má quando trai seu marido, e boa por sentir amor verdadeiro, desejando ainda tomar as aflições desse amor proibido todo para si. O carinho de seu povo e o perdão de Artur, seu marido, vem para confirmar e reconhecer, de certa forma, sua face de bondade.

## 2. Isolda

Isolda e Tristão são personagens conhecidos através da história de *Tristão e Isolda*, narrativa lendária de origem celta e escrita pela primeira vez na Inglaterra, à qual se fundiram outras versões em diversos idiomas europeus, dentre elas, o ciclo de *Tristan en prose*, do século XIII, que foi incorporada à *Demanda*. “Em *Tristão e Isolda*, originalmente conhecido como *O romance de Tristão*, há um triângulo amoroso entre Tristão, Isolda e seu marido, o rei Marcos” (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 254-255).

Em *A demanda*, três homens são apaixonados por Isolda: seu marido, o rei Mars, Palamades, o muçulmano, e Tristão, típico cavaleiro e herói cortês, assim como Lancelote. Mas é somente a Tristão que ela entrega seu coração e por quem nutre amor até o fim, não se importando com os sentimentos do marido ou de qualquer outro homem.

Isolda está no reino arturiano com seu amante Tristão e por isso o rei Artur tem como seu maior inimigo o rei Mars (Marcos, marido de Isolda) que ao final da narrativa, após a morte de Artur, invade o reino em ruínas e termina por destruí-lo e a tábua redonda (símbolo do poderio arturiano) (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 254).

Apesar de pecar cometendo adultério com Tristão, ela também apresenta um lado positivo, pois nutre amor fiel e verdadeiro a seu amante, o típico amor cortês. Ela arrisca seu casamento e sua honra por seu amado, o que mostra o quão forte é esse amor.

Genevra e Isolda agiram de forma errada e nociva, alimentando relações proibidas para satisfazer seus desejos egoístas e não ponderando sobre as possíveis consequências de seus atos e desencadeando verdadeiras tragédias na novela. “Ambas são adúlteras e sua atitude é condenada na narrativa. [...] Podemos considerar que essas mulheres levaram a desgraças na narrativa” (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 254).

É válido observar que essas duas personagens possuem uma conexão com o amor cortês na Literatura Medieval, onde a mulher era casada e tinha um status social superior ao do homem, com quem mantinha um relacionamento geralmente platônico. Era marcado pelo sofrimento de ambos por causa da improbabilidade de sua concretização física. “[...] na Demanda uma aura de dubiedade se apossa das esposas adúlteras, mas que nas narrativas cortesias são apresentadas positivamente” (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 258). Em *A demanda*, porém, o amor cortês é criticado e sua consumação carnal acontece, configurando uma forma inferior daquele amor. Isso já podia ser visto em outras épocas:

No romance cortês, porém, o amor não tinha nada de platônico, o que é demonstrado nas suas narrativas mais emblemáticas. Em *O cavaleiro da carreta* (c. 1177-1181), de Chrétien de Troyes, primeiro autor a introduzir o personagem Lancelot (apresentado como o ‘melhor cavaleiro do mundo’), vemos a concretização do amor entre este e sua amada Guinevere. Em *Tristão e Isolda*, originalmente conhecido como *O romance de Tristão*, há um triângulo amoroso entre Tristão, Isolda e seu marido, o rei Marcos (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 254-255).

Esse tipo de relacionamento, outrora tão valorizado na literatura, apresenta uma conotação de adultério. N’*A demanda*, é mostrado como algo sujo e imoral, levando os amantes a sofrerem duras consequências tanto no mundo material quanto no mundo espiritual pelo pecado cometido.

### 3. Morgana

Era irmã do rei Artur e, também, apresenta uma dualidade em sua personalidade. Em um dos sonhos de Lancelote, por exemplo, ela é apresentada com uma aparência assustadora, coberta por uma pele de lobo e gemendo como uma condenada ao inferno. “E Lancelote, que bem a conhecia por Morgana,



olhou-a e viu que andavam em sua companhia mais de mil diabos [...]” (MEGALE, 2008, p. 205).

O cenário infernal em que ela se apresenta, bem como seu aspecto desagradável e os seres repugnantes que a acompanham, são uma combinação de fatores que remetem à expectativa que se tem acerca do destino de um ser humano condenável, indigno do reino de Deus. Além disso, Morgana está justamente no mesmo lugar em que a adúltera Genevra se encontra, também em situação de grande sofrimento por ter pecado gravemente e para onde se dirige Lancelote, prestes a cumprir seu destino de abominável pecador. A personalidade de Morgana, contudo, também revela bondade e altruísmo:

Portanto, seguindo a positividade dos seres feéricos, Morgana possui uma dupla imagem. A negativa, que praticaria uma ‘magia má’, que a conduziria ao Inferno e aos sofrimentos e uma segunda imagem, positiva, relacionada a uma ‘magia boa’, capaz de levar a cura de Artur em Avalon, sede do Outro Mundo Céltico. (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 259, destaques do autor).

Em contraponto a este aspecto negativo de Morgana, no capítulo em que Galvão e seus irmãos vão à sua casa, ela se apresenta como ‘Morgana, a fada’. Ela lhes revela então a traição de Lancelote ao seu irmão, o rei Artur, com a rainha Genevra, condenando tal ato e mostrando seu desejo de justiça para com o rei Artur. Em outra passagem, ao fim da novela, ela também age com benevolência, quando, em companhia de outras damas, leva o rei Artur à ilha de Avalon a fim de cuidar dele e curá-lo.

“Avalon, a Ilha das Maçãs (*Insula Pomorum*) era, de acordo com as descrições da *Vita Merlini* de Geoffroy de Monmouth (século XII) uma ilha tão abundante que, ao invés de grama o chão, era coberto por frutos” (ZIERER, 2001, p. 113). Considerando as culturas grega e a germânica, a maçã associa-se à imortalidade e a lendária Avalon, para onde Artur foi levado, era um local de cura e continuidade da vida: “Morgana está positivamente associada com essas mulheres-fadas dos celtas, detentoras da cura e da magia [...]. Daí o caráter interessante da demanda, uma obra cristianizada, mas repleta de contradições devido ao fundo céltico do relato” (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 260). A novela *A demanda do Santo Graal*, anônima, ainda que tenha sido escrita para influenciar o comportamento das pessoas à luz do Cristianismo

Católico, apresenta personagens provenientes de narrativas de origem celta. Mantém inúmeros traços que mostram essa origem sem comprometer, no entanto, seus objetivos e caráter religioso-cristão. Há, no texto, mulheres que agiram como receptáculos do mal, ao praticarem ações inconcebíveis. Essas mulheres possuem a capacidade de fazer uso de vários artifícios diabólicos e nefastos para alcançarem o que almejam, ou para causarem grandes danos e sofrimentos a outros ou até a si mesmas. São elas:

#### **4. A donzela a quem Erec prometeu um dom**

No capítulo 'Erec e Meraugis', a narrativa inicia descrevendo uma aventura de destes cavaleiros. Certo dia, eles caminhavam à procura de aventuras, quando encontraram pelo caminho uma donzela que, certa vez, levava Erec à ilha da irmã de Persival e, em troca desse favor, ele lhe prometeu então um dom, ou seja, o direito a um pedido. "É interessante nas narrativas arturianas o pedido do dom, que normalmente um estranho solicita e que, ao ser aceito, leva muitas vezes a desgraças do reino". (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 266-267).

Ela o procurava a fim de cobrar o dom que ele lhe devia e sabia que conseguiria o que desejava, pois ele era conhecido como "o cavaleiro que não mente". Então, vendo-o à sua frente naquele momento, ela lhe disse que ele era obrigado a cumprir o que ela pedisse e ele não poderia mentir, sendo que, se o fizesse, Meraugis estava ali para testemunhar tal mentira na casa do rei Artur, o que seria, de fato, uma desonra para Erec. Este reiterou, assim, que mantinha sua promessa e não mentira.

Assim caminharam os três, de forma que a donzela parecia conduzi-los ao castelo Celis, que pertenceu ao rei Lac, pai de Erec. Em tempos remotos, Lac fora invejado por seus sobrinhos, filhos de seu irmão, Dirac, por ter mais prestígio que o pai deles. Por esse motivo, os filhos de Dirac mataram o tio e ainda mantinham, no castelo Celis, a irmã de Erec presa, pois pensavam que assim o atrairiam até lá para matá-lo também.

Ao avistar o castelo que deveria ser seu, Erec sentiu o forte desejo de vingança pelo que ocorreu à sua família. Nesse instante, a donzela que estava com eles pediu a ele que matasse uma donzela que lá estava, e assim estaria quite com ela. Ele imediatamente implorou que ela lhe pedisse outra coisa, pois

ele não colocaria suas mãos em donzela alguma. De fato, era costume que cavaleiros cristãos defendessem e protegessem donzelas e não o contrário. Mas ela insistiu e afirmou que os filhos de Dirac estavam ali e, assim, ele a obedeceu, desejando se vingar dos assassinos de seu pai.

Adentraram, então, ambos os cavaleiros o castelo, e atacaram e mataram os traidores. Aqueles que o habitavam e eram forçados a conviver com os inimigos, reconheceram Erec como o verdadeiro senhor daquele lugar e comemoraram sua chegada. Sua irmã foi libertada e, quando tudo parecia resolvido, naquela noite, ele teve um sonho revelador:

Pareceu-lhe que estava num campo ermo em que não havia ervas, nem árvore, nem flor, nem fruto, nem nada de que alguém pudesse viver. E estando naquele campo muito espantado do que via, viu vir em sua direção uma loba que trazia um cordeiro na boca e dizia-lhe:

\_ Erec, mata este cordeiro porque te convém fazê-lo.

E ele o matava, mas muito contrariado, e saía daí logo e deixava a loba. E depois, ao cabo de um pouco, vinha pós ele um lobo que o acometia e o despedaçava em mais de cem pedaços, e comia-o (MEGALE, 2008, p. 294).

Sentiu o mau presságio em seu sonho, e por isso rezou muito e foi à missa do Espírito Santo assim que se levantou, mas não imaginava o que estava para acontecer. Por haver concedido o dom à donzela, ele se sentia preso à palavra dada, seu orgulho não permitia que ele quebrasse qualquer promessa que fizesse. Naquele mesmo dia, após todos fazerem a refeição sentados à mesa, ela finalmente se aproximou dele e disse-lhe o que queria: “- Erec, eu te peço a cabeça dessa donzela que senta perto de ti” (MEGALE, 2008, p. 295).

Quem estava sentada ao seu lado era sua própria irmã. É possível compreender, nesse momento, a revelação que lhe fora feita em sonho, que era uma preparação para enfrentar a situação e para que tomasse a decisão adequada para o caso. “O cordeiro, símbolo de Cristo, está associado ao sacrifício ao qual seria submetida a sua irmã; e a donzela má representa a loba. Após a conclusão da ação, no entanto, a donzela má é castigada por Deus e morre queimada” (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 267).

Apesar de Erec rogar à má donzela que escolhesse outro pedido, pois não queria matar a irmã, ela se mantinha irreduzível, pois desejava que a morte e a cabeça da boa e formosa donzela. Aquele, porém, mantendo sua palavra por

orgulho de ser 'o cavaleiro que não mente', cumpriu a promessa decapitando a própria irmã. Fazendo isso, porém, tomado de dor, amaldiçoou a donzela a quem infelizmente prometera o dom: "- Donzela maldita, excomungada, a mais aleivosa donzela que alguma vez montou em palafrém, ora tomai vossa promessa, e Deus vos deixe tal prazer haver, como fizestes haver a mim". (MEGALE, 2008, p. 298).

A donzela má não parecia constrangida por ter feito aquele pedido, tampouco se comovia e se culpava pela morte da moça. Ao contrário, parecia bastante satisfeita com a tragédia que acabara de ocorrer e da qual participara, e até mesmo escarnecia da dor de Erec e dos que estavam presentes, inconsoláveis pelo que acabavam de presenciar:

E ela foi logo à cabeça e pegou-a e disse-lhe:

- Ora tenho o que queria.

Também disse a Erec ante todos:

- Tu me acusas de traição, mas certamente não me devem tanto acusar como a ti, porque, se não fosse mais aleivoso cavaleiro do que outro, não matarias assim tua irmã só por uma palavra que me prometeste (MEGALE, 2008, p. 298).

Vemos aqui que Erec tinha a escolha de não cometer o assassinato, mas, além de ser escravo do próprio orgulho mantendo e cumprindo sua promessa até o terrível desfecho, era guiado pela maldade da donzela que desejou a trágica morte de uma inocente, que, mesmo suplicando por sua vida, teve a cabeça separada do corpo pelo próprio irmão.

Após a morte da boa donzela a má leva a sua cabeça, o que parece estar ligado a reminiscências de fundo céltico quando se cortava a cabeça dos inimigos para obtenção de sua força, uma vez que se acreditava entre os celtas que a força vital provinha da cabeça (STERCKX, 2009, apud ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 242).

Não obstante, o poder divino não poderia deixar de se manifestar em tal situação na trama, que tem por objetivo ensinar princípios e hábitos cristãos. A má donzela, saiu do paço levando a cabeça da moça assassinada, o 'troféu' pela sua maldade. Montou seu cavalo e fugiu dali temendo sofrer retaliações por causa de seu feito, mas a punição viria em seguida:

ASSIM SAIU a má donzela do castelo o mais cedo que pôde, porque houve pavor de irem pós ela os do castelo e lhe fazerem mal. Mas ela não se afastou do castelo mais de três lances de besta, que aconteceu uma aventura maravilhosa; e isto foi, sem falha, milagre; pois veio do céu uma nuvem cheia de fogo e de chama que se pôs sobre a donzela e sobre seu palafrém; e quando ela viu que pegava fogo, deu altos e doloridos gritos, de modo que os do castelo a ouviram, mas logo quedaram seus gritos, porque em pouco tempo foi queimada e partiu a nuvem dela, assim que os do castelo viram a ela e seu palafrém jazer queimados (MEGALE, 2008, p. 299).

Aqueles que estavam no castelo, não poderiam vingar a morte da boa donzela castigando a má, pois esta era uma donzela mensageira. “[...] naquele tempo era costume na Grã-Bretanha que ninguém metesse mão em donzela mensageira, se não quisesse perder a honra por todos os dias de sua vida ou se não fosse cavaleiro endiabrado” (MEGALE, 2008, p. 298). O milagre acontece diante de todos, como forma de demonstrar que a recompensa de Deus é justa e condizente com as ações do ser humano.

ESTA MARAVILHA, logo que a viram todos os do castelo, vieram e acharam a má donzela e seu palafrém queimados, mas a cabeça da irmã de Erec estava tão sã, que nem um só cabelo queimou. E disseram todos:

- Ai, Deus! Como aqui há bom milagre e formosas virtudes! Ora aparece a lealdade da nossa donzela e a traição desta outra. Então fizeram grande dó e grande pranto sobre a cabeça da donzela, e deram graças a Deus da formosa vingança que tornara da má donzela (MEGALE, 2008, p. 299).

Ciente de sua má índole, a jovem má fugiu do castelo, temendo a punição dos homens, contudo não escapou da punição de Deus, por ter causado dor e sofrimento a Erec, à irmã dele e a todos do castelo, que eram pessoas de bem e tementes a Deus. Sua morte foi dolorosa e sua imagem desfigurada pelo fogo, refletindo uma alma enegrecida pela maldade: “A donzela má é logo punida por Deus, que envia fogo contra ela, ao passo que a cabeça da irmã de Erec fica intacta (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 242). Já a boa donzela, irmã de Erec, teve, por milagre, sua cabeça protegida das chamas dirigidas à sua algoz, conservando sua natural beleza, reflexo da bondade que tinha em seu coração.

## 5. A donzela grega

No capítulo intitulado 'Tentação de Persival', em suas buscas pelo cálice sagrado, ele chegou à beira-mar e avistou uma tenda, que lhe chamou a atenção. Ao se aproximar, encontrou uma donzela deitada em um leito:

[...] e entrou, e viu estar num leito, o mais formoso e mais rico que alguma vez viu, uma donzela que dormia; e era tão formosa, que lhe pareceu mais formosa que a rainha Genevra, a rainha Isolda, e a formosa filha do rei Peles; porque lhe pareceu que, desde que o mundo foi feito, não houve mulher tão formosa, nem a vira, embora nada fosse comparada com aquela Virgem que foi virgem e mãe e Rainha das rainhas. E depois que a observou por muito tempo pela admiração que teve de sua beleza, afastou-se um pouco, todo espantado, porque bem pareceu a ele que se todas as belezas que houve em mulheres pecadoras fossem reunidas numa só, não seria tão formosa como esta. (MEGALE, 2008, p. 256).

A jovem logo acordou e ambos trocaram algumas palavras. Ela lhe pediu que se sentasse ao seu lado para ouvir a sua história. Persival obedeceu e ela explicou que viera de Atenas, na Grécia, era filha de rei e rainha, estava para se casar com o imperador de Roma e para isso, seu pai a enviara em um navio, com grande comitiva para seu casamento. Porém, o mau tempo em alto mar afundou o navio e todos morreram, apenas ela sobreviveu, por isso, estava ali perdida e aparentemente desamparada. Expondo tal situação, a donzela pede conselhos a Persival, que parece esquecer seus princípios de cavaleiro cristão e se deixa seduzir pela beleza e pelas palavras da moça:

PERSIVAL OLHOU a donzela, que lhe pareceu tão formosa, que nunca vira donzela cuja beleza chegasse à beleza que nela viu. Então começou-lhe a mudar o coração muitíssimo, que todo seu costume passou, porque o seu costume era tal que nunca olhava donzela por causa de amor, mas agora estava assim tocado de amor, que não desejava nada do mundo; assim que viu esta donzela, parecia-lhe que fora em bom dia nascido, se pudesse ter seu amor (MEGALE, 2008, p. 258).

A donzela, de maneira aparentemente inocente, mostrando-se interessada apenas nos conselhos do cavaleiro, envolveu-o em uma armadilha maligna, da qual ele dificilmente escaparia:

E ela lhe disse:

\_ Senhor, que conselho me dais sobre aquilo que vos disse?

E ele respondeu assim como lhe o demo ensinava a cumprir seu desejo e prazer:

\_ Donzela, não sei o que vos diga, mas se quiserdes fazer o que vos direi, aconselharei de modo que vos tenhais por muito bem paga.

\_ Senhor \_ disse ela \_, não há nada no mundo que por vós não faça, salvando minha honra.

E ele não respondeu àquilo, mas demandava-a de amores, e disse que, se quisesse ser sua amiga, a tomaria por mulher e a faria ser rainha de terra muito rica e boa.

E ela disse que o não faria; ainda assim tanto insistiu com ela que lhe veio a outorgar tudo que pedisse, contanto que fizesse o que lhe prometera (MEGALE, 2008, p. 258).

A intenção da donzela parecia ter se concretizado naquele momento. Persival, impressionado pela sua beleza, além do ambiente rico e aconchegante preparado para envolvê-lo, entregou-se às suas investidas e estava quase sucumbindo ao pecado da luxúria. No entanto, por ser muito bom cavaleiro e ter mantido uma conduta exemplar, como verdadeiro cristão, sua salvação chegou no exato momento para impedi-lo de cair nos laços venenosos que o envolviam:

E ele estando nisto falando, eis que vem do céu um tão grande ruído como se fosse trovão, e fez tão grande rebuliço, como se movesse a terra, assim que Persival tremeu todo de pavor, e ergueu-se espantado, e ouviu uma voz que dizia: "Ai, Persival, como há aqui tão mau conselho! Deixas toda alegria por toda tristeza, donde te virá todo pesar e toda má ventura."

E pareceu-lhe que aquela voz fora tão forte que deveria ser ouvida por todo o mundo; e caiu esmorecido por terra, e ficou assim muito tempo (MEGALE, 2008, p. 259).

Seu bom comportamento e boas obras, ao longo de sua vida e viagens, proporcionaram-lhe o merecimento de ser resgatado por Deus, naquele momento: "E depois acordou e olhou ao redor de si e viu a donzela rir, porque vira que tivera medo. E quando a viu rir, espantou-se e logo entendeu que era o demo que lhe aparecera em semelhança de donzela para o enganar e o meter em pecado mortal" (MEGALE, 2008, p. 259). Persival, finalmente, presenciou e compreendeu a investida nefasta do poder do mal em uma figura feminina, que o dissuadia a pecar. "O riso assume aqui um traço demoníaco e o feminino se transfigura na presença física do Diabo" (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 239). Recobrou finalmente a lucidez e reconheceu a vereda da perdição para a qual caminhava:

Então ergueu a mão e persignou-se e disse:

- Ai, Pai Jesus Cristo, Pai verdadeiro! não me deixes enganar nem entrar na morte eterna; e se este é o demo que me quer tirar de teu serviço e separar de tua companhia, mostra-mo (MEGALE, 2008, p. 259).

Ele se encontrava numa circunstância em que poderia ter se perdido para sempre, mas foi socorrido por Deus no último momento, e este mérito correspondia às suas virtudes. O que se segue, a partir daí, é uma sequência de fatos sobrenaturais e fantásticos, uma espécie de “despertar da consciência” para alertar o jovem cavaleiro:

ASSIM QUE ele disse isto, viu que a donzela se tornou em forma de demo tão feio e tão espantoso que não há no mundo ninguém tão valente que o visse que não houvesse de ter grande medo. Daí aconteceu a Persival que teve tão grande medo que não soube o que fizesse, senão que dissesse: - Ai, Jesus Cristo, Pai verdadeiro, Senhor, ficai comigo. Então viu a tenda e quanto nela havia voar pelo ar, e atrás dela uma escuridão, como se todos os do inferno estivessem nela; e ficou tão espantado disto que viu que não soube que decisão tomar. E olhou ao redor de si e não viu outra coisa senão suas armas e seu cavalo, como se tudo de antes fosse um sonho (MEGALE, 2008, p. 259).

A mulher foi a ferramenta usada pelo diabo para desvirtuar Persival, que estava perdendo aquela batalha. Ela tem sede de praticar o mal ao homem sem receio algum, usufruindo, para isso, de seus atributos, como a beleza, as palavras e o ambiente envolvente em que se encontra, que são capazes de levar um homem a praticar o mal a si mesmo. O homem, tratado aqui como um inocente à mercê daquele ser maléfico, é salvo após quase sucumbir às suas diligências, sendo até mesmo recompensado de forma divina após aquele fato:

Ele estando maravilhando-se, viu vir pelo mar em sua direção uma nave tão rápida como mais podia vir nave quando bom tempo tivesse favorecido, e tão depressa como se cem galés corressesem atrás dela. Quando chegou perto, viu que era muito formosa e que andava coberta com um veludo branco e não demorou muito a olhar, que aportou diante dele, e maravilhou-se como podia vir, porque não vinha dentro marinheiro nem outra pessoa que a pudesse guiar, mas de todo o resto, estava tão bem preparada, que maravilha era. E ele nisto pensando, ouviu uma voz que lhe disse: “Persival, venceste; entra nesta nave e vai-te aonde ela te levar e não te espantes de nada que vejas, e Deus te guiará aonde quer que vás e tanto te acontecerá bem que acharás todos os companheiros do mundo que mais amas, Boorz e Galaaz. Quando isto ouviu, teve tão grande alegria que maior não poderia, e agradeceu muito a Nosso Senhor, e tomou



suas armas e entrou na nave e deixou o cavalo na margem, e o vento deu na vela de modo que o fez tão depressa partir da praia que, em pouco tempo, perdeu a vista da terra (MEGALE, 2008, p. 259-260).

Por ser a jovem de origem grega, interpretamos como uma referência ao paganismo, demonstrando sua condição de não-cristã: “Tanto a filha do rei Brutus como a donzela grega apresentam aspectos do mal que são corporificados no demônio em si, no caso desta última” (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 239-240).

Nesse episódio, o próprio Diabo é incorporado à mulher, que espreita sua vítima e prepara a emboscada perfeita para capturá-la. Um breve momento de fraqueza de Persival abre uma fresta por onde o ser maligno se infiltra e atua com empenho a fim de desviá-lo do seu objetivo cristão e envolvê-lo em seu laço pernicioso. Porém, mais uma vez, o bem vence o mal, no momento em que, advertido pelo próprio Deus, o rapaz recobra a sobriedade e se esquivava do que poderia significar a sua perdição.

## **6. A filha do rei Brutos**

Boorz e Galaaz, andando juntos na demanda, chegaram certo dia ao castelo Brut, a convite de seu rei, chamado Brutos. Este, tinha uma filha de quinze anos, a mais formosa donzela do reino de Logres. Esta, logo enamorou-se por Galaaz, de forma que não podia conter. “A beleza física é um dos traços que ligam Galaaz ao mundo material, provável motivo que teria ocasionado tão violenta paixão” (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 263). Fascinada pelo rapaz, a donzela parecia mesmo não conseguir lutar contra seus sentimentos e desejos:

ASSIM AMOU a donzela Galaaz, mas nunca o vira nem soubera que coisa era amor, e olhava Galaaz e prezava-o tanto em seu coração, mais que todas as coisas e como nunca mulher homem prezou; e por isso lhe parecia que, se o não tivesse à sua vontade, morreria. E por isto o cuidava ela conseguir muito facilmente, porque o cavaleiro era muito jovem e muito formoso. E ela cuidava que de bom grado concordaria com tal coisa, porque ela era das mais formosas mulheres do reino de Logres. E isto a confortava, porque ele era cavaleiro jovem. E por isso cuidava acabar mais cedo seu desejo. Mas estava em seu íntimo tão triste porque, se fizesse algum intento de que o queria amar, isto lhe seria tomado por mal, se o soubessem; e, se alguma coisa não fizesse para ter aquilo que desejava, o não poderia

suportar. Isto imaginou a donzela, enquanto seu pai estava falando com os cavaleiros. E depois que pensou tanto que não pôde mais, foi para a câmara e deixou-se cair em seu leito e começou a fazer tão grande lamentação, como se tivesse seu pai morto diante de si. Mas não gritava, chorava tão intimamente que maravilha era (MEGALE, 2008, p. 111-112).

Confessou os sentimentos e os desejos à sua ama, que a advertiu para que não cedesse aos seus desejos mais íntimos, na certeza de que trariam morte e destruição:

\_ Eu amo tanto um destes cavaleiros andantes que aqui estão que, se o não tiver à minha vontade, não chegarei a amanhã, antes me matarei com minhas mãos. Quando a mulher isto ouviu, teve tão grande pesar que não soube o que fizesse, porque bem sabia que, se a donzela o cavaleiro tivesse à sua vontade, não podia ser que o rei não soubesse, cedo ou tarde; e quando soubesse que o cavaleiro com ela estava, ele era tão bravo que mataria a donzela e quantos a ajudassem nisso (MEGALE, 2008, p. 113).

A ama, então, aconselhou-a como uma mãe, rogando que não cedesse aos anseios, explicando as consequências funestas que essa paixão lhe traria. A jovem fingiu entender o que sua ama lhe aconselhou:

ASSIM DISSE a donzela para se encobrir, mas outra coisa tinha no coração e mostrou aquela tarde. Depois que ambos os cavaleiros deitaram numa câmara, a donzela, que bem cuidava que já dormiam e que sabia o leito de Galaaz, saiu de seu leito em trajes de dormir, embora muito vergonhosa e com grande pesar de que havia de fazer contra sua vontade o que lhe amor mandava, porque, por sua má sorte, tinha a donzela de rogar o cavaleiro. E depois que ela veio à câmara onde eles deitavam, entrou e ficou tão espantada que não soube o que fazer. Mas tornou em seu primeiro pensar que o amor lhe aconselhava e esforçou-se tanto, contra sua vontade, que foi a Galaaz e ergueu o cobertor e deitou-se ao lado dele. E Galaaz que dormia muito pesadamente, pelo trabalho que tivera, não despertou [...]. E ela cuidava que, depois que fosse deitar ao lado dele, cumpriria ele seu intento; e de modo algum não cuidava, pois ela era tão formosa e de tão alta posição, que ele fosse tão vilão que não cumprisse sua vontade (MEGALE, 2008, p. 114).

Além de ceder aos seus instintos para atender aos seus desejos sórdidos, a donzela tinha consigo a plena confiança de que Galaaz não resistiria à sua presença, beleza e formosura, ainda mais por ser moça de posição social tão prestigiada. Confiava em seu próprio potencial como mulher e por isso foi à

busca do que desejava: ter intimidades com o belo rapaz. No entanto, não estava preparada para o que encontraria:

Então chegou-se a ele mais que antes e pôs a mão nele muito devagar para despertá-lo; mas, quando sentiu a estamena que o cavaleiro vestia, porque sem estamena nunca ele estava nem de noite nem de dia, ela ficou tão espantada que disse logo:

\_ Ai, infeliz, que é isto que vejo? Não é ele cavaleiro dos cavaleiros andantes, que dizem que são namorados, mas é daqueles cuja vida e alegria está sempre em penitência, pela qual lhes advém grande bem para o outro mundo, e perdoa Deus aqueles que erro tiverem feito contra ele. E por nada \_ disse ela \_ posso acabar com ele o que queria. E como quer que este cavaleiro seja alegre para parecer, grande é o sofrimento de sua carne e mostra bem que o seu coração pensa em coisa diferente do que a minha carne mesquinha infeliz já pensava. Este é dos verdadeiros cavaleiros da demanda do santo Graal e em má hora foi tão formoso para mim.

Então começou a chorar e fazer seu lamento o mais baixo que pôde, para que não a ouvissem (MEGALE, 2008, p. 114-115).

Reconheceu a vestimenta de Galaaz e sentiu que ali estava um cavaleiro cristão de fato. Vendo-se diante de tal obstáculo, concluiu que o seu intuito não poderia ser realizado: “[...] a vestimenta funciona como uma segunda pele, a um só tempo como defesa ante as tentações da carne e como sinal de uma inquebrantável missão [...]” (MOISÉS, 2008, p. 73-93 apud ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 64). Despertando Galaaz com a presença da moça, espantou-se e buscou distanciar-se dela e disse-lhe quem ele era e o que pensava acerca daquela situação:

\_ Ai, donzela! Quem vos mandou aqui certamente mau conselho vos deu; e eu cuidava que de outra natureza éreis vós. E rogo-vos, por cortesia e por vossa honra, que vos vades daqui, porque, com certeza, o vosso louco pensar não entenderei eu, se Deus quiser, porque mais devo recear perigo de minha alma do que fazer vossa vontade [...].

\_ Ai, donzela! Desatinada estais; lembrai-vos de vossa situação e olhai a altura de vossa linhagem e de vosso pai e fazei que não tomem desonra por vós (MEGALE, 2008, p. 115).

Diante da irredutível recusa do cavaleiro, a jovem se desesperou e começou a ameaçá-lo como forma de persuadi-lo a abdicar de seus valores e de sua missão como cavaleiro cristão, mas não obteve êxito:

\_ Senhor, não há necessidade disso, pois que tão pouco me prezais, que de modo algum não quereis senão matar-me. E a morte está comigo logo, porque me matarei com minhas mãos e tereis por isso maior pecado do que se me tivésseis convosco, porque sois a razão da minha morte, e vós ma podeis impedir, se quiserdes. E Galaaz não soube o que dissesse, e disse à donzela que, se se matasse como dizia e por tal razão, bem entendesse que não daria nada por sua morte; e por outro lado lhe disse que, se fosse a mais formosa que Nosso Senhor tivesse feito, ele não olharia mais para ela; e disse-lhe que mais lhe valeria ficar em virgindade, porque se lhe os outros fizessem tanto como ele, bem poderia ser que morresse virgem. E a donzela que estava toda como paralisada, quando viu que de Galaaz não poderia ter seu prazer, disse:

\_ Como? cavaleiro, ainda quereis ser tão vilão que me não quereis outra coisa fazer?

\_ Não – disse ele.

\_ Bem vos digo, e bem estai seguro, por boa-fé - disse ela - isto será loucura, porque morrereis antes que daqui saiais.

\_ Não sei \_ disse ele \_ o que será; mas se fosse isso, antes eu quereria morrer fazendo lealdade do que escapar e cometer um erro, o que não quereria (MEGALE, 2008, p. 116).

Mesmo diante de muita insistência, Galaaz se manteve inflexível e convicto de que conseguiria fazê-la desistir. Porém, ela estava decidida a dar fim à própria vida, não apenas por não conseguir o que desejava, mas, também, pela rejeição, o que a impulsionou a mostrar que sua ameaça deveria ter sido levada a sério:

DEPOIS QUE OUVIU isto, não esperou mais, antes saiu do leito e foi correndo à espada de Galaaz, que pendia à entrada da porta da câmara, e sacou-a da bainha e pegou-a com ambas as mãos e disse a Galaaz:

- Senhor cavaleiro, vedes aqui o engano que havia nos meus primeiros amores. E mau dia fostes tão formoso que tão caro me convirá comprar vossa beleza.

Quando Galaaz viu que ela já tinha a espada na mão e que se queria ferir com ela, saiu do leito todo espantado e gritou-lhe:

- Ai, boa donzela! Tem um pouco de paciência e não te mates assim, que farei todo teu prazer.

E ela, que estava tão aflita que não poderia mais, respondeu com raiva:

- Senhor cavaleiro, tarde mo dissestes. Então ergueu a espada e feriu-se com toda a sua força por meio do peito de modo que a espada atravessou. E caiu por terra morta, que não falou mais nada (MEGALE, 2008, p. 116-117).

Ao se oferecer para atender aos anseios da moça, Galaaz parece disposto a se sacrificar para salvar a vida dela, o que, por aparente providência divina, não ocorre, devido à pureza de seus sentimentos, suas intenções e predestinação a um propósito maior:

A passagem tão surpreendente aos eleitores indica, a nosso ver, não um desvio dos propósitos puros de Galaaz, mas uma posição de auto sacrifício para evitar a morte da donzela. Afinal, desde o princípio da narrativa, um eremita nomeia Galaaz como 'cousa santa e honrada', atribuindo a este, elementos de grande religiosidade. Vale destacar que pelo fato de ser o eleito por excelência, Deus não lhe permite que peque para salvar a vida da moça. Ela efetivamente se mata com a espada, o que faz com que o rei e os seus cavaleiros entrem em combate com Boorz, que tenta defender Galaaz. Boorz vence as lutas, o que provava que o cavaleiro predestinado não teve culpa no episódio (ZIERER; BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 65).

O que se segue após tais acontecimentos, corrobora com a ideia de que a mulher que pratica o mal contra outrem ou contra si mesma encontra-se sob a influência maligna. Essa ideia, amplamente difundida no medievo, levava as pessoas a crerem que havia uma parceria entre a mulher e o Diabo, quando um ato funesto se concretizava pelas próprias mãos, conforme o diálogo entre Boorz e Galaaz, após a constatação do suicídio da donzela:

- Por Deus, Boorz - disse Galaaz -, esta é a maior maravilha que nunca vistas. Esta donzela se matou sem razão com minha espada.  
Quando Boorz ouviu isto, disse:  
- O diabo lhe fez fazer. Agora não sei o que façamos, porque seu pai não acreditará em nós, antes dirá que a matamos (MEGALE, p. 117).

A donzela estava com o desejo carnal enfurecido, levando-a à morte por suicídio. Galaaz manteve-se firme em suas convicções, desvencilhando-se do mal que o ameaçou, não se deixando dominar:

Ao perceber o caráter inquebrantável do cavaleiro ante ao seu pedido, pega a espada de Galaaz e ameaça se matar, o que segundo ela, também levaria à morte dele. O jovem promete realizar o que ela desejava, por temer que ela perecesse [...]. [...] mas a donzela efetivamente se mata, havendo uma analogia entre o ato sexual e a espada que ela usa para cometer o suicídio [...] A jovem de 15 anos está claramente associada à figura de Eva. É marcada pela irracionalidade e o desejo incontrolável de cometer a luxúria, que acabam por ocasionar a sua morte. A visão sobre ela é a da mulher sedutora, culpada pelas más ações que os homens praticam, indo ao encontro das visões preconceituosas do meio eclesiástico sobre o feminino (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 237-238).

Quanto à ama, no texto, é apresentada como uma mulher firme e sábia, deu bons conselhos à jovem, tentando evitar que um dano irreversível se estabelecesse pelos sentimentos de paixão da moça que, no momento, fingiu aceitar seus conselhos, mas fraquejou. Estava decidida a concretizar o seu intento com Galaaz, cuja pureza o levou a também tentar impedir tal ato:

O episódio reforça a pureza do cavaleiro eleito. Ele não se sentiu tentado nas primeiras investidas da moça, mas depois aceitou cometer o ato sexual, que o impediria de encontrar o Santo Vaso, para garantir a integridade da vida da donzela, no momento em que viu que esta poderia se matar. A atitude de Galaaz representa o ápice da ação cristã de primeiro pensar no outro, mesmo que isso prejudicasse os seus intentos de encontrar o Santo Vaso, em detrimento de si próprio. Por isso, o episódio vem a confirmar a sua primazia no grupo dos escolhidos (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 238).

A filha do rei Brutus sabia que, ao se matar, também mataria Galaaz por vingança por ele não querer se deitar com ela. Dessa forma, assim que soube que sua filha estava morta na câmara onde dormiam seus hóspedes, o rei Brutus ficou enfurecido e iniciou uma verdadeira guerra para vingar a morte da filha, pois pensava que Boorz e Galaaz eram culpados. Tudo fica esclarecido ao final, através da luta coletiva que se desencadeia após o fato:

A seguir o rei Brutus acorda e todos os homens do castelo entram em combate contra Boorz e Galaaz. É Boorz quem realiza a ação, vencendo a todos. O rei Brutus se convence que os cavaleiros eram inocentes da morte da filha, pois a luta é considerada uma espécie de ordálio<sup>24</sup>. Considera-se no medievo que Deus poderia julgar determinadas ações e a vitória do cavaleiro ante aos combatentes foi considerada pelo monarca como prova de que Galaaz e Boorz eram realmente inocentes do trágico desfecho da donzela (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 238).

---

<sup>24</sup> **Ordálio:** Prova judiciária em que se determinava a inocência ou a culpa de um acusado através de elementos da natureza, de forma que o resultado era considerado juízo divino. Na circunstância relatada acima, o combate entre Boorz e Galaaz contra o rei Brutus e seus homens com vitória eminente daqueles dois cavaleiros, acusava inocência dos vitoriosos. O rei concluiu que seus hóspedes nada tinham feito à sua filha, compreendendo, por fim, o que realmente acontecera.

O desfecho da luta, caracterizado por intervenção divina, demonstra que, ao final, o bem vence o mal. A complacência do rapaz, acrescida de compaixão, se sobressaiu diante das ações da moça, certamente de origem maligna.

### **7. A filha do rei da Grã-Bretanha**

Boorz, conforme mencionado na novela, sofreu investidas de uma jovem má. Diferentemente de Galaaz, caiu na armadilha, não por vontade própria, mas por um ato de magia. Nessa passagem da novela, fica evidente a prática de bruxaria das mulheres, confirmando a prática e a influência do mal. O uso desse artifício poderia ser empregado com diversos fins. Boorz, por exemplo, foi conquistado por um encantamento de amor, o qual obrigou-o a agir de modo reprovável, não por vontade própria, mas por encontrar-se sob o poder do mal e pela influência perversa de uma mulher. De acordo com o texto:

E saibam todos que este conto ouvirem que aquele Elaim, o branco, foi filho de Boorz de Gaunes e o fez numa filha do rei da Grã-Bretanha. Mas antes que isto acontecesse, prometera Boorz a Nosso Senhor Ihe guardar sua virgindade. Mas tão logo ela o viu, gostou dele desde então e amou-o; e depois enganou-o por encantamento, e dormiu com ela e fez ali aquela noite aquele que foi depois imperador de Constantinopla. E se Boorz quebrou aquilo que prometeu, não foi por sua vontade, mas pelo encantamento que Ihe a donzela fez; e depois corrigiu aquilo que fez, pois todos os dias de sua vida manteve castidade (MEGALE, 2008, p. 28).

Muitas práticas reprováveis executadas por homens eram atribuídas a personagens do sexo feminino que, de acordo com o texto, já se inclinavam naturalmente à prática de ações reprováveis de bruxaria. Boorz passou a se penitenciar até os seus últimos dias de vida por causa de sua fraqueza, ao aceitar as investidas de uma jovem. Essa especialidade condenável das mulheres era interpretada como uma ameaça à integridade dos cavaleiros que, por ordem e conselho do rei Artur, deveriam evitar qualquer ameaça para não se desviarem do caminho e da vida cristã que deveriam seguir.

### **8. A filha do rei Hipômenes**

Era a mais linda donzela do reino de Logres em sua época. Tinha um irmão que, assim como o melhor cavaleiro d'*A demanda*, também se chamava Galaaz. Ele era muito formoso, virgem e levava uma vida de obediência e

entrega ao Senhor. Ambos tinham uma educação excepcional, sendo muito sábios e inteligentes, pois tinham excelentes mestres. A moça era ainda mais letrada, sendo conhecedora das mais diversas ciências, sobretudo a necromancia. De acordo com a obra *Malleus Maleficarum*, isso já seria o suficiente para realizar invocações para o mal: “[...] as Necromantes observam certas constelações para invocar demônios [...]” (KRAMER; SPRENGER, 2007, p. 96).

Ocorreu que ela se enamorou do próprio irmão, revelando-lhe esse amor, o que foi, prontamente, motivo de repulsa e desgosto por parte dele.

Vendo que não poderia tê-lo facilmente, ela recorreu a diversos meios para conquistá-lo. Não obtendo êxito, decidiu tirar a própria vida, dirigindo-se a uma fonte, onde lhe aparece o Demônio em forma de um bonito homem para impedi-la. A fonte “representa nesta narrativa o misterioso, o mágico e a tentação [...]” (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 264).

Demonstrando que sabia o que ela sentia e, também, o seu intento, o Diabo a persuadiu a não fazê-lo, e fez a ela a proposta de dar a ele seu amor como penhor para que finalmente conquistasse o amor de seu irmão e a donzela, ainda que relutante, pois amava somente seu irmão, aceitou o acordo. “DESTE MODO entregou seu amor ao demo, e ele deitou com ela [...]. E quando deitou com ela, teve ela tão grande prazer que lhe esqueceu o amor de seu irmão tão mortalmente, que mais não poderia” (MEGALE, 2008, p. 569).

Selou-se, assim, o pacto entre a mulher e seu cúmplice e sócio, o Diabo, no mal que começava a se consumir pela ação de ambos. Ela encontrou em seu cúmplice um prazer carnal que lhe era suficiente e não desejava mais, portanto, o amor de seu irmão. Mesmo assim, ansiava por vingança, pois ele a rejeitara. Para isso contava, obviamente, com a astúcia sua e do Diabo para elaborar e materializar um plano malévolo:

- Eu vo-lo ensinarei - disse ele. - Mandai dizer a vosso irmão que venha convosco a uma câmara, e depois que estiverdes lá, fechai a porta, e então lhe demandai o que quiserdes. E ele não o quererá fazer. E agarrai nele e segurai-o bem, e ele se enraivecerá logo tanto que vos fará nojo, mas não grande; e gritai, e todos os outros cavaleiros irão lá. Então podereis dizer que vos forçou e o rei o fará prender e fazer dele justiça e assim estareis vingada (MEGALE, 2008, p. 569).



Ela seguiu suas instruções, espalhou a notícia que havia sido violentada pelo irmão que, na verdade, era a vítima do terrível plano. Seu pai, o rei Hipômenes, mandou prender e julgar o próprio filho, pois acreditava naquilo que lhe dissera a filha, que inclusive pediu que o irmão tivesse uma morte violenta, sendo jogado aos cães famintos. Mesmo dizendo a verdade em sua defesa, ninguém acreditava no jovem Galaaz. Este, por ser puro de coração e ter o dom da revelação divina, antes de ser morto e devorado, expõe a todos a desventura que está por vir através da irmã, dizendo que ela dará à luz uma besta diabólica:

- Irmã, sabes que me fazes morrer por injustiça e que não mereço esta morte de que me fazes morrer; não me pesa tanto pela dor como pela vergonhosa morte que me fazes ter. Tu me fazes passar vergonha sem merecimento, mas aquele me vingará que toma vingança das grandes vergonhas e das grandes deslealdades do mundo. E ao nascimento do que trazes, aparecerá que não foi de mim, porque nunca de homem e de mulher nasceu tão maravilhosa coisa como de ti sairá; porque diabo o fez e diabo trazes e diabo sairá em figura da besta mais desassemelhada que nunca se viu. E porque a cães me fazes dar, terá aquela besta dentro de si cães que sempre ladrarão em lembrança e referimento de cães a que me fazes dar. E aquela besta fará muito dano em homens bons, e nunca deixará de fazer mal até que o bom cavaleiro, que terá nome Galaaz como eu, esteja nesta caça. Por ele e por sua vinda, morrerá o doloroso fruto que de ti sairá. Disse isto o donzel à sua irmã e depois deitaram-no aos cães, que logo o comeram (MEGALE, 2008, p. 570-571).

O rei ordenou que sua filha fosse guardada e cuidada até o dia do parto, quando se cumpriu o que seu filho, antes de morrer, tinha dito:

E as mulheres que estavam com ela em seu parto, quando cuidaram achar filho, acharam a mais desassemelhada besta e a mais desgraçada como já ouvistes, e tiveram pavor tão grande que todas morreram, menos ela e outra mulher. E a besta foi assim, que não houve quem no paço e no castelo a pudesse segurar, e ia soltando os maiores ladridos do mundo. Quando o rei soube disto, logo entendeu que era verdade o que seu filho dissera em sua morte e forçou sua filha, de modo que lhe teve de dizer a verdade toda e seus feitos, como fizera matar seu irmão injustamente e como o demo deitou com ela não o conhecendo e depois que o conheceu também. Então mandou o rei pegá-la e a fez morrer de pior morte que seu irmão (MEGALE, 2008, p. 571).

Assim, “foi feita a besta ladradora, e porque era filha do demo, aconteceram tantas desgraças por ela nesta terra, e foram mortos tantos homens bons e tantos bons cavaleiros [...]” (MEGALE, 2008, p. 571). A filha do rei Hipômenes, aliada ao Diabo, cometeu diversas atrocidades, reforçando a sua predileção pelas ciências do ocultismo, necromancia, o contato com os mortos e com o próprio Diabo, com quem deu vida a um ser demoníaco, o que configura prática constante e voluntária de bruxaria. Além disso, o mal que guardava dentro de si era suficiente para pensar em tirar a própria vida, uma afronta ao Criador, que lhe concedeu a vida. Desejou praticar o incesto e condenou, ainda, através da mentira e de seu desejo por vingança, um inocente e cristão à vergonha pública e a uma morte violenta. Seu irmão chamado Galaaz, tem o mesmo nome do melhor cavaleiro d’A *demanda* e, assim como este, também leva uma vida cristã. Sua pureza de corpo e de espírito, lhe permite enxergar e alertar as pessoas sobre o mal que está por vir através de sua irmã, cuja realização atestará sua inocência. “As suas predições se concretizam e nasce a besta ladradora, fruto de uma relação pecaminosa entre uma mulher e o demo” (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 265).

A besta ladradora, concebida e libertada pela jovem, era um mal que assolaria e condenaria muitas vidas à morte e ao sofrimento: “É um ser feminino e diabólico que levará à morte muitos cavaleiros e que só poderá ser derrotada por Palamades quando este, um muçulmano, se converte ao Cristianismo pelas mãos de Galaaz” (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 265).

Diante da série de acontecimentos trágicos causados por essa mulher, é possível notar sua inteligência, perspicácia e inclinação para o mal, confirmando, dessa forma, o pensamento medieval negativo sobre a figura feminina. A besta, sua filha com o Diabo, representa a corporificação do mal em um ser feminino, o que reforça esse conceito. A mulher deveria, então, ser evitada e possivelmente hostilizada diante dessas irrefutáveis provas de tendência ao mal e à conspiração.

Quanto aos três cavaleiros eleitos, estes mostram, através de suas reações às tentações femininas, sua posição na hierarquia entre os escolhidos:

Galaaz, o primeiro, resistiu bravamente às investidas da filha do rei Brutos. “Quando aceitou fazer a vontade da donzela pensou primeiro em salvar a vida

dela, demonstrando um valor crucial no Cristianismo: o amor ao próximo” (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 264).

Persival, o segundo, foi salvo por intervenção divina, quando estava prestes a sucumbir à tentação da donzela grega: “Persival foi efetivamente seduzido por uma mulher e só não sucumbiu à tentação devido à ação divina, através da voz do Céu que lhe revelou a verdadeira natureza da donzela grega” (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 264).

Boorz, o terceiro, diferentemente dos outros dois que são virgens, pratica o ato sexual de forma involuntária, sob efeito de um encanto e depois disso se mantém casto e penitente para compensar seu infortúnio: “Seu grau de pureza é representado pelas suas ações, ao longo da história [...]” (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 264).

Os momentos foram difíceis, porém, confrontaram o mal. Os três heróis preservaram a dignidade e o merecimento de permanecer na demanda: “Ao final da narrativa, Galaaz ascende aos Céus com os anjos levando o Graal, Persival torna-se ermitão e morre um ano depois, e somente Boorz volta à corte arturiana para contar as aventuras” (ZIERER, BRAGANÇA JÚNIOR, 2017, p. 264).

Assim encerram-se os episódios e o Santo Graal, finalmente, foi encontrado e reconduzido ao céu.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fatores históricos, como a necessidade de se reorganizar o sistema político e a disseminação dos ideais cristãos, muito contribuíram para condenar as heresias, as práticas de bruxaria e feitiçaria na Idade Média. Pelas leituras realizadas, ficou evidente que a Igreja Católica exerceu papel preponderante na apresentação da figura da bruxa, apoiada por grande parte da sociedade e pelo Estado. Mulheres 'diferentes' para sua época, sem o estereótipo de bem-casada ou cristã, eram discriminadas por viverem de forma independente. Dentre elas, inúmeras eram detentoras de grande sabedoria e conhecimentos, incluindo os medicinais, muito necessários à época. O uso correto de plantas e ervas no preparo de poções e remédios para cuidados com a saúde e curas de doenças era ensinado dentro das famílias e passado de geração a geração através das mulheres. Porém, muitos preparos à base de elementos da natureza eram utilizados também para satisfazer a luxúria e outros desejos e caprichos não direcionados a curas de enfermidades, o que desagradava a cristandade. Muitas mulheres eram, por isso, chamadas de hereges e acusadas de serem bruxas e feiticeiras, sendo condenadas, muitas vezes, à morte na fogueira, ou à prisão perpétua.

Historicamente, houve o período da chamada 'caça às bruxas', que vitimou muitas delas, principalmente no período da Inquisição. A perseguição às mulheres foi oficializada pelas justiças laica e eclesiástica, criando-se uma visão em que mulher e bruxaria, somadas a práticas ocultas, eram compatíveis, tanto por seus conhecimentos transmitidos através de gerações, quanto por sua sexualidade e excentricidade. Ocorria, então, forte incursão às práticas de bruxaria e às mulheres, principais alvos de perseguições. Houve reflexos desses acontecimentos em diversas obras literárias da época e em outras novelas de cavalaria.

É fato que, ser mulher na Idade Média, era um grande desafio. Tendo sua liberdade constantemente cerceada desde seu nascimento, a mulher já era predestinada a servir, mas não ser servida, ou compreendida, ou ter suas vontades atendidas sem que, para isso, precisasse infringir regras, se esquivando da repressão masculina. Pensar ou agir de acordo com seus propósitos, equivalia a desvirtuar, desobedecer, pecar contra Deus e os dogmas

cristãos. Muitas tentaram buscar a liberdade, ainda que parcialmente, através do domínio de conhecimentos diversos, principalmente relacionados a elementos da natureza, já que não poderiam ser livres por completo. Uma mulher sábia era muito necessária à manutenção do bem-estar da família, da vida e de toda uma sociedade, porém, julgava-se que ela poderia usar essa sabedoria para fins nocivos. Houve, de fato, práticas contrárias à tão desejada ordem, mas muitas inocentes, confundidas com reais contraventoras, pagaram um alto preço, até mesmo pelo simples fato de serem estudiosas e inteligentes, de possuírem conhecimentos que a maioria das pessoas não tinha.

Os homens, costumados a ter supremacia e primazia em praticamente todos os aspectos, viam-se intimidados pela grandiosidade e pela aura de mistério que envolvia essas mulheres e as enxergavam como verdadeiras ameaças. Na Idade Média, elas eram comparadas a Eva, representante da fraqueza de corpo e espírito e da tendência a submeter-se ao pecado e às más ações, contrariamente a Maria, mãe de Jesus, modelo de beleza e virtude, pura e imaculada. Em *A demanda do Santo Graal*, a mulher é quem causa o pecado e desvirtua os homens, mesmo que estes também cometam atos desvirtuosos. Prova disso, é a trajetória do rei Artur que, aos poucos, mostra-nos surpresas, revelando a paternidade de dois filhos bastardos. O pecado ligado à sexualidade e à fraqueza vem sempre associado à demonizada figura feminina, transgressora da fé e vulnerável às possessões malignas, ou seja, uma personificação do mal.

Considerando a época e o contexto da novela, há, sem dúvida, um distanciamento proposital entre os heróis da narrativa e as figuras femininas que lhes apresentam perigo, tanto pessoalmente quanto com relação à missão que lhes foi dada. Essas mulheres, figuras transgressoras e dispostas a persuadir os cavaleiros da Távola Redonda para a prática do mal e perda da honra, tentam insistentemente desviá-los do caminho do bem e da salvação da alma.

É inegável que os homens detinham inúmeros privilégios sobre as mulheres em quase todos os aspectos e temiam que o universo feminino invadisse domínios exclusivamente masculinos. Tinham aversão a mulheres demasiadamente independentes, por isso as discriminavam e as mantinham marginalizadas. Se mostrassem comportamentos fora dos padrões ou desejo por alguma revolução, eram designadas como bruxas. As boas mulheres eram

mantidas, portanto, limitadas ao espaço doméstico, onde poderiam desempenhar trabalhos de grande utilidade e onde também estariam protegidas das influências negativas do mundo externo, além, é claro, da infinidade de informações que este poderia proporcionar. Mantê-las longe do conhecimento que existia fora do ambiente familiar, era uma forma eficaz de conservar a pureza, a inocência e o comportamento que se desejava de uma mulher. Os conhecimentos a que elas tinham acesso concedido, eram somente aqueles que convinham à manutenção da ordem que regia, ou seja, que atendia aos preceitos cristãos e, com isso, o que era ditado pelos homens, que geralmente detinham o poder e a palavra final, tanto no âmbito familiar quanto fora dele.

Observamos, através das pesquisas que, na Idade Média, a queda das virtudes e a perdição das almas eram geralmente atribuídas às ações e comportamentos das mulheres, capazes de exercer grande influência também sobre as vidas dos homens. Com a crença vigente de que elas eram propensas a ceder a interferências demoníacas, cercavam-nas de vigilância, medo e desconfiança. Eram desejáveis aquelas que usavam seus dons e conhecimentos para facilitar as vidas dos homens, o que na novela é representado pelo auxílio feminino à caminhada destes rumo à salvação eterna, atendendo aos desígnios cristãos e, portanto, de Deus. Quanto àquelas que não agiam desse modo, acreditava-se, portanto, que usavam seus conhecimentos e talentos para o mal e, notoriamente, não serviam a Deus.

Entendemos, assim, que os maiores julgamentos da justiça clerical e eclesiástica recaíam especialmente sobre mulheres que portavam grandes conhecimentos, porém, utilizavam-nos para o mal, em vez de empreendê-los para a realização do bem, ou seja, daquilo que atendesse aos preceitos cristãos-católicos. Os 'males' praticados por estas sábias mulheres eram, muitas vezes, oriundos de tradições da antiguidade clássica, e correspondiam a costumes e rituais ligados ao paganismo. As incursões às práticas femininas de bruxaria e feitiçaria na Idade Média, no mundo real, traduziam-se, sobretudo, em ações realizadas pelos tribunais inquisitoriais. Na ficção, como é mostrado em *A demanda do Santo Graal*, as mulheres que podem ser denominadas como verdadeiras bruxas da vida real, partilham de um sofrimento que só grandes pecadoras, transgressoras da fé devem vivenciar. As incursões que recaem

sobre elas, vêm diretamente de Deus, como castigos por suas más ações, por agirem como verdadeiras bruxas.

A filha do rei Hipômenes, por exemplo, através de seu pacto com o próprio Diabo e da concretização da relação carnal com o mesmo, contraiu para si grande infortúnio, pois deu à luz a besta ladradora, ser demoníaco que levou grande sofrimento e destruição à humanidade. Outro exemplo, é a donzela a quem Erec prometeu um dom que, após incitar que o rapaz decapitasse a própria irmã, logo recebeu seu castigo, proveniente dos céus, tendo uma morte terrível que deixou seu corpo horrivelmente queimado. Por outro lado, as boas mulheres recebem dádivas divinas, verdadeiros presentes de Deus por suas virtudes. Temos como exemplo, a irmã de Persival, que pacientemente e amorosamente guiou os cavaleiros eleitos pelos caminhos que levavam ao Santo Graal. Com grande compaixão, sacrificou sua vida para salvar uma leprosa e, já falecida, resplandecia beleza e serenidade, tendo por próprio mérito, ao seu lado, uma carta escrita por seu irmão que contava seus feitos. Seu nome e suas boas ações seriam preservados e ela seria sempre lembrada por isso, servindo como exemplo para outras mulheres.

Fica evidente, através da leitura da obra e das pesquisas realizadas, que o final dado à história de cada uma das personagens femininas, tem a intenção de mostrar que, conforme o conteúdo da obra, cada ser humano recebe a recompensa de Deus de acordo com suas ações, confirmando o caráter catequizador da novela. Depreendemos ainda que, por sofrerem repressões e, conseqüentemente, limitações, as mulheres não conseguiam externar seus dons e capacidades para atuar no mundo da mesma forma que os homens. Tinham a liberdade tolhida, o que as impedia de atuar e ser quem realmente queriam e deveriam. Entendemos, ainda, que narrativas semelhantes a *A Demanda do Santo Graal*, envolvendo heróis e mulheres demonizadas, foram contadas a um público apreciador de histórias de aventuras baseadas no gênero denominado 'maravilhoso cristão' e publicadas na época.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Natália; OLIVEIRA, Larisse; SIQUEIRA, Ana Márcia. *O feminino e o mal em A demanda do Santo Graal*. Fortaleza: UFC, 2011.

BAIGENT, Michael; LEIGH, Richard. *A Inquisição*. Tradução: Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

BERNARD, José, Padre. *A Inquisição: história de uma instituição controvertida*. Petrópolis: Vozes, 1959.

BÍBLIA on: Bíblia Sagrada online. Disponível em:  
[https://www.bibliaon.com/genesis\\_3/](https://www.bibliaon.com/genesis_3/)  
Acesso em: 04 out. 2023.

BURGO. Disponível em:  
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Burgo>. Acesso em: 19 fev. 2024.

CARDINI, Franco. Guerra e Cruzada. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2002. v. 1, p. 473-487.

DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.). *História das mulheres no ocidente: a Idade Média*. Roma-Bari: Edições Afrontamento, 1990. v. 2.

DRURY, Nevill. *The dictionary of the esoteric: 3000 entries on the mystical and occult traditions*. London: Watkins, 2004. Disponível em:  
<https://books.google.com.br/books?id=k-tVr09oq3IC&printsec=frontcover&hl=ptBR#v=onepage&q&f=false>  
Acesso em: 03 dez. 2023.

FLORI, Jean. *A Cavalaria*. São Paulo: Madras, 2005.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do ocidente*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FUNCK-BRENTANO, Frantz. *Le moyen age*. 5. ed. Paris: Librairie Hachette, 1922.

GAUTIER, Léon. *La chevalerie*. Paris: Sanard et Derangeon, 1880.

GONZAGA, João Bernardino. *A Inquisição em seu mundo*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.



GROUSSET, René. *As Cruzadas*. Tradução: Pedro de Ancântara Figueira. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *Malleus maleficarum*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2007.

LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais da Idade Média*. Lisboa: Estúdios Cor, 1973.

LINS, Ivan. *A Idade Média, a Cavalaria e as Cruzadas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MAGNE, Augusto (ed.). *A demanda do Santo Graal*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1955. v. 1.

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. Representações diabolizadas da mulher em textos medievais. In: David, Sérgio Nazar (org.). *As mulheres são o diabo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. v. 5, p. 45-80.

MEGALE, Heitor (org.). *A demanda do Santo Graal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MEGENBERG, Conrad. *Yconomica*. Estugarda: A. Hiersemann, 1973-84. v. 3, p. 112-113.

MELLO, José Roberto. *As Cruzadas*. São Paulo: Ática, 1989.

MOISÉS, Massaud. Sedução e cortesia: o Graal como prêmio. *Signum*, São Paulo, n. 10, p. 73-93, 2008.

MURARO, Rose Marie. *O martelo das feiticeiras: Malleus Maleficarum*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2007. Prefácio.

PINHEIRO, Mirtes Emilia. *As herboristas nas literaturas antiga e medieval: Circe, Hildegarda de Bingen e Isolda*. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em:  
<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECAP-8RVHD4>  
Acesso em: 27 out. 2023.

PIRES, João Davi Avelar. A Inquisição e a feitiçaria: a ritualização do interrogatório e da tortura. *Revista História e Cultura*, Franca, v. 2, n. 3 (especial), p. 560-573, 2013.

SÁNCHEZ, Maria Guadalupe Pedrero. *História da Idade Média*. São Paulo: UNESP, 2000.

SIQUEIRA, Ana Marcia Alves. Configuração do mal na Demanda do Santo Graal. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE MATÉRIA CAVALEIRESCA, 1., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2011. p. 1.

SIQUEIRA, Ana Marcia Alves. *Configuração do mal na Demanda do Santo Graal*. Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/19028>. Acesso em: 17 jul. 2023.

STERCKX, C. *Mythologie du monde celte*. Paris: Marabout, 2009.

STERZA, Valentino. *Plantas mágicas no medievo: mulheres, magia e Igreja*. Trabalho (Conclusão de Curso) - UFPB, João Pessoa, 2019.

ZIERER, Adriana. Significados medievais da maçã: fruto proibido, fonte do conhecimento, ilha paradisíaca. *Mirabilia*, Barcelona, v. 1, p. 105-119, 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/SHERON/Downloads/283726-Texto%20del%20art%C3%ADculo-390647-1-10-20141125.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

ZIERER, Adriana; BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. *Cavalaria e nobreza: entre a história e a literatura*. Maringá: Eduem, 2017.